

EXERCÍCIO
2025

CONTAS DA GESTÃO – CONSOLIDAÇÃO



**BELO
HORIZONTE**
PREFEITURA

COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO

Subsecretaria de Contadoria Geral/Diretoria Central de Contabilidade Geral

COLABORAÇÃO

Subsecretaria de Contadoria Geral/Diretoria de Informações e Prestação de Contas Contábeis

Subsecretaria do Tesouro Municipal/Diretoria Central de Governança de Ativos e da Dívida Pública e Diretoria Central de Administração Financeira

Subsecretaria da Receita Municipal/Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Dívida Ativa

Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão/Diretoria Central de Coordenação do Orçamento

Subsecretaria de Gestão Previdenciária/Diretoria Central de Gestão de Contas Previdenciárias

FORMATAÇÃO GRÁFICA

Subsecretaria de Comunicação Social/Gerência de Produção Visual

COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTABILIDADE DO MUNICÍPIO

- Subsecretaria de Contadoria Geral – SUCGM
Nourival de Souza Resende Filho
 - Diretoria Central de Contabilidade Geral – DCGE
Marília Celestino Xavier
 - Gerencia de Conciliação Bancária e Acompanhamento da Arrecadação – GECOB
Ildecléia Adamovcz Saldanha
 - Gerencia de Contabilidade dos Fundos Municipais – GCFUM
Louiz Francisco Wolanik
 - Responsável pelo Suporte Técnico ao Regime Próprio de Previdência Social
Louiz Francisco Wolanik
 - Gerencia de Controle Contábil – GECOC
Rafael Rocha Avelar
 - Responsável pelo Suporte Técnico às Autarquias
Flávia Cristina Manacês
 - Responsável pelo Suporte Técnico às Fundações e Câmara Municipal
Fábio Cardoso Franca
 - Responsável pelo Suporte Técnico às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista
Gerusa Castilho França de Miranda

COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTABILIDADE DO MUNICÍPIO

- Subsecretaria de Contadoria Geral – SUCGM
Nourival de Souza Resende Filho
 - Diretoria de Prestação de Contas Informações Contábeis – DCON
Milton Caires Júnior
 - Gerencia de Informações Contábeis – GINCO
Keila Cristina Reis
 - Gerencia de Suporte Técnico Contábil – GESTC
Cláudio Luiz de Aguiar
 - Gerencia de Processamento da Prestação de Contas – GERPC
Cristiano Moreira da Silva
 - Diretoria Central de Contabilidade de Custos – DCOC
Marcel Enrique Caldas Gomes

Nourival de Souza Resende Filho
Contador Geral do Município
CRC-MG 020498/O-6

SUMÁRIO GERAL

VOLUME I – Da Gestão Orçamentária e Financeira.....	8
Origem dos Recursos.....	10
Aplicação dos Recursos.....	19
Resultado Orçamentário.....	29
Resultado Financeiro.....	31
VOLUME II – Dos Indicadores Fiscais	33
Receita Corrente Líquida – (RCL)	35
Despesa de Pessoal Consolidada.....	36
Dívida Pública.....	39
Operações de Crédito	40
Regra de Ouro.....	41
Resultado Primário	42
Capacidade de Pagamento (CAPAG).....	43
VOLUME III – Do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) de Belo Horizonte.....	45
Informações Gerais	46
Regime de Previdência Complementar (RPC)	47
Origem dos Recursos.....	49
Aplicação dos Recursos	54
O Resultado Orçamentário	57
O Resultado (Superávit/Déficit) Financeiro.....	60

SUMÁRIO GERAL

VOLUME IV – Das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – (DCASP)	61
Balanco Orçamentário – (BO)	63
Balanco Financeiro – (BF)	68
Balanco Patrimonial – (BP)	71
Demonstração das Variações Patrimoniais – (DVP).....	76
Demonstração dos Fluxos de Caixa – (DFC)	84
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – (DMPL).....	88
VOLUME V – Das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	89
VOLUME VI – Apêndices	137
I – Demonstrativo de Créditos Adicionais Abertos com origem no superávit do Exercício Anterior por Fonte/Destinação de Recursos	138
II – Demonstrativo das Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas por Órgão	140
III – Demonstrativo dos Ingressos e Pagamentos de Operações de Crédito da Dívida Fundada Contratual.....	151
IV – Demonstrativo do Superávit de Exercícios Anteriores e Apuração do Superávit no Exercício em Análise por Fonte de Recursos.....	155
V – Demonstrativo dos Créditos Adicionais com Origem no Excesso de Arrecadação por Fonte de Recursos	156
VI – Demonstrativo da Apuração por conta Contábil do Superávit/Déficit Financeiro	158
REFERÊNCIAS.....	171

MENSAGEM DO CONTADO GERAL DO MBH – BALANÇO 2025

Estamos em mais um momento de “prestarmos contas” à sociedade brasileira, especialmente à população belo-horizontina, sobre os recursos obtidos e aplicados no exercício de 2025, dentro do que estabelece a legislação sobre o assunto.

Podemos iniciar esta fala repercutindo, mais uma vez, a premiação que o município obteve sobre a “Qualidade da Informação Contábil e Fiscal” do ano de 2025, quando obtivemos novamente a primeira colocação e, neste ano, atingimos 100% dos pontos possíveis, dentre os mais de 5.500 municípios do país! Claro que esse reconhecimento pelo nosso trabalho, nos enche de orgulho, não só para nós que atuamos na área contábil, mas para todos os gestores do município, já que, sem o apoio de todos, não chegaríamos a essa posição.

Outro ponto que podemos destacar é a implantação definitiva do GRP BH. Esse sistema integrado de gestão faz parte do conjunto de sistemas estruturantes do município que se comunicam com o SIAFIC BH – modelo exigido e regulamentado pelo Decreto Federal nº 10.540/2020.

No âmbito da Contabilidade Geral do Município, destaca-se também a criação da Diretoria de Contabilidade de Custos, uma demanda antiga da gestão pública. A nova estrutura visa a cumprir as disposições legais sobre o tema, trazendo subsídios fundamentais para a tomada de decisão dos gestores, especialmente dos ordenadores de despesas.

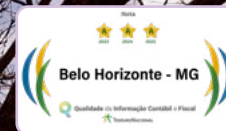
Nossa expectativa com a criação dessa área é de podermos dar cada vez mais transparência às ações implementadas pelo município em prol da sociedade, destacando e demonstrando o custo de cada uma das ações, contemplando toda a natureza dos custos, seja com o pessoal e encargos, seja com materiais, seja com bens e serviços de terceiros. Tais identificações contribuirão para a melhor identificação e busca de maior eficiência na gestão dos recursos municipais. Temos muito trabalho pela frente, mas chegaremos lá!

Por fim, como sempre destacamos, não podemos deixar de reconhecer o valor de nossas equipes na consecução desses objetivos. Não conseguiríamos chegar ao topo de nosso trabalho, que, mesmo no regime híbrido ou de teletrabalho, não se exime em envidar esforços para que possamos cumprir com prazos de entrega de nossas obrigações. A essa equipe, o nosso reconhecimento e agradecimento.

É oportuno agradecer também aos nossos dirigentes, que, cientes das nossas dificuldades e responsabilidades, sempre nos apoiaram dentro das possibilidades estabelecidas no contexto orçamentário e financeiro do município.

O nosso muito obrigado a todos!

Nourival de Souza Resende Filho
Subsecretário da Contadoria Geral do Município
Contador – CRC-MG 020498/O-6



VOL. I

DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA



**BELO
HORIZONTE**
PREFEITURA

DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA



EXERCÍCIO
2025

VOL. I

O orçamento é um importante instrumento de planejamento de qualquer entidade, seja pública ou privada, e representa o fluxo previsto de origens (ingressos) e de aplicações (dispêndios) de recursos em determinado período. (MCASP, 11ª ed., p. 35).

A receita e a despesa orçamentárias assumem, na Administração Pública, fundamental importância, pois representam o montante que o Estado se apropria da sociedade por intermédio da tributação e a sua contrapartida aos cidadãos por meio da geração de bens e serviços. Também se torna importante em face de situações legais específicas, como a distribuição e destinação da receita entre as esferas governamentais e o cumprimento dos limites legais para a realização de despesas, impostos pela Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). (MCASP, 11ª ed., p. 33).

É relevante destacar que a relação entre a receita e a despesa é fundamental para o processo orçamentário, visto que a previsão da receita dimensiona a capacidade governamental em autorizar a despesa, entendendo a receita orçamentária como o mecanismo de financiamento do Estado, sendo considerada também a decorrente de operações de crédito. Além disso, de acordo com o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a arrecadação é instrumento condicionante da execução orçamentária da despesa. (MCASP, 11ª ed., p. 33).

ORIGEM DOS RECURSOS

RECEITAS

Os ingressos de recursos têm origem principalmente através das receitas orçamentárias.

Receitas Públicas

Em sentido amplo, os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado denominam-se receitas públicas, registradas como receitas orçamentárias, quando representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário, ou ingressos extraorçamentários, quando representam apenas entradas compensatórias. Em sentido estrito, chamam-se públicas apenas as receitas orçamentárias. (MCASP, 11ª ed., p. 36).

Receitas Orçamentárias

São disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício e que aumentam o saldo financeiro da instituição. Instrumento por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas, as receitas orçamentárias são fontes de recursos utilizadas pelo município em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade. (MCASP, 11ª ed., p. 37).

Uma das formas de analisar a receita arrecadada é através do conjunto de informações que constitui a natureza de receita orçamentária,

estruturado de forma a agregar a categoria econômica, a origem e a espécie da receita.

Categoria Econômica

Os §§1º e 2º do art. 11 da Lei nº 4.320/1964, classificam as receitas orçamentárias em “Receitas Correntes” e “Receitas de Capital”. (MCASP, 11ª ed., p. 40).

Origem da Receita

A Origem é o detalhamento das Categorias Econômicas “Receitas Correntes” e “Receitas de Capital”, com vistas a identificar a procedência das receitas no momento que ingressam nos cofres públicos. (MCASP, 11ª ed., p. 41).

Espécie

É o nível de classificação vinculado à Origem que permite qualificar com maior detalhe o fato gerador das receitas. (MCASP, 11ª ed., p. 42).

A receita orçamentária também pode ser analisada destacando de seu montante os valores das receitas intraorçamentárias.

As **receitas intraorçamentárias** são operações que resultem de despesas de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da

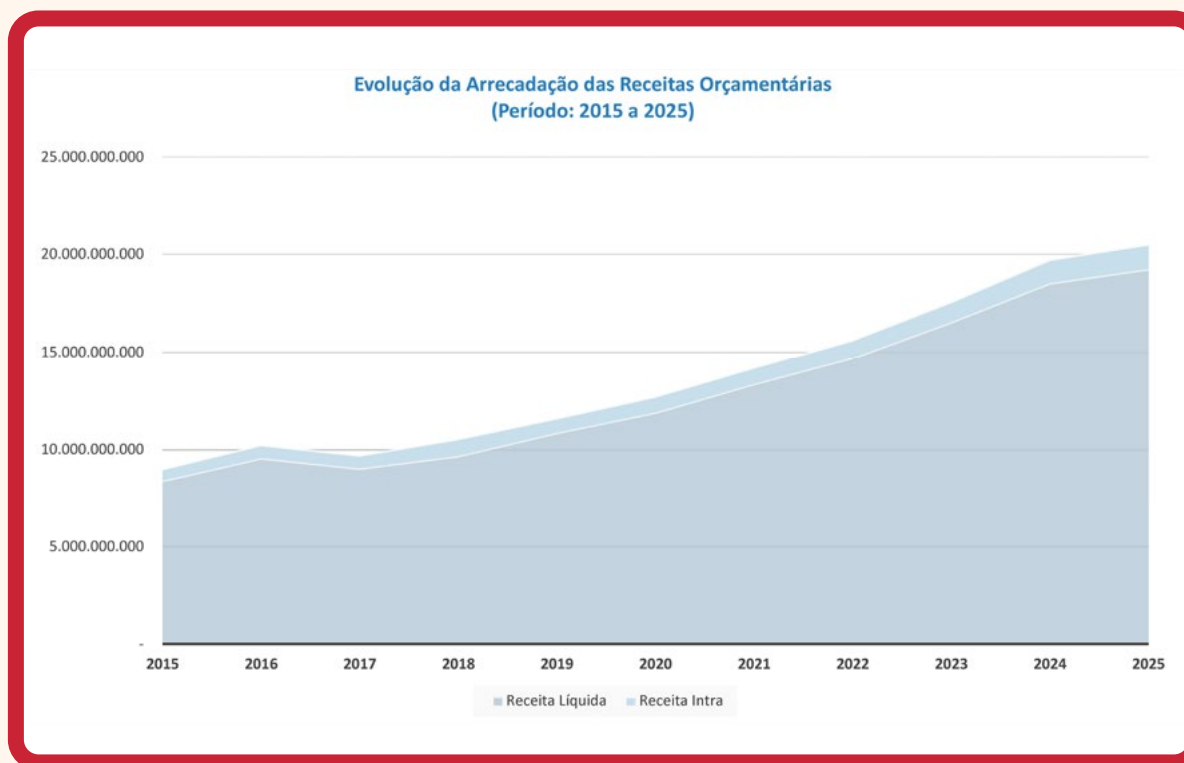
seguridade social decorrentes da aquisição de materiais, bens e serviços, pagamento de impostos, taxas e contribuições, quando o recebedor dos recursos também for órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante desses orçamentos, no âmbito da mesma esfera de governo. (MCASP, 11ª ed., p. 69).

A análise da evolução da arrecadação de receitas orçamentárias deve levar em consideração a receita orçamentária total excluindo-se as receitas intraorçamentárias, pois estas representariam duplicidade na

apuração da receita.

É importante ressaltar que, para a análise da evolução da receita orçamentária, é utilizado o regime de arrecadação. Nesse regime, os efeitos financeiros das transações e eventos são reconhecidos unicamente quando se recebe as receitas.

A seguir, é demonstrada a evolução, nos últimos 11 anos, da receita arrecadada pelo município de Belo Horizonte, destacando-se as receitas intraorçamentárias.



Fonte: SIAFIC BH

A partir de uma análise dos dados das receitas orçamentárias, constata-se que, no exercício de 2025, o município arrecadou no total R\$ 20,5 bilhões em receitas orçamentárias (incluindo as receitas intraorçamentárias), valor que representa um crescimento nominal de 3,97% em relação ao exercício de 2024, o que equivale a um decréscimo real de 0,28%, considerando a inflação acumulada no período de 4,26% (IPCA).

Quando analisadas as receitas arrecadadas excluindo-se as receitas intraorçamentárias (Receita Líquida), no exercício de 2025, o município

arrecadou R\$ 19,3 bilhões em receitas orçamentárias. Quando comparadas com as receitas de 2024, que alcançaram R\$ 18,5 bilhões (excluindo-se as receitas intraorçamentárias), o valor arrecadado em 2025 representa um crescimento nominal de 3,84% em relação ao exercício de 2024, o que equivale a um decréscimo real de 0,40%, considerando a inflação acumulada no período de 4,26% (IPCA).

No gráfico a seguir, é apresentado a receita orçamentária arrecadada por categoria econômica.



Fonte: SIAFIC BH

Do total de receitas arrecadadas, 92,80% (R\$ 19 bilhões) corresponderam a receitas Correntes e 6,15% (R\$ 1,26 bilhão) corresponderam a receitas Correntes intraorçamentárias.

Segundo o MCASP 11ª ed., as receitas orçamentárias Correntes são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do município e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas.

As receitas orçamentárias de Capital são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do município e são instrumentos de financiamento dos programas e ações

orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas. Porém, de forma diversa das receitas correntes, as receitas de capital em geral não provocam efeito sobre o patrimônio líquido.

Receitas de Capital são as provenientes tanto da realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas e da conversão, em espécie, de bens e direitos, quanto de recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado e destinados a atender despesas classificáveis em despesas de Capital.

A seguir é demonstrada a receita na categoria econômica de Receitas Correntes, detalhada por origem da receita e subtraindo as receitas intraorçamentárias.



Fonte: SIAFIC BH

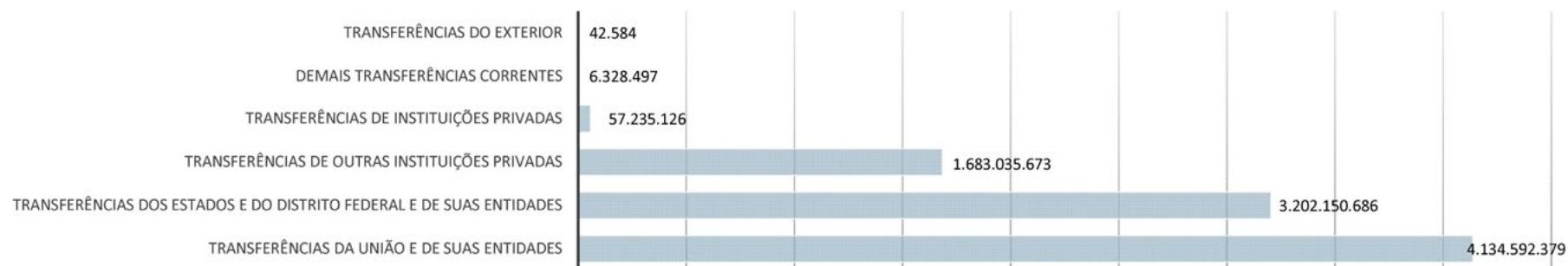
Do total de receitas Correntes (exceto as intra orçamentárias), 47,16% (R\$ 9 bilhões) corresponderam às receitas de Transferências Correntes e 40,58% (R\$ 7,8 bilhões) corresponderam a Impostos e Taxas.

Transferências Correntes

Na ótica orçamentária, Transferências Correntes são recursos

financeiros recebidos de outras pessoas de direito público (União e Estados) ou privado, destinados a atender despesas de manutenção ou funcionamento relacionadas a uma finalidade pública específica, mas que não correspondam a uma contraprestação direta em bens e serviços a quem efetuou a transferência. (MCASP, 11^a ed., p. 49).

Arrecadação de Receitas de Transferências Correntes
Exercício 2025



Fonte: SIAFIC BH

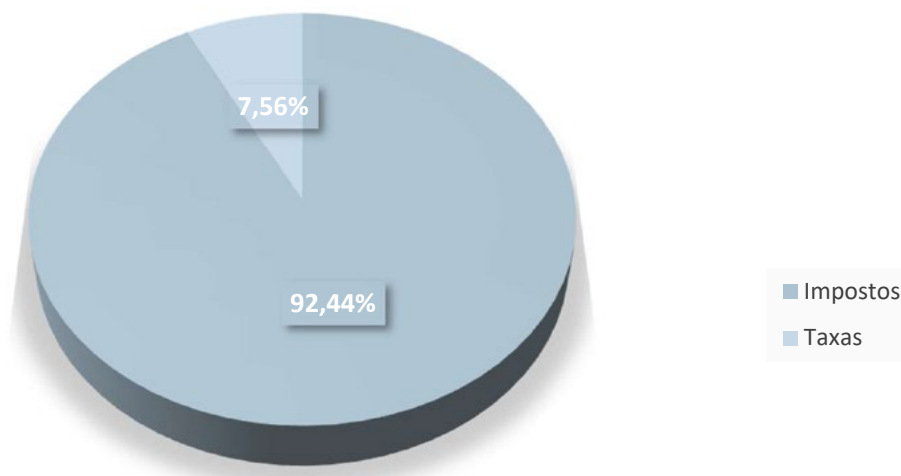
Do total das Transferências Correntes (exceto as intraorçamentárias), 45,52% (R\$ 4,13 bilhões) corresponderam às Transferências da União e 35,25% (R\$ 3,2 bilhões) às Transferência do Estado de Minas Gerais e de suas entidades.

Impostos e Taxas

Os Impostos e Taxas são tributos.

Tributo, por sua vez, é uma das origens da receita Corrente na classificação orçamentária por categoria econômica. Quanto à procedência, trata-se de receita derivada cuja finalidade é obter recursos financeiros para o município custear as atividades que lhe são correlatas. (MCASP, 11ª ed., p. 44).

**Arrecadação de Receitas de Impostos e Taxas
Exercício 2025**

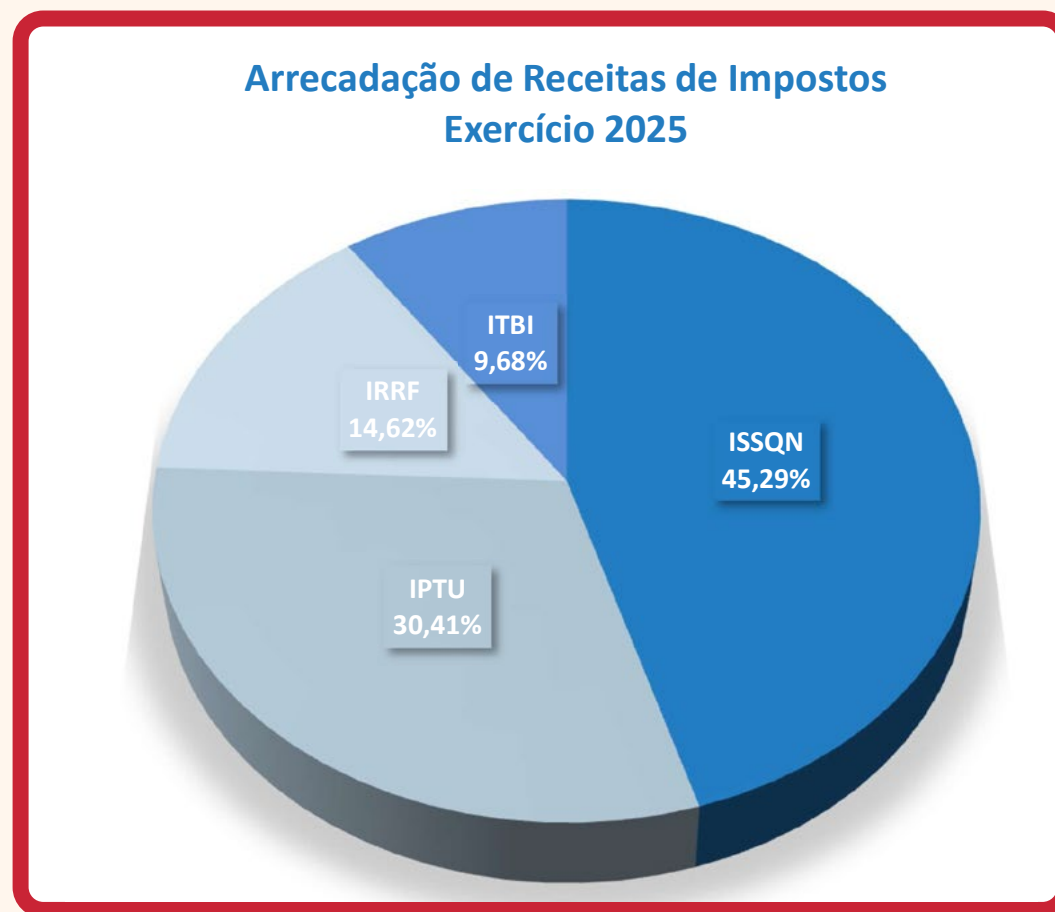


Fonte: SIAFIC BH

Do total dos Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, 92,44% (R\$ 7,22 bilhões) representaram arrecadação de impostos e 7,56% (R\$ 591 milhões) representaram arrecadação de taxas.

Os impostos, segundo o art. 16 do Código Tributário Nacional (CTN),

são espécies tributárias cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica relativa ao contribuinte, o qual não recebe contraprestação direta ou imediata pelo pagamento.



Fonte: SIAFIC BH

Do total dos Impostos arrecadados, 45,29% (R\$ 3,27 bilhões) e 30,41% (R\$ 2,19 bilhões) correspondem, respectivamente, à arrecadação de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Receitas do Exercício e Receitas de Dívida Ativa

Pode-se também avaliar a receita orçamentária considerando a distinção entre receitas do Exercício e receitas de Dívida Ativa.

As receitas do Exercício são o conjunto de créditos tributários e não tributários em favor da Fazenda Pública, recebidos no prazo para pagamento definido em lei ou em decisão proferida em processo regular.

Segundo o MCASP 11ª ed. p. 492, a “Dívida Ativa é o conjunto de créditos tributários e não tributários em favor da Fazenda Pública, não recebidos no prazo para pagamento definido em lei ou em decisão proferida em processo regular, inscrito pelo órgão ou entidade competente, após apuração de certeza e liquidez. É uma fonte potencial de fluxos de caixa e é reconhecida contabilmente no ativo. Não se confunde com a dívida pública, uma vez que esta representa as obrigações do ente público com terceiros e é reconhecida contabilmente no passivo”.

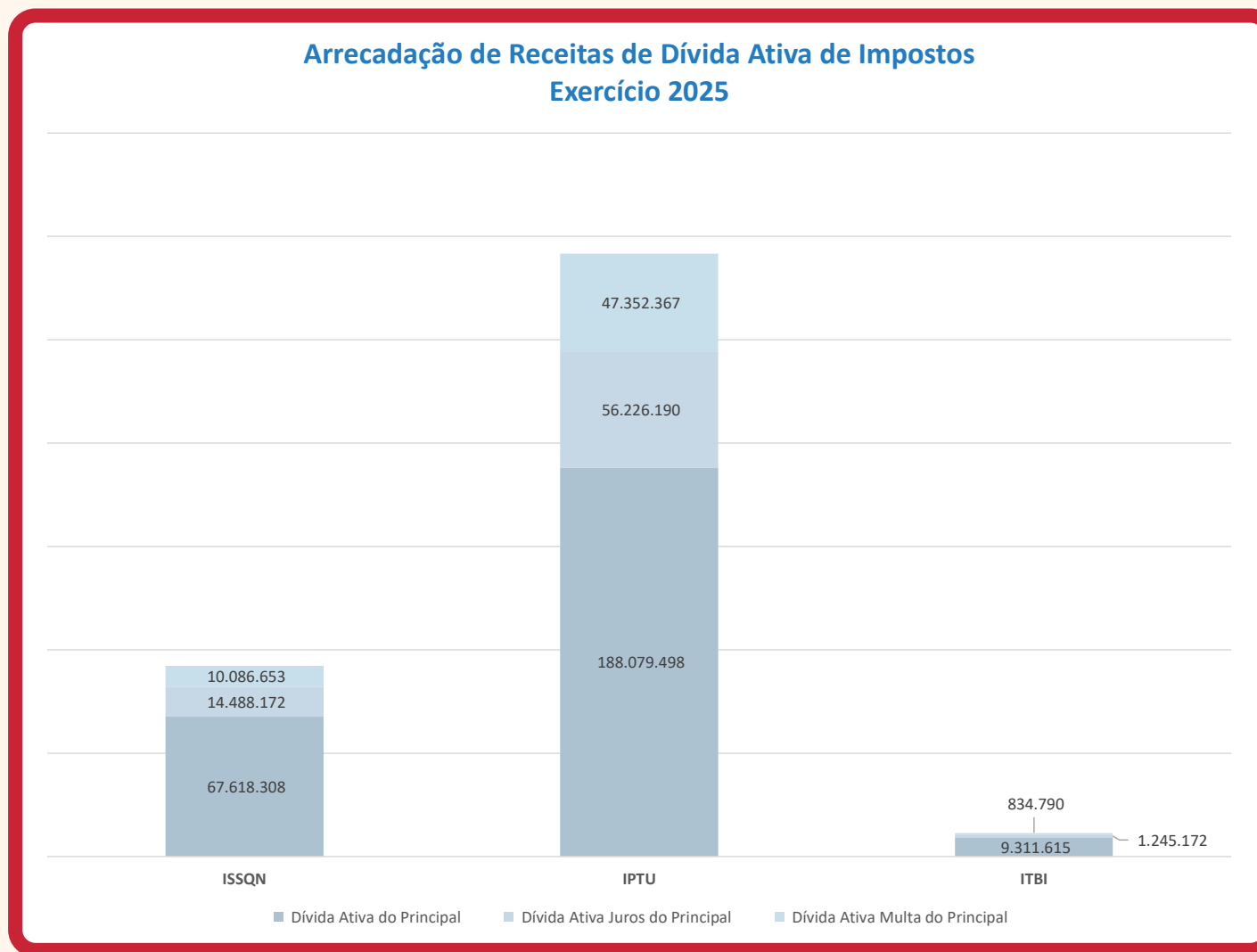
A seguir, a composição das receitas Correntes Arrecadadas separadas em receitas do Exercício e receitas de Dívida Ativa.

RECEITAS CORRENTES (Excluídas as intra-orçamentárias - Detalhadas por Origem)	RECEITA DO EXERCÍCIO			RECEITA DE DÍVIDA ATIVA			TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES
	PRINCIPAL	MULTA	JUROS	PRINCIPAL	MULTA	JUROS	
Transferências Correntes	9.083.384.946	-	-	-	-	-	9.083.384.946
Impostos e Taxas	7.304.585.254	26.208.193	22.924.128	324.224.228	62.842.699	75.508.131	7.816.292.633
Receita Patrimonial	890.761.177	8.324	1.532	401.116	9.183	7.279	891.188.611
Contribuições	803.062.850	42.117	74.161	543.218	-	-	803.722.345
Outras Receitas Correntes	289.052.905	118.016	4.460.116	36.441.520	1.450	7.000.597	337.074.604
Receita de Serviços	105.025.050	569.313	443.093	8.209.601	373.401	373.438	114.993.896
Receita Agropecuária	199.986	-	-	-	-	-	199.986
TOTAL	18.476.072.167	26.945.963	27.903.029	369.819.683	63.226.733	82.889.446	19.046.857.021
%	97,29%			2,71%			100,00%

Fonte: SIAFIC BH

Do total das receitas Correntes, 2,71% representaram recebimentos de créditos inscritos em Dívida Ativa e 97,29% representaram recebimentos de créditos do Exercício.

Do total da receita de Dívida Ativa recebida no exercício de 2025, R\$ 395 milhões se refere a Impostos (IPTU, ISSQN, ITBI), conforme detalhamento a seguir:



Fonte: SIAFIC BH

APLICAÇÃO DOS RECURSOS

DESPESAS

Sendo o orçamento o instrumento de planejamento de qualquer entidade, pública ou privada, e representando o fluxo de ingressos e aplicação de recursos em determinado período, para o setor público, este é de vital importância, pois é a lei orçamentária que fixa a despesa pública autorizada para um exercício financeiro. A despesa orçamentária pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade. (MCASP, 11ª ed., p. 72).

As despesas intraorçamentárias ocorrem quando órgão, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social efetuam aquisições de materiais, bens e serviços, realizam pagamento de impostos, taxas e contribuições, além de outras operações, quando o receptor dos recursos também for órgão, fundo, autarquia, fundação,

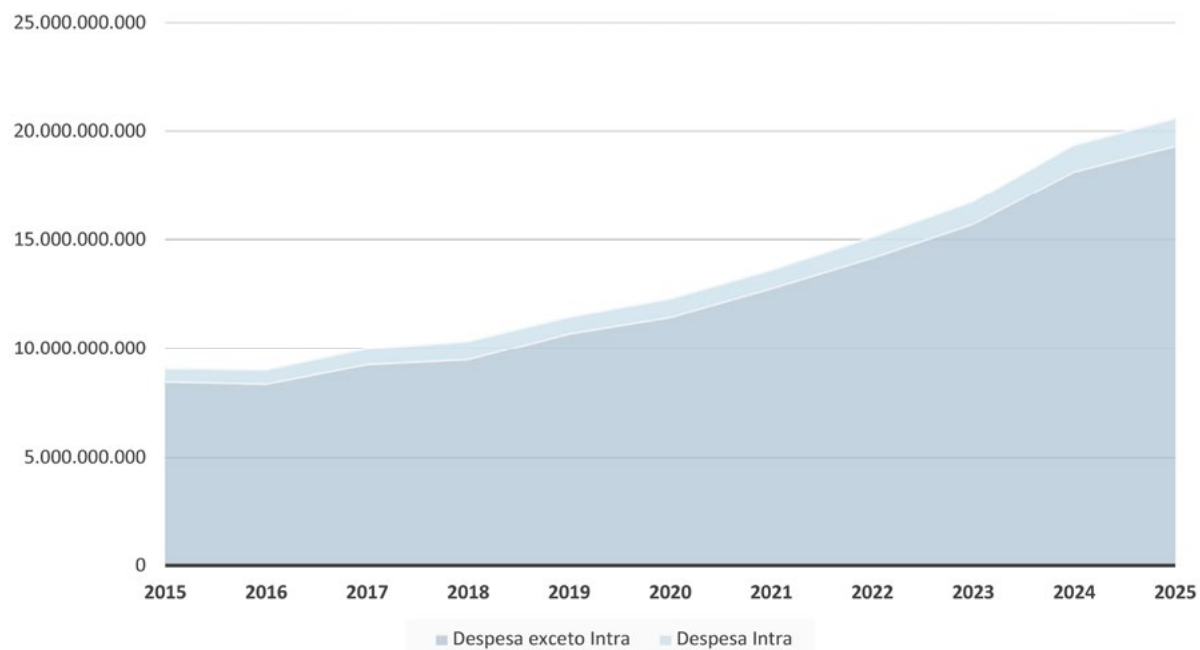
empresa estatal dependente ou outra entidade constante desse orçamento, no âmbito da mesma esfera de governo. (MCASP, 11ª ed., p. 83).

A análise da evolução das despesas orçamentárias empenhadas deve levar em consideração a despesa orçamentária empenhada excluindo as despesas intraorçamentárias, pois estas, diferentemente daquelas, representariam uma duplicidade na apuração da despesa empenhada.

Importante ressaltar que, para análise da evolução da despesa orçamentária é utilizado o regime de competência. Nesse regime, os efeitos financeiros das transações e eventos são reconhecidos nos períodos nos quais ocorrem, independentemente de terem sido recebidos ou pagos.

A seguir, é apresentada a evolução da despesa nos últimos 11 anos, destacando em separado a despesa intraorçamentária.

Evolução da Despesa Orçamentária Empenhada (Período: 2015 a 2025)



Fonte: SIAFIC BH

Em 2025, no município de Belo Horizonte, as despesas empenhadas totalizaram R\$ 20,63 bilhões (incluídas as intraorçamentárias), valor que representa um crescimento nominal de 6,24% em relação ao exercício de 2024, o que equivale a um crescimento real de 1,90% considerando a inflação acumulada no período de 4,26% (IPCA).

Quando analisadas as despesas (excluindo-se as despesas intraorçamentárias) no exercício de 2025, as despesas empenhadas totalizaram R\$ 19,36 bilhões. Quando comparadas com as despesas de 2024, que alcançaram R\$ 18,19 bilhões (excluindo-se as despesas intraorçamentárias), o valor empenhado em 2025 representa um crescimento nominal de 6,45% em relação ao exercício de 2024, o que equivale a um crescimento real de 2,1%, considerando a inflação acumulada no período de 4,26 (IPCA).

A despesa orçamentária, assim como a receita orçamentária, é

classificada em duas categorias econômicas, sendo as Despesas Correntes e as Despesas de Capital:

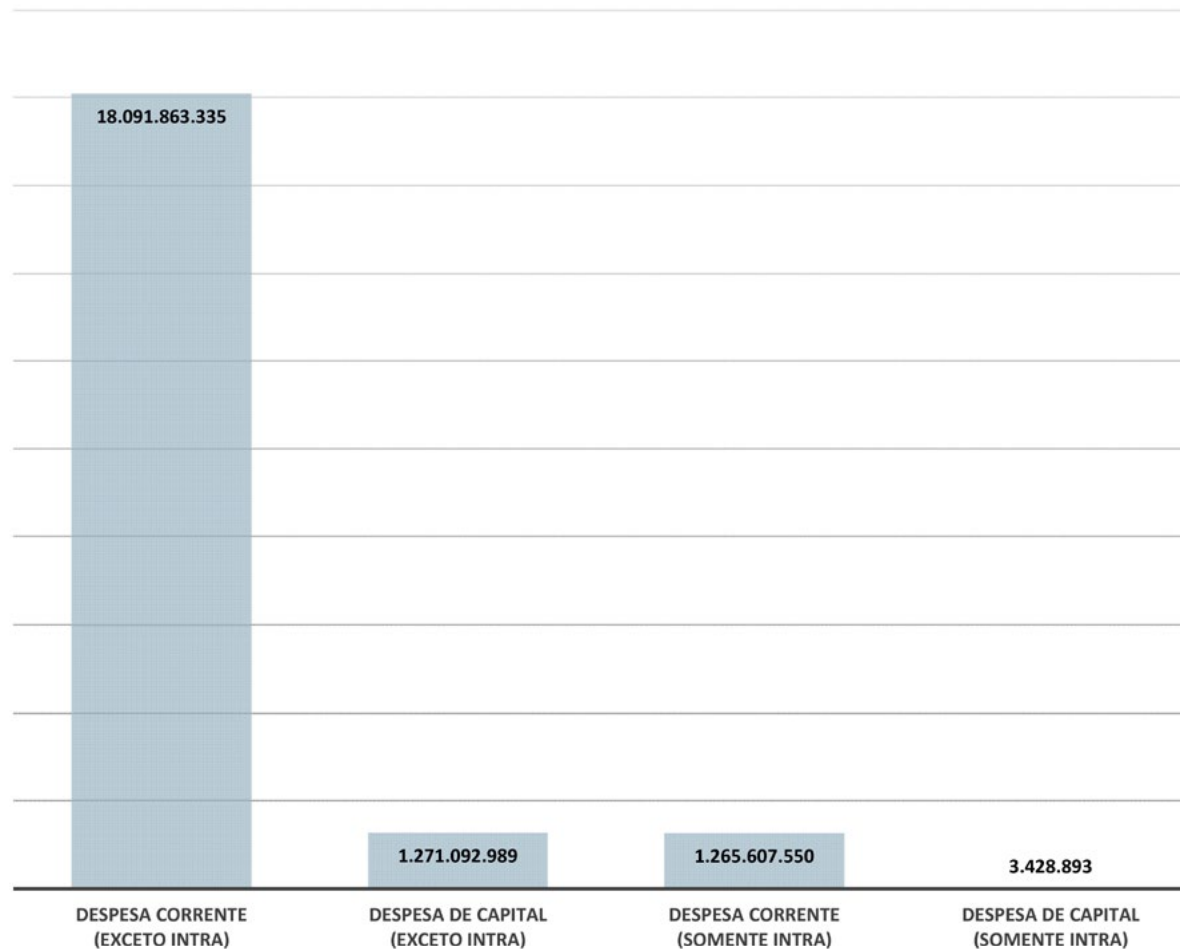
Despesas Correntes – Classificam-se nessa categoria todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. (MCASP, 11ª ed., p. 77).

Despesas de Capital – Classificam-se nessa categoria aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. (MCASP, 11ª ed., p. 77).

As despesas orçamentárias de capital mantêm uma correlação com o registro de incorporação de ativo imobilizado, intangível ou investimento ou o registro de desincorporação de um passivo (no caso da amortização da dívida). (MCASP, 11ª ed., p. 78).

A seguir, é apresentada a despesa orçamentária por Categoria Econômica.

Despesa Empenhada por Categoria Econômica Exercício 2025



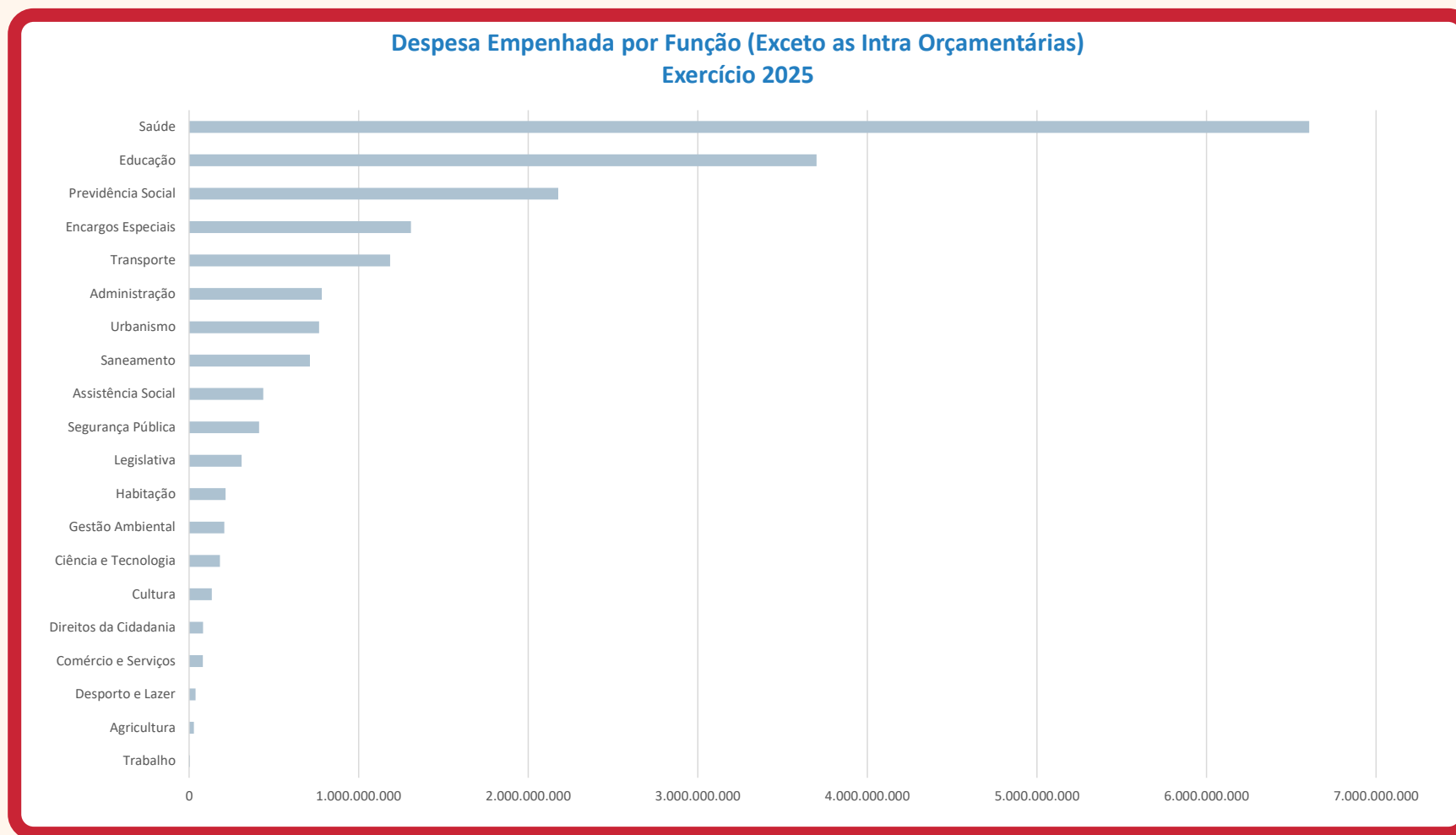
Fonte: SIAFIC BH

Em 2025, no município de Belo Horizonte, 87,69% (R\$ 18 bilhões) do total da despesa empenhada (excluídas as intraorçamentárias) representaram despesas correntes.

A classificação funcional da despesa pública segrega as dotações orçamentárias em funções e subfunções, buscando responder basicamente à indagação: “em que área de ação governamental a despesa será realizada?”

A função pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. A função quase sempre se relaciona com a missão institucional do órgão, por exemplo, cultura, educação, saúde, defesa etc. (MCASP, 11ª ed., p. 74).

O gráfico a seguir apresenta a despesa orçamentária por função governamental, excluídas as despesas intraorçamentárias.



Fonte: SIAFIC BH

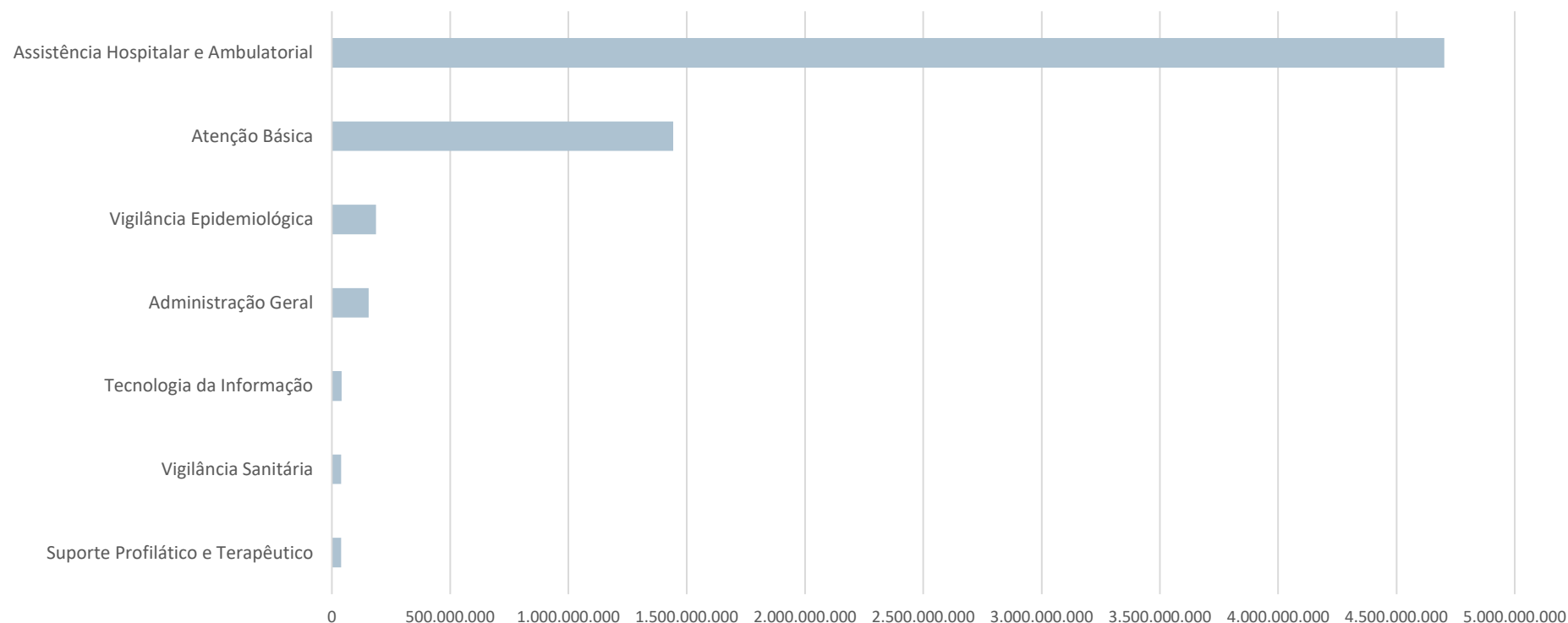
Do total das despesas empenhadas (excluídas as intraorçamentárias), R\$ 6,6 bilhões (34,11%) foram direcionados para a área da Saúde (Função Saúde) e R\$ 3,7 bilhões (19,11%) para a área da Educação (Função Educação), seguidos de R\$ 2,2 bilhões (11,24%) para a área da Previdência Social (Função Previdência Social).

A subfunção representa um nível de agregação imediatamente inferior

à função e deve evidenciar cada área da atuação governamental, por intermédio da agregação de determinado subconjunto de despesas e identificação da natureza básica das ações que se aglutinam em torno das funções. (MCASP, 11ª ed., p. 74).

No gráfico a seguir, é apresentada a despesa na função Saúde desdobrada por subfunção, excluídas as despesas intraorçamentárias.

Desdobramento da Despesa na Função Saúde Exercício 2025

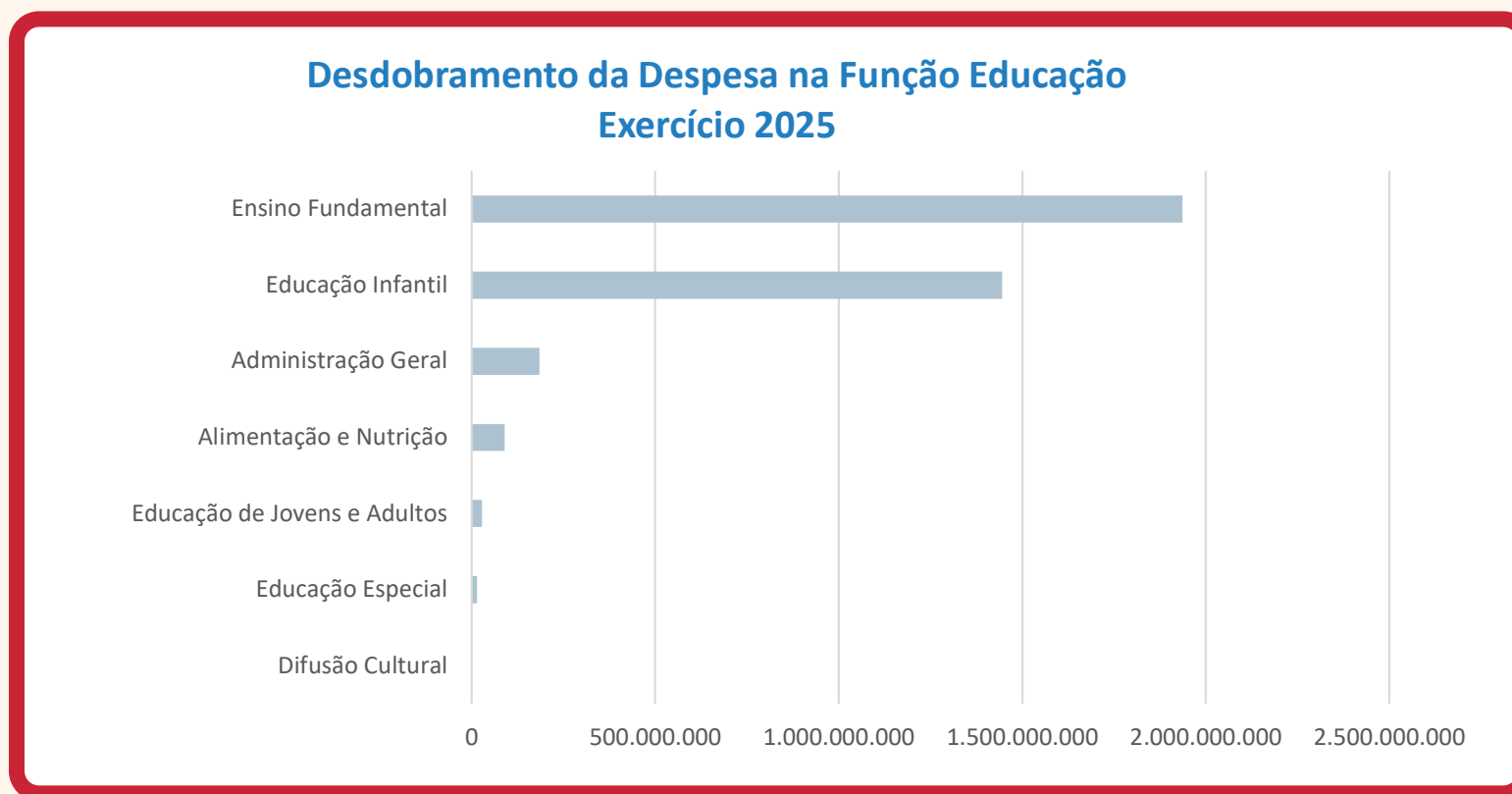


Fonte: SIAFIC BH

Do total das despesas direcionadas para a Função Saúde (excluídas as intraorçamentárias), R\$ 4,7 bilhões (71,18%) foram direcionados para a subfunção Assistência Hospitalar e Ambulatorial e R\$ 1,4 bilhão

(21,84%) para a subfunção Atenção Básica.

No gráfico a seguir, é apresentada a despesa na função Educação desdobrada por subfunção, excluídas as despesas intraorçamentárias.



Fonte: SIAFIC BH

Do total das despesas direcionadas para a Função Educação (excluídas as intraorçamentárias), R\$ 1,9 bilhão (52,33%) foi direcionado para a subfunção Ensino Fundamental e R\$ 1,4 bilhão (39,07%) para a subfunção Educação Infantil.

A despesa orçamentária também pode ser analisada através do conjunto de informações que constitui a natureza de despesa orçamentária, estruturado de forma a agregar além da categoria econômica, o grupo, a modalidade de aplicação e o elemento de despesa.

Grupo de Natureza da Despesa

É um agregador de elementos de despesa orçamentária com as mesmas características quanto ao objeto de gasto. (MCASP, 11ª ed., p. 78).

Modalidade de Aplicação

Trata-se de informação gerencial que tem por finalidade indicar se os recursos são aplicados diretamente por órgãos ou entidades no âmbito da mesma esfera de Governo ou por outro ente da Federação e suas respectivas entidades. Indica se os recursos serão aplicados diretamente pela unidade detentora do crédito ou mediante transferência para entidades públicas ou privadas. (MCASP, 11ª ed., p. 79).

Elemento de Despesa

Tem por finalidade identificar os objetos de gasto. A descrição dos elementos pode não contemplar todas as despesas a eles inerentes, sendo, em alguns casos, exemplificativa. (MCASP, 11ª ed., p. 84).

A seguir, é apresentado o total da despesa empenhada por Natureza de Despesa.

Demonstrativo das Despesas Empenhadas por Natureza de Despesa (Exercício: 2025)

CATEGORIA ECONÔMICA	GRUPO DA NATUREZA DE DESPESA	MODALIDADE DE APLICAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	CÓDIGO DA NATUREZA DE DESPESA	VALOR	%
Despesas Correntes	Juros e Encargos da Dívida	Aplicações Diretas	Juros sobre a Dívida por Contrato	329021	338.424.324	1,64%
			Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato	329022	47.037.651	0,23%
	Outras Despesas Correntes	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	Despesas de Exercícios Anteriores	339192	5.433.123	0,03%
			Indenizações e Restituições	339193	421.553	0,00%
			Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	339139	494.808.988	2,40%
			Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	339140	3.160.158	0,02%
			Auxílio-Alimentação	339046	218.209.559	1,06%
			Auxílio-Transporte	339049	18.389.479	0,09%
			Despesas de Exercícios Anteriores	339092	236.778.191	1,15%
			Diárias – Civil	339014	1.265.799	0,01%
			Indenizações e Restituições	339093	59.923.143	0,29%
			Locação de Mão-de-Obra	339037	1.023.615.711	4,96%
		Aplicações Diretas	Material de Consumo	339030	266.676.249	1,29%
			Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	339032	165.063.403	0,80%
			Obrigações Tributárias e Contributivas	339047	183.038.296	0,89%
			Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização	339034	595.948.735	2,89%
			Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	339048	18.942.975	0,09%
			Outros Benefícios Assistenciais do Servidor ou do Militar	339008	66.334.380	0,32%
			Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	339036	63.285.939	0,31%
			Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	339039	5.160.155.084	25,01%
			Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	339031	10.005.000	0,05%
			Sentenças Judiciais	339091	94.392.680	0,46%
			Serviços de Consultoria	339035	60.506.564	0,29%
			Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	339040	140.831.416	0,68%
			Encargos pela Honra de Avas, Garantias, Seguros e Similares	339027	108	0,00%
		Execução de Contrato de Parceria Público-Privada – PPP	Despesas Decorrentes de Contrato de Parceria Público-Privada - PPP, exceto Subvenções Econômicas, Aporte e Fundo Garantidor	336783	561.974.238	2,72%
		Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	Rateio pela participação em Consórcio Público	337170	28.940.734	0,14%
		Transferências a Estados e ao Distrito Federal	Contribuições	333041	8.380.408	0,04%
		Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	Despesas de Exercícios Anteriores	336092	74.511.065	0,36%
			Subvenções Econômicas	336045	724.462.360	3,51%
		Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	Contribuições	335041	6.784.418	0,03%
			Despesas de Exercícios Anteriores	335092	7.104.843	0,03%
			Subvenções Sociais	335043	70.034.980	0,34%
		Transferências à União	Contribuições	332041	220.000	0,00%
		Transferências ao Exterior	Contribuições	338041	79.291	0,00%
	Pessoal e Encargos Sociais	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	Despesas de Exercícios Anteriores	319192	227	0,00%
			Indenizações e Restituições Trabalhistas	319194	8.902.655	0,04%
			Obrigações Patronais	319113	750.470.497	3,64%
			Sentenças Judiciais	319191	2.410.349	0,01%
			Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares	319001	1.970.173.400	9,55%
			Compensações a Regimes de Previdência	319086	1.294.639	0,01%
			Contratação por Tempo Determinado	319004	111.185.398	0,54%
			Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	319007	849.431	0,00%
			Despesas de Exercícios Anteriores	319092	3.692.088	0,02%
			Indenizações e Restituições Trabalhistas	319094	43.633.464	0,21%
		Aplicações Diretas	Obrigações Patronais	319013	269.858.602	1,31%
			Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	319016	15.924.399	0,08%
			Outros Benefícios Assistenciais do Servidor ou do Militar	319008	140.637.057	0,68%
			Pensões do RPPS e do Militar	319003	200.649.450	0,97%
			Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	319096	6.801.922	0,03%
			Sentenças Judiciais	319091	140.953.040	0,68%
			Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	319011	4.916.536.973	23,83%
		Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	Rateio pela participação em Consórcio Público	317170	18.356.450	0,09%

Continua na próxima página...

Demonstrativo das Despesas Empenhadas por Natureza de Despesa (Exercício: 2025)

Continuação

CATEGORIA ECONÔMICA	GRUPO DA NATUREZA DE DESPESA	MODALIDADE DE APLICAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	CÓDIGO DA NATUREZA DE DESPESA	VALOR	%
Despesas de Capital	Amortização da Dívida	Aplicações Diretas	Principal da Dívida Contratual Resgatado	469071	504.338.293	2,44%
	Inversões Financeiras	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	459165	1.560.829	
		Aplicações Diretas	Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	459065	2.698	0,01%
		Execução de Contrato de Parceria Público-Privada – PPP	Aporte de Recursos pelo Parceiro Público em Favor do Parceiro Privado Decorrente de Contrato de Parceria Público-Privada - PPP	456782	29.703.087	0,00%
	Investimentos	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos	Equipamentos e Material Permanente	449152	1.079.930	0,14%
			Indenizações e Restituições	449193	788.134	0,01%
			Despesas de Exercícios Anteriores	449092	15.670.503	0,00%
		Aplicações Diretas	Equipamentos e Material Permanente	449052	45.194.700	0,08%
			Indenizações e Restituições	449093	14.414.775	0,22%
			Material de Consumo	449030	3.770.809	0,07%
			Obras e Instalações	449051	541.609.957	0,02%
			Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	449039	6.781.036	2,63%
			Sentenças Judiciais	449091	17.134.212	0,03%
			Serviços de Consultoria	449035	5.839.256	0,08%
			Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	449040	31.061.526	0,03%
			Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	Rateio pela participação em Consórcio Público	447170	31.098
		Transferências a Estados e ao Distrito Federal	Auxílios	443042	100.000	0,00%
		Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	Auxílios	445042	40.381.830	0,00%
			Equipamentos e Material Permanente	445052	2.531.768	0,20%
			Obras e Instalações	445051	532.239	0,01%
		Transferências à União	Auxílios	442042	11.995.205	0,00%
	TOTAL DA DESPESA EMPENHADA (INCLUÍDAS AS INTRAORÇAMENTÁRIAS)					20.631.992.768

Fonte: SIAFIC BH

Resultado Orçamentário

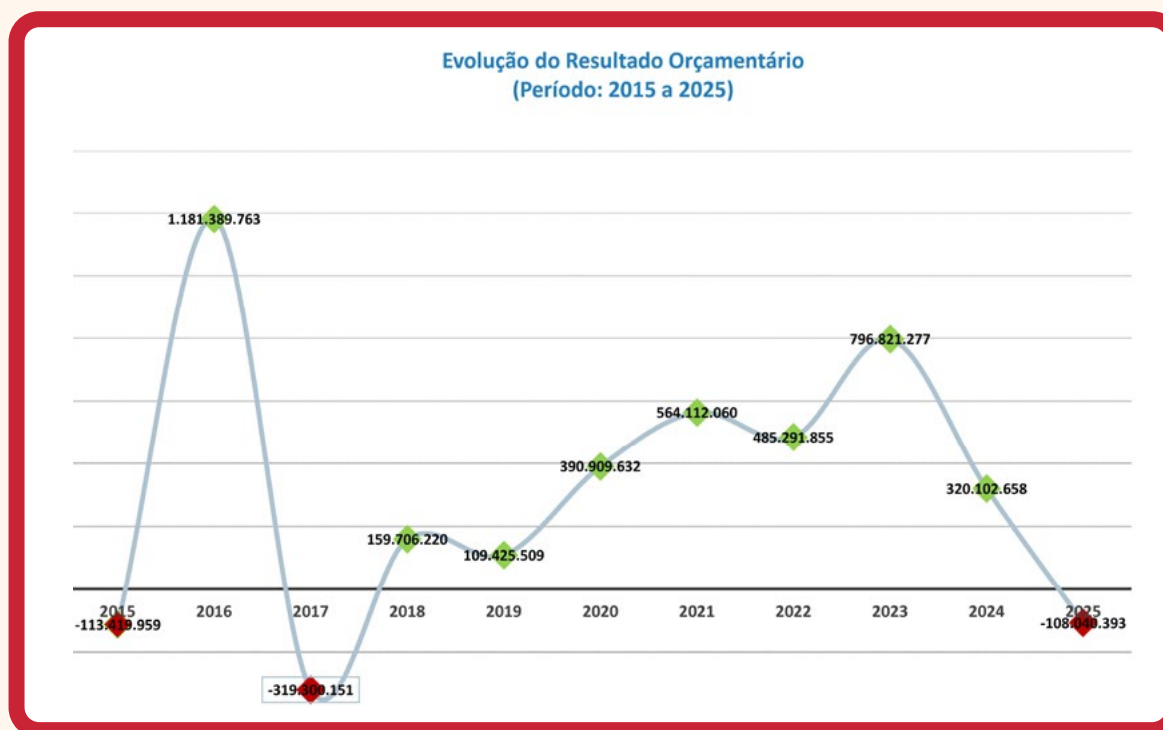
O Resultado Orçamentário demonstra o valor atingido pela administração pública na gestão orçamentária dos recursos. O resultado orçamentário é obtido através da diferença entre as Receitas Orçamentárias deduzidas das Despesas Orçamentárias.

Esse resultado é apurado com base em um regime misto, que considera a receita arrecadada e a despesa empenhada.

É importante ressaltar que o superávit financeiro de exercícios anteriores, quando utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos

adicionais, não pode ser considerado como parte da receita orçamentária que integra o cálculo do resultado orçamentário. O superávit financeiro não é receita do exercício de referência, pois já o foi em exercício anterior, mas constitui disponibilidade para utilização no exercício de referência. Por outro lado, as despesas executadas à conta do superávit financeiro são despesas do exercício de referência, por força legal, visto que não foram empenhadas no exercício anterior. (MCASP, 11ª ed., p. 552).

O gráfico a seguir apresenta a evolução do Resultado Orçamentário nos últimos 11 anos.



Fonte: SIAFIC BH

No exercício de 2025, o déficit orçamentário (incluindo as receitas e despesas intraorçamentárias) foi de R\$ 108 milhões.

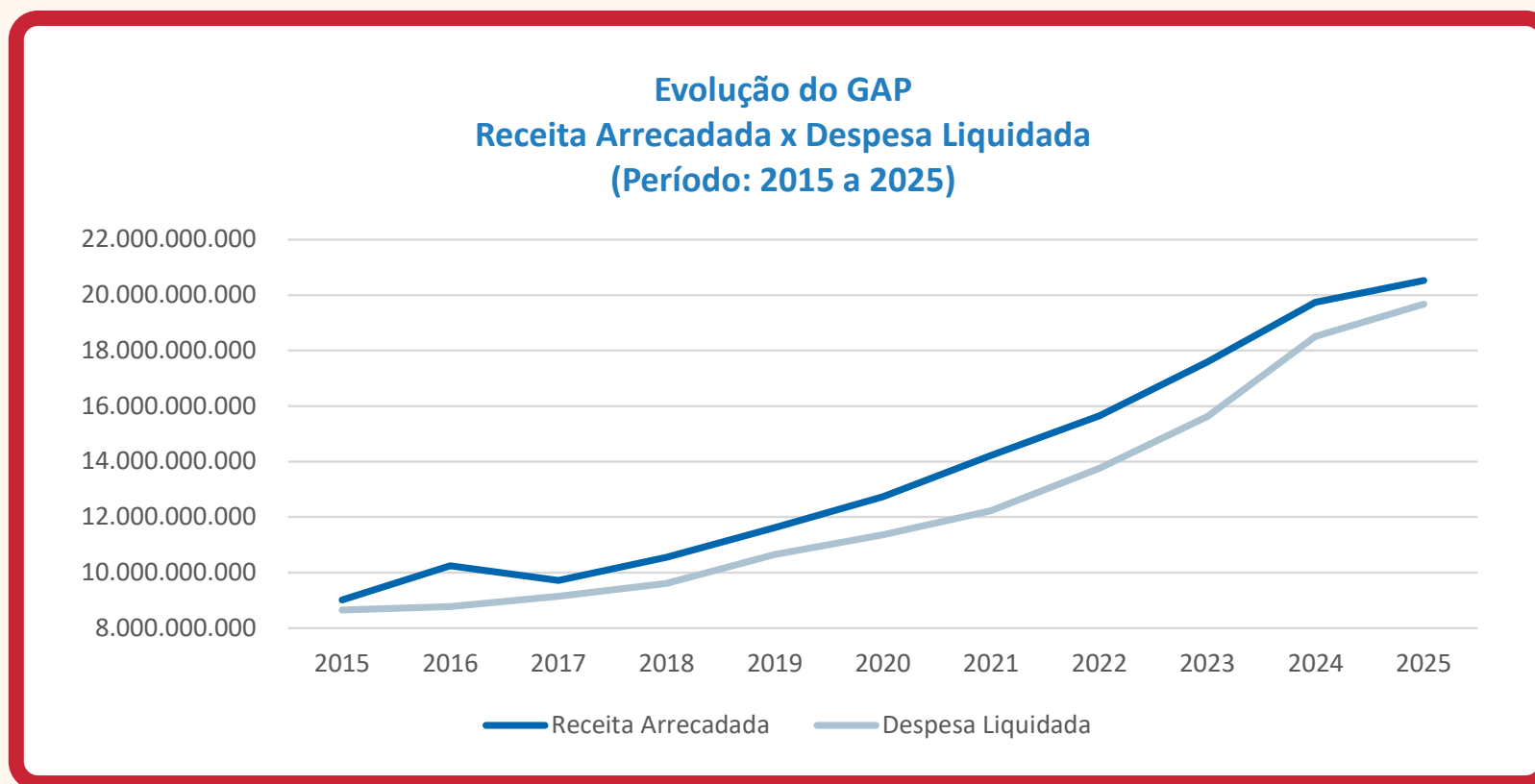
Outro ponto importante a ser observado é o gap (descompasso) entre a receita arrecadada e a despesa liquidada.

A despesa liquidada é a verificação do direito adquirido pelo credor de receber o pagamento. É o segundo estágio da execução da despesa,

precedido do empenho e sucedido do pagamento.

A análise do gap (descompasso) entre a receita arrecadada e a despesa liquidada poderá demonstrar um equilíbrio ou desequilíbrio financeiro do ente.

A seguir, é demonstrada a evolução entre o gap da Receita Arrecadada e a Despesa Liquidada.



Fonte: SIAFIC BH

O desejável é que a despesa liquidada seja menor que a receita arrecadada para que o ente não se depare com dificuldades em honrar seus compromissos financeiros.

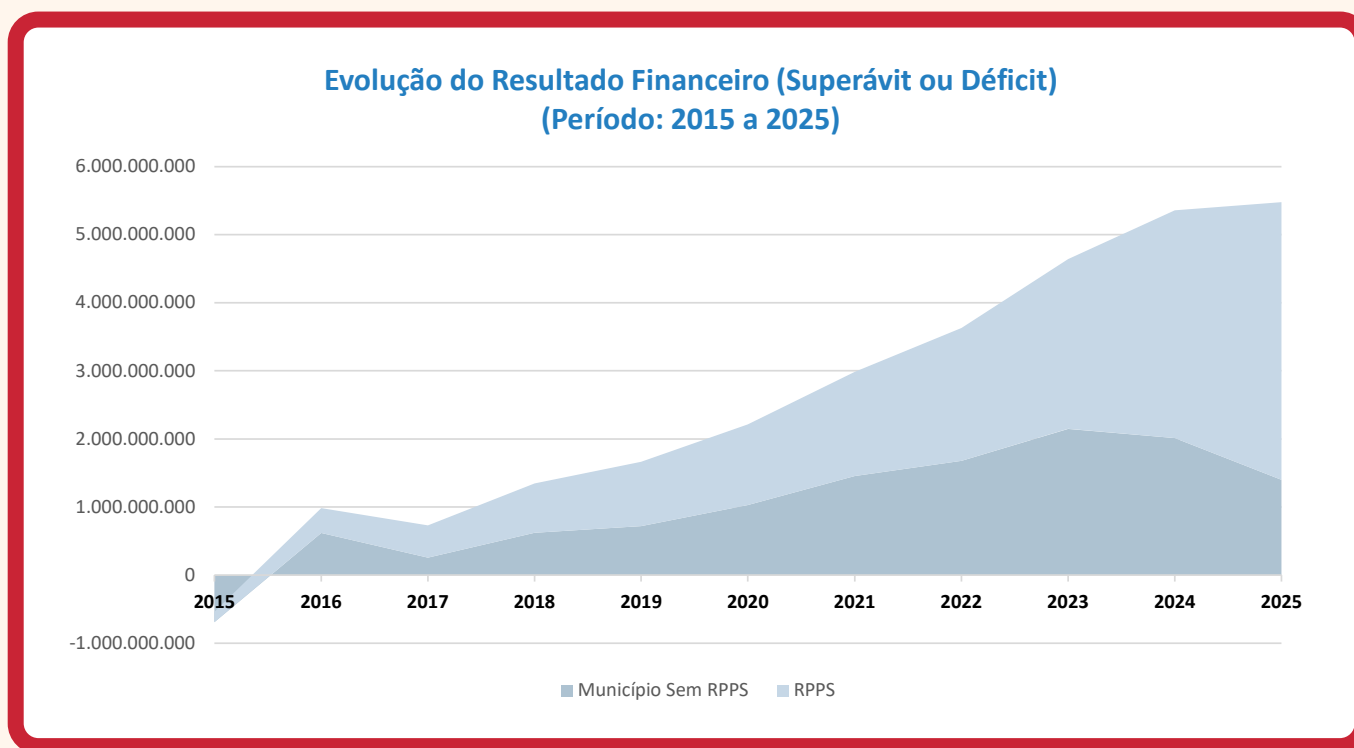
Resultado Financeiro

Conforme o § 2º do artigo 43 da Lei 4.320/64, Superávit Financeiro é a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e

as operações de créditos neles vinculadas. Caso a diferença entre o ativo e passivo financeiro seja negativa, estaremos diante de um Déficit Financeiro.

O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior é uma das fontes possíveis para a abertura de créditos adicionais.

Quando há superávit financeiro de exercícios anteriores, tem-se um recurso disponível para abertura de créditos para as despesas não fixadas ou não totalmente contempladas pela Lei Orçamentária Anual.



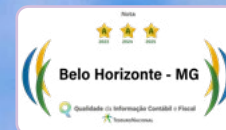
Fonte: SIAFIC BH

Em 2025, o município de Belo Horizonte apresentou um superávit financeiro acumulado no valor de R\$ 5,48 bilhões. Neste montante estão inseridos R\$ 4,08 bilhões referente ao superávit financeiro do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

Considerando que os recursos disponíveis no RPPS não podem ser utilizados para nenhuma outra finalidade senão o pagamento de benefícios previdenciários, o superávit financeiro do município deve ser avaliado subtraindo-se estes valores. Assim, o superávit financeiro do município de Belo Horizonte, excluindo-se o superávit do RPPS correspondeu ao montante de R\$ 1,4 bilhão.

No exercício de 2025, do total do superávit financeiro apurado em 2024 (R\$ 2,01 bilhões, já excluídos os recursos do RPPS), o município utilizou, no orçamento de 2025, R\$ 983 milhões para abertura de créditos adicionais com origem no superávit do exercício anterior.

Do montante de créditos adicionais com origem no superávit de exercícios anteriores abertos em 2025 (R\$ 983 milhões), R\$ 871 milhões foi empenhado durante o exercício. (Vide Apêndice I – Relatório de Créditos Adicionais Abertos com origem no superávit do Exercício Anterior por Fonte/Destinação de Recursos).



VOL. II

DOS INDICADORES FISCAIS



**BELO
HORIZONTE**
PREFEITURA

A RESPONSABILIDADE NAS CONTAS PÚBLICAS



EXERCÍCIO
2025

VOL. II

Com o objetivo de garantir a estabilidade nas contas públicas, a Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabeleceu, de forma impositiva, metas de resultado primário e resultado nominal, fixou limites e condições para as despesas com pessoal, dívida, operações de crédito, concessão de garantias e contragarantias, bem como para inscrição em restos a pagar. Além dos limites e das condições impostos pela LRF, o município deve observar as determinações constitucionais de aplicação mínima de recursos nas áreas de educação e saúde.

As informações pormenorizadas das metas e limites estabelecidos pela LRF são publicadas pelo município bimestralmente através do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e, quadrimestralmente, por meio do Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

A composição na íntegra desses relatórios pode ser obtida através deste link:

<https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/contas-publicas/execucao-orcamentaria-e-gestao-fiscal/demonstrativos-2025>

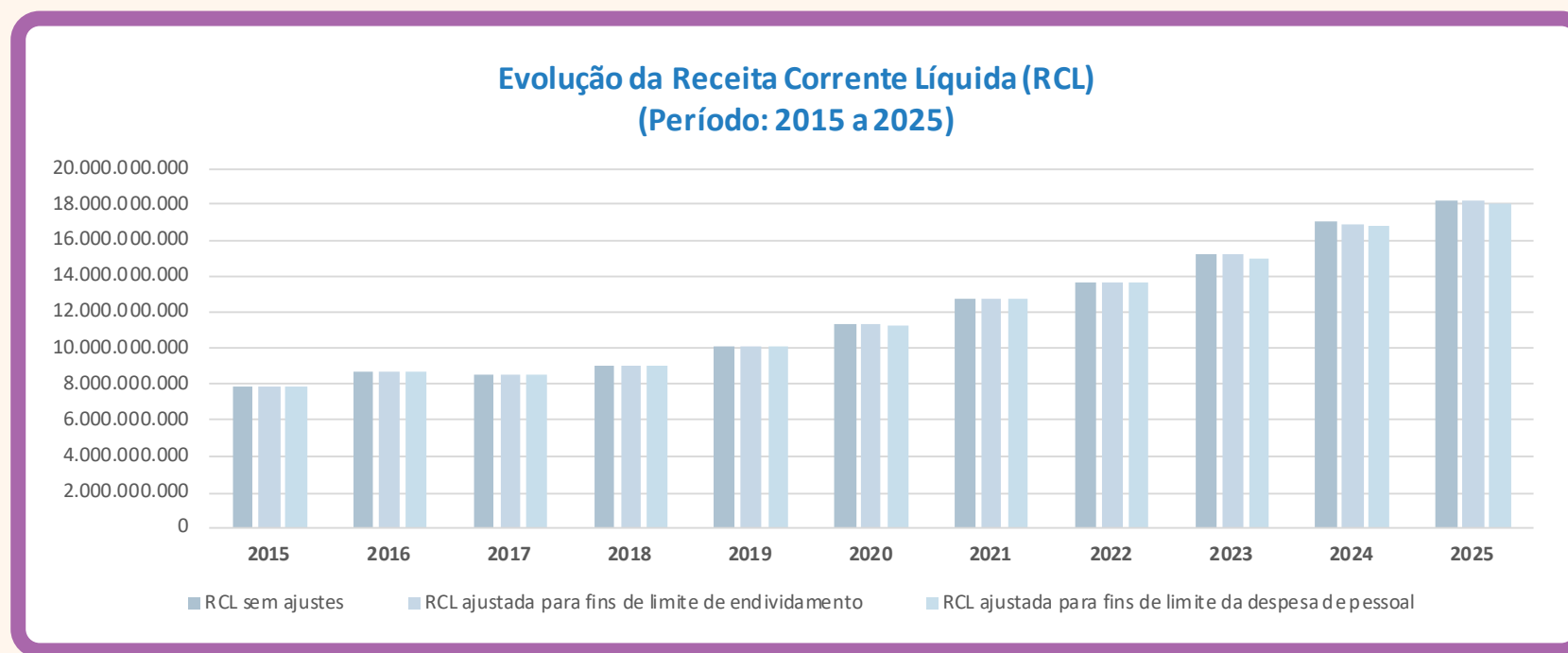
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)

Um dos parâmetros utilizados para verificação dos limites fixados pela LRF é a RCL.

Conforme a LRF, a RCL é o somatório das receitas de impostos, taxas e contribuições de melhoria, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, transferências correntes e outras receitas

correntes do ente da Federação, deduzidos alguns itens exaustivamente explicitados pela própria LRF.

A seguir, é apresentada a evolução da Receita Corrente Líquida nos últimos 11 anos.



Fonte: RREO 6º bimestre/2025. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/contas-publicas/execucao-orcamentaria-e-gestao-fiscal/demonstrativos-2025>

Em 2025, a RCL do município foi de R\$ 18,27 bilhões e apresentou um crescimento nominal de 7,54% em relação ao exercício de 2024, o que equivale a um crescimento real de 3,15% considerando a inflação acumulada no período de 4,26% (IPCA).

A RCL, a partir do exercício de 2020, passou a ser ajustada para fins dos cálculos dos limites de endividamento e limites da despesa de pessoal.

Para fins do cálculo do limite de endividamento, a RCL é ajustada abatendo os valores recebidos pelo município referentes às Transferências Obrigatórias da União relativas às emendas individuais nos termos do art. 166-A, § 1º, da CF. A RCL ajustada para fins do cálculo dos limites de endividamento, no exercício de 2025, foi de R\$ 18,23 bilhões.

Para fins do cálculo do limite da despesa de pessoal, a RCL é ajustada abatendo os valores recebidos pelo município referentes às Transferências Obrigatórias da União relativas às emendas de bancada, nos termos do art. 166-A, § 16, da CF, e os referentes à Transferência da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias, nos termos do art. 198, § 11, da CF. A RCL ajustada para fins do cálculo da despesa de pessoal, no exercício de 2025, foi de R\$ 18,08 bilhões.

DESPESA DE PESSOAL CONSOLIDADA

A Despesa Total de Pessoal (DTP) compreende o somatório dos gastos do ente da Federação com ativos, inativos e pensionistas, deduzidos alguns itens exaustivamente explicitados pela própria LRF. Essa despesa será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos 11 (onze) imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência,

independentemente de empenho. (MDF, 14ª ed., p. 436).

A observância ao limite de gastos com pessoal no setor público é tratada com grande importância na Lei de Responsabilidade Fiscal. Dessa forma, a LRF estabeleceu limites Máximo, Prudencial e de Alerta de observação obrigatória para os entes.

Nos termos do MDF 14ª ed., a despesa com pessoal ativo, inativo e pensionista de cada um dos Poderes e órgãos com autonomia administrativa, orçamentária e financeira, em cada período de apuração, não poderá exceder percentuais da receita corrente líquida – RCL previstos na LRF, conforme os **limites máximos**:

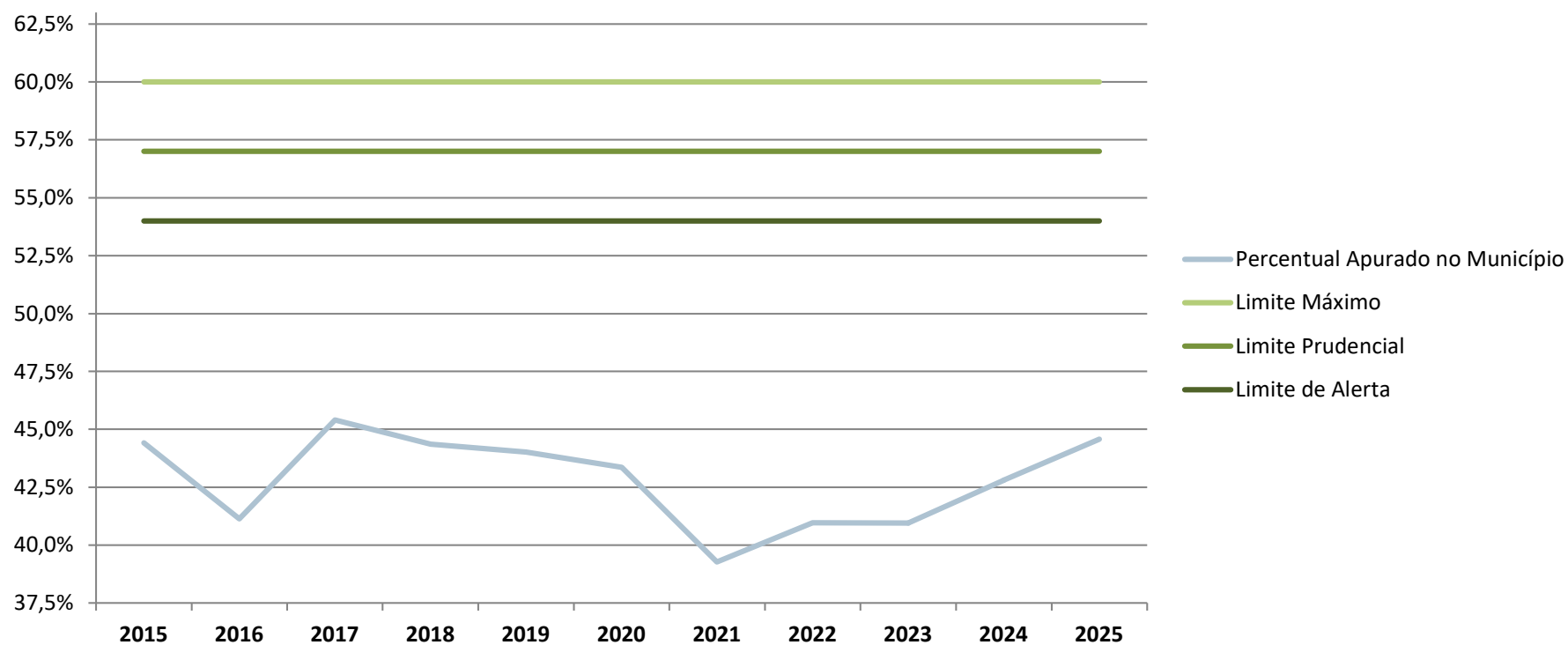
ENTE	Executivo	Legislativo	Total
Municípios	54% da RCL	6% da RCL	60% da RCL

Considerando o princípio da gestão fiscal responsável, a LRF estabeleceu um limite intermediário para a despesa com pessoal (limite prudencial), que equivale a 95% do limite máximo legal. Caso o ente ultrapasse o limite prudencial, ficará sujeito a algumas restrições que impliquem em aumento de despesa com pessoal. (MDF, 14ª ed., p. 447).

O **limite de alerta** equivale a 90% do limite máximo legal do Poder ou órgão referido no art. 20 da LRF. Quando o Tribunal de Contas competente constatar que o ente ultrapassou esse limite, deverá alertar o Poder ou órgão. (MDF, 14ª ed., p. 447).

Os gráficos a seguir apresentam os percentuais da despesa de pessoal do município de Belo Horizonte (Executivo + Legislativo) em relação à Receita Corrente Líquida (RCL) e a evolução da despesa de pessoal em comparação com a receita corrente líquida nos últimos 11 anos.

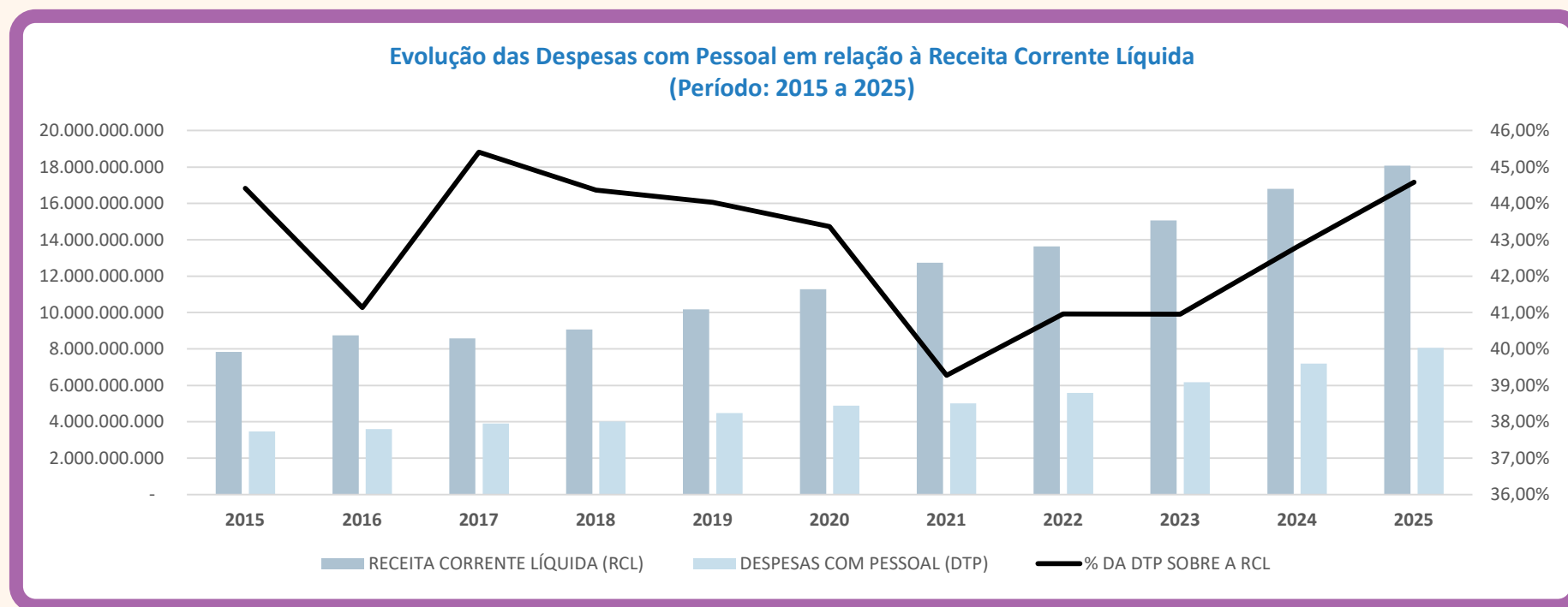
Evolução do % das Despesas com Pessoal em relação à RCL (Período: 2015 a 2025)



Fonte: RGF 3º quadrimestre/2025. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/contas-publicas/execucao-orcamentaria-e-gestao-fiscal/demonstrativos-2025>

O município de Belo Horizonte, no aspecto da gestão das despesas de pessoal, atendeu as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal e encerrou o exercício de 2025 utilizando 44,57% da Receita Corrente

Líquida com Despesas de Pessoal, sendo que o limite máximo permitido pela LRF aos municípios é de 60%, o prudencial é de 57% e o de alerta é de 54% da RCL.



Fonte: RGF 3º quadrimestre/2025. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/contas-publicas/execucao-orcamentaria-e-gestao-fiscal/demonstrativos-2025>

DÍVIDA PÚBLICA

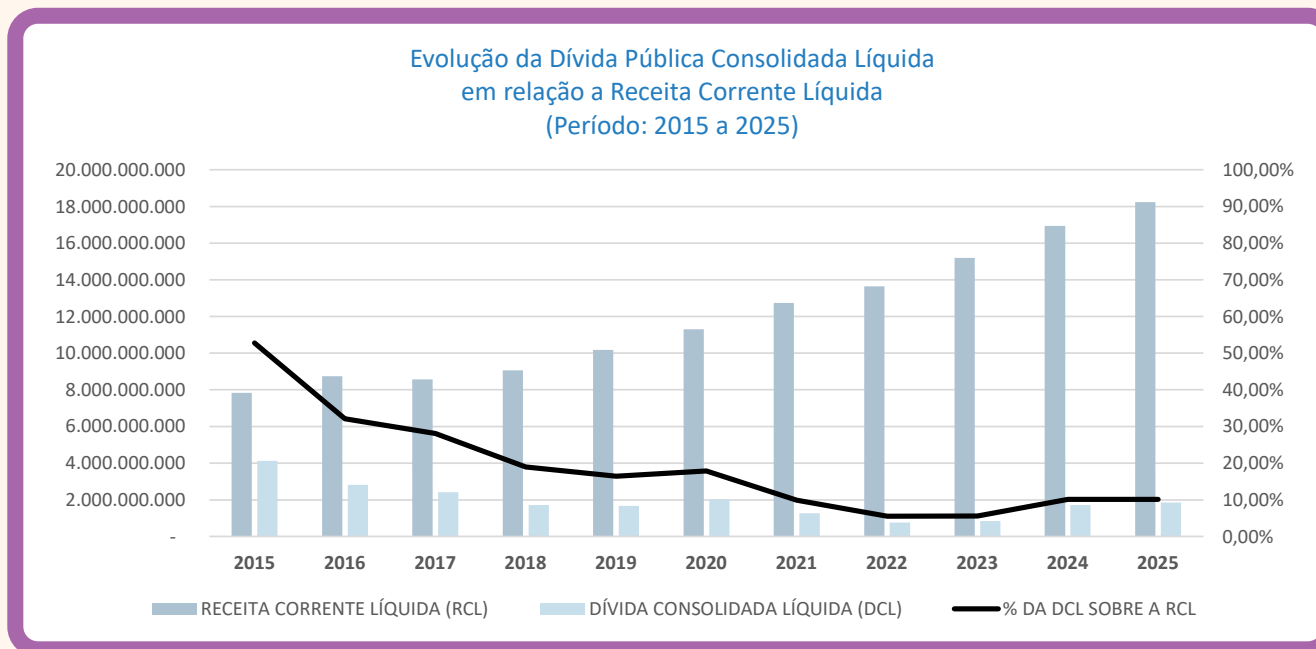
Dívida Pública Consolidada (DC)

Conforme disposto no art. 29 da LRF, a dívida pública consolidada ou fundada constitui-se no montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses. As operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento também integram a dívida pública consolidada. Não inclui as dívidas do RPPS do ente, cujo serviço (juros, encargos e amortização) seja custeado com recursos próprios do RPPS. (MDF, 14^a ed., p. 77).

Dívida Consolidada Líquida (DCL)

Corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados. Não inclui a disponibilidade de caixa e os demais haveres financeiros do RPPS do ente. (MDF, 14^a ed., p. 78).

De acordo com a Resolução nº 40, de 2001, do Senado Federal, art. 3º, o limite global para o montante da Dívida Consolidada Líquida dos Municípios não poderá exceder a 1,2 vez a Receita Corrente Líquida. Já a LRF definiu como limite Prudencial 1,08 vez a Receita Corrente Líquida.



Fonte: RGF 3º quadrimestre/2025. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/contas-publicas/execucao-orcamentaria-e-gestao-fiscal/demonstrativos-2025>

Em 2025, o total da Dívida Consolidada Líquida representou 10,14% da RCL, apresentando valores inferiores aos limites máximos (120% da RCL) e prudencial (108% da RCL) estabelecidos pelo Senado Federal e pela LRF, respectivamente.

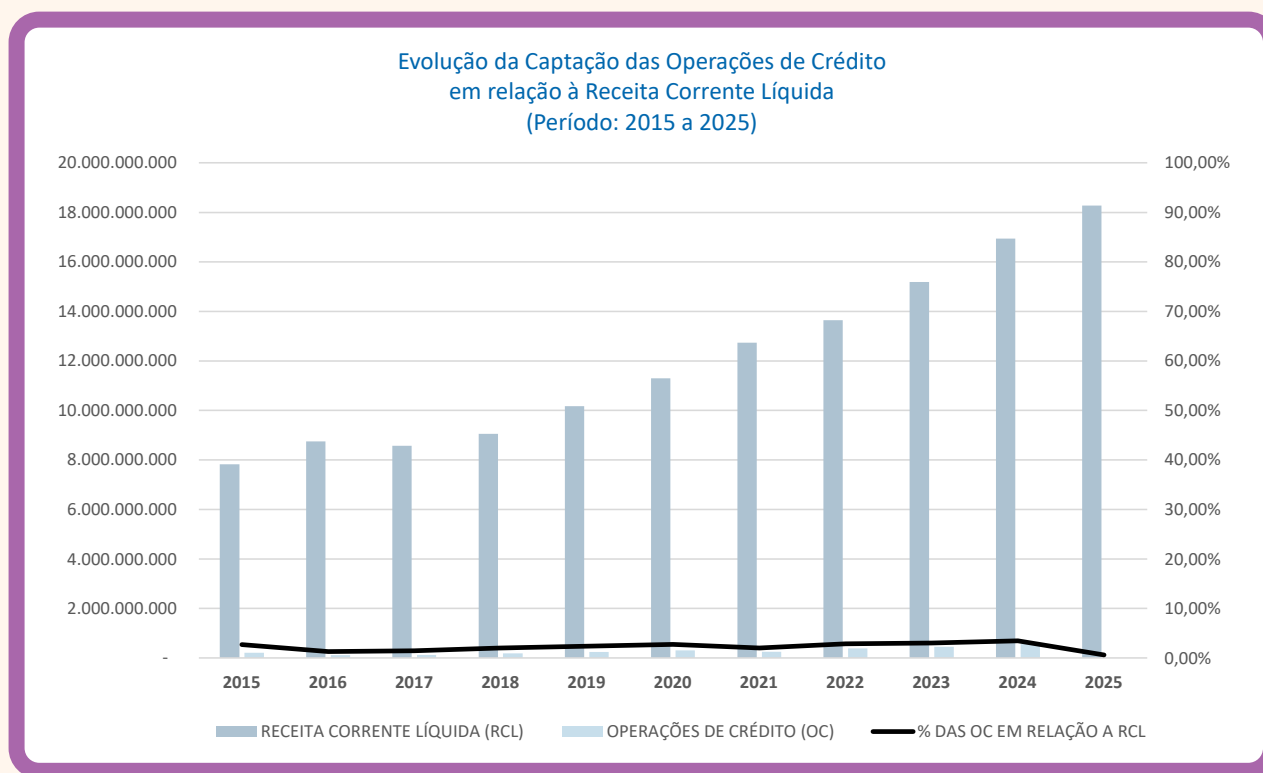
OPERAÇÕES DE CRÉDITO

O Demonstrativo das Operações de Crédito abrange as operações de crédito internas e externas, inclusive por antecipação da receita. (MDF, 14ª ed., p. 487). As operações de crédito tradicionais

são aquelas captações de recursos por meio de financiamento, empréstimo ou mútuo.

O Senado Federal estabeleceu o limite do montante global das operações de crédito dos entes da Federação, sendo para os municípios o máximo de 16% da RCL em cada exercício.

A seguir, é apresentado o valor contraído em operações de crédito em comparação à receita corrente líquida no exercício, demonstrando a evolução dessa relação nos últimos 11 anos.



Fonte: RGF 3º quadrimestre/2025. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/contas-publicas/execucao-orcamentaria-e-gestao-fiscal/demonstrativos-2025>

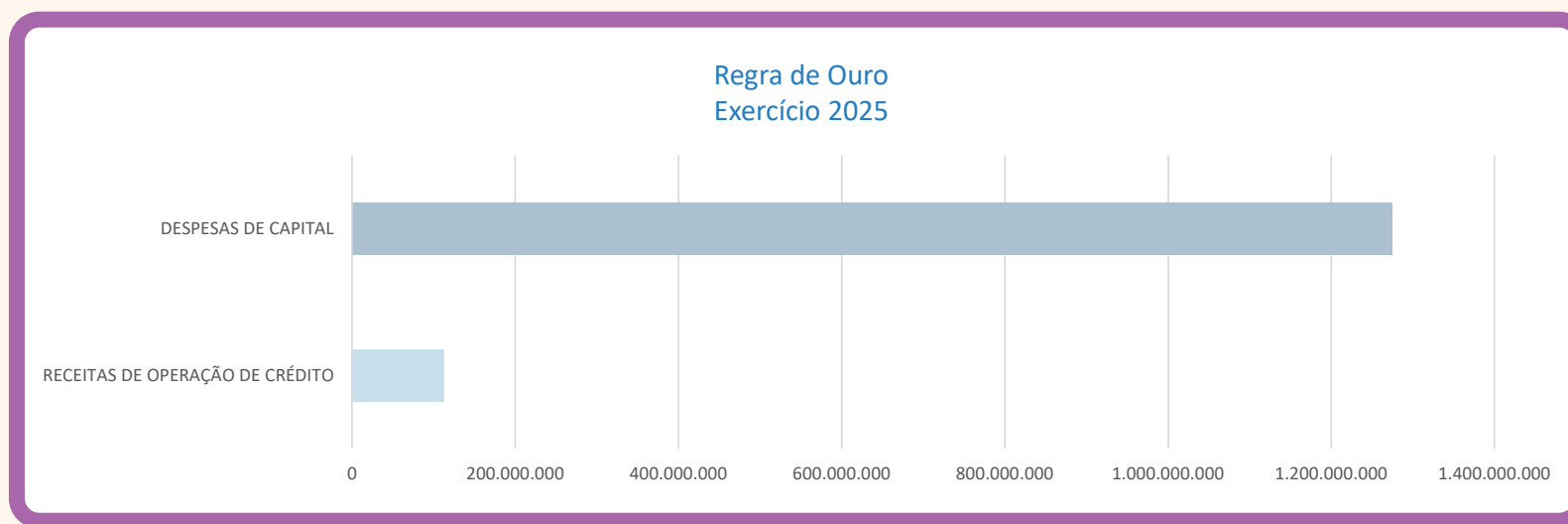
Em 2025, o total de captação de recursos representou 0,62% do total da RCL, demonstrando que o percentual de comprometimento das receitas de operações de crédito captadas pelo município em relação à RCL ficou abaixo do limite estabelecido na Resolução nº 43/2001.

REGRA DE OURO

A Regra de Ouro é a diferença entre a despesa de capital líquida e as receitas de operações de crédito. O resultado positivo representa o cumprimento do dispositivo constitucional, que veda a realização

de receitas de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital. (MDF, 14ª ed., p. 338).

Segundo o MDF 9ª ed., ao impedir que o montante das operações de crédito em um exercício financeiro exceda ao montante das despesas de capital, evita-se que sejam realizados empréstimos para financiar despesas correntes como pagamento de funcionários, despesas administrativas e, principalmente, juros. É precisamente por essa razão que a regra é conhecida na literatura internacional como “Regra de Ouro”, pois apenas isso já bastaria para controlar o endividamento.



Fonte: RREO 6º bimestre/2025. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/contas-publicas/execucao-orcamentaria-e-gestao-fiscal/demonstrativos-2025>

A partir das informações apresentadas no gráfico da Regra de Ouro, verifica-se que o município obteve, no exercício de 2025, R\$ 113 milhões em receitas de operação de crédito, sendo que a despesa de capital representou R\$ 1,3 bilhão, evidenciando o atendimento à Regra de Ouro, uma vez que as despesas de capital superaram as receitas de operações de crédito. Ou seja, parte das receitas correntes e de outras receitas de capital foram utilizadas para custear despesas de capital.

RESULTADO PRIMÁRIO

A Lei de Responsabilidade Fiscal elegeu o controle do endividamento público como um dos principais focos de uma gestão fiscalmente responsável.

De acordo com o MDF 9ª ed., Resultado Primário é o resultado obtido a partir do cotejo entre receitas e despesas orçamentárias de um dado período que impactam efetivamente a dívida estatal. O resultado primário pode ser entendido, então, como o esforço fiscal direcionado à diminuição do estoque da dívida pública.

A metodologia de apuração do resultado primário “acima da linha” apura os valores das receitas e despesas primárias, discriminadas em correntes e de capital.

A apuração acima da linha do Resultado Primário possibilita uma avaliação do impacto da política fiscal em execução pelo ente da Federação. Superávits primários representam esforço fiscal no sentido de diminuição da dívida consolidada líquida. Em contrapartida, déficits primários têm como consequência o aumento da DCL.

No rol das receitas primárias que compõem o cálculo, inclui-se qualquer receita que o município obtenha e que não amplie a sua dívida ou não diminua os seus ativos. Não se incluem os rendimentos de aplicações financeiras e as receitas obtidas por meio de contratação de operação de crédito.

Nas despesas primárias, são considerados os gastos necessários para manutenção dos serviços públicos, não sendo levados em conta os pagamentos dos juros e da amortização dos empréstimos e financiamentos obtidos.

R\$ 19.692.354.795	-	R\$ 19.393.525.456	=	R\$ 298.829.339
Receita Primária		Despesa Primária		Resultado Primário

Fonte: RREO 6º bimestre/2025. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/contas-publicas/execucao-orcamentaria-e-gestao-fiscal/demonstrativos-2025>

No ano de 2025, o município de Belo Horizonte apresentou um superávit primário acima da linha de R\$ 299 milhões.

R\$ 18.309.243.097	-	R\$ 18.581.907.703	=	R\$ - 272.664.607
Receita Primária		Despesa Primária		Resultado Primário

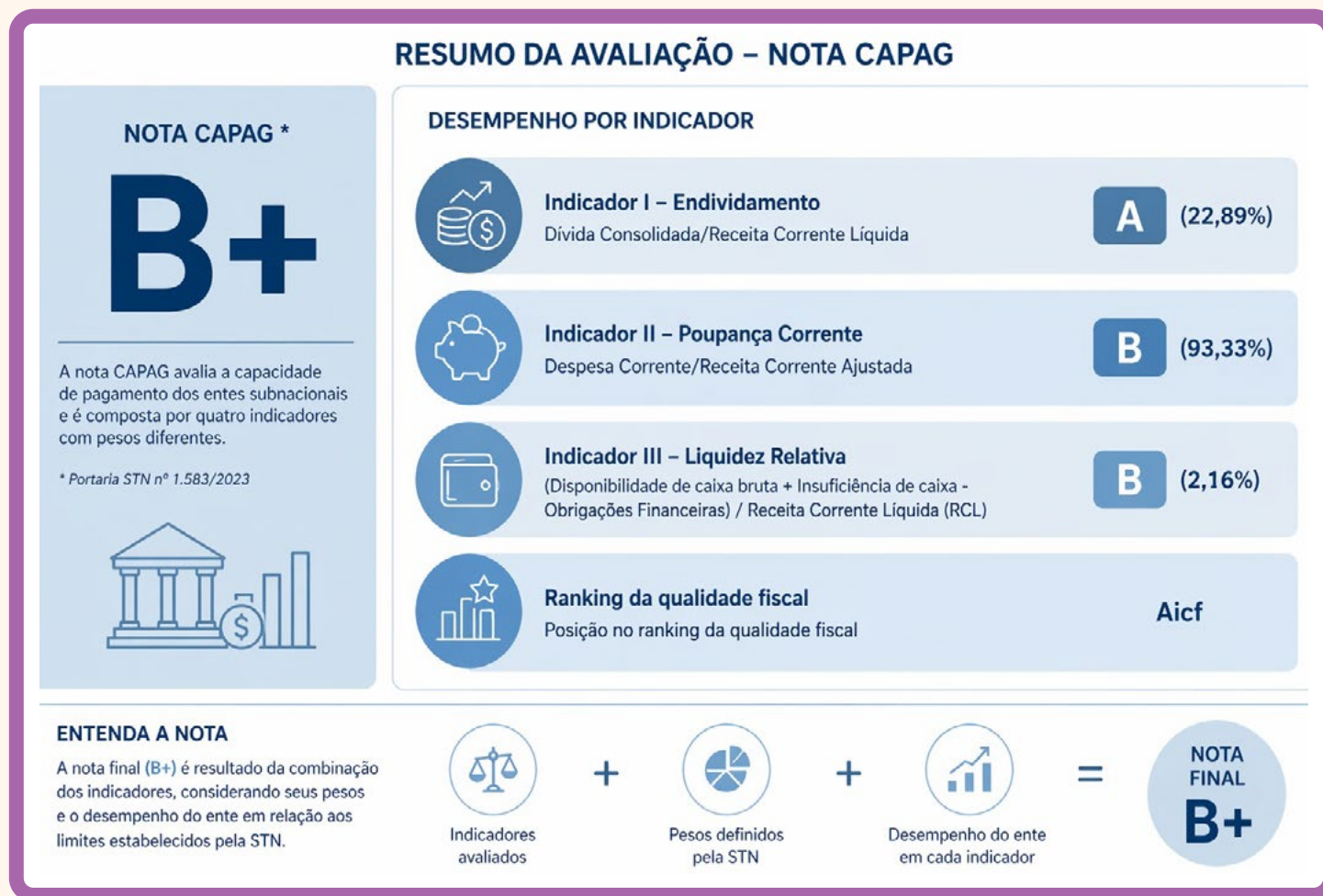
Fonte: RREO 6º bimestre/2025. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/contas-publicas/execucao-orcamentaria-e-gestao-fiscal/demonstrativos-2025>

Numa análise desconsiderando as fontes de recursos exclusivas do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, em 2025 o município de Belo Horizonte apresentou um déficit primário acima da linha de R\$ 273 milhões.

CAPACIDADE DE PAGAMENTO (CAPAG)

A análise da capacidade de pagamento apura a situação fiscal dos Entes Subnacionais que querem contrair novos empréstimos com garantia da União. Em resumo, representa uma forma da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) avaliar risco de um determinado ente. A metodologia do

cálculo, dada pela Portaria Normativa MF nº 1.583, de 13 de dezembro de 2023 (com alteração promovida pela Portaria MF nº 1.764, de 6 de novembro de 2024), é composta por três indicadores: endividamento, poupança corrente e índice de liquidez. Logo, avaliando o grau de solvência, a relação entre receitas e despesa correntes e a situação de caixa, faz-se diagnóstico da saúde fiscal do Estado ou Município. Os conceitos e variáveis utilizadas e os procedimentos a serem adotados na análise da Capag foram definidos na Portaria STN/MF n.º 857, de 27 de março de 2026 (Ministério da Fazenda, 2023).



Fonte: Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios/capacidade-de-pagamento-capag>

Considerando as informações geradas no 3º quadrimestre do exercício de 2025, a capacidade de pagamento do município de Belo Horizonte apresentou Nota Capag B+. No exercício de 2024, a Nota Capag do município foi A+. Neste exercício, todos os indicadores que compõem a nota Capag apresentaram Nota A. Já em 2025, os indicadores de Poupança Corrente e de Liquidez Relativa obtiveram nota B, o que levou à reclassificação da nota A+ (em 2024) para a nota B+ (em 2025).

VOL. III

DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE BELO HORIZONTE



**BELO
HORIZONTE**
PREFEITURA

INFORMAÇÕES GERAIS

Em 2011, por meio da Lei nº 10.362, de 30 de dezembro de 2011, o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos Servidores do Município de Belo Horizonte passou por uma reestruturação, por meio de uma segregação de massas, com a criação de dois fundos: o Fundo Financeiro (FUFIN), no regime de repartição simples, e o Fundo Previdenciário (BHPREV), no regime de capitalização.

A segregação da massa de segurados consiste na separação dos segurados e beneficiários em dois grupos distintos, a partir da definição de uma metodologia de corte: i – Fundo em Repartição; e ii – Fundo em Capitalização. O grupo de segurados e beneficiários integrantes do fundo constituído em regime de repartição simples compõe o Plano Financeiro, e os integrantes do fundo com perspectiva de sustentabilidade ou de capitalização integram o Plano Previdenciário. (MCASP, 11ª ed., p. 463).

A segregação da massa será considerada implementada a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo, observada ainda a competência da SPREV/ME sobre o tema, acompanhado pela separação orçamentária, financeira e contábil dos recursos e obrigações correspondentes a cada grupo. O passivo atuarial, obrigatoriamente, será contabilizado nas contas patrimoniais de forma segregada. (MCASP, 11ª ed., p. 463).

No âmbito da Prefeitura de Belo Horizonte, o Regime Próprio de

Previdência Social dos servidores públicos efetivos garantiu aos seus segurados, até o exercício de 2019, os benefícios de aposentadoria, licença para tratamento de saúde e por motivo de acidente em serviço, abono-família, licença-maternidade, pensão por morte e auxílio-reclusão.

Por força do art. 9º, §§ 2º e 3º da Emenda Constitucional nº 103/2019, ocorreu, a partir do exercício de 2020, a limitação do rol de benefícios do RPPS às aposentadorias e à pensão por morte (os afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade não devem ser pagos à conta do RPPS, ficando a cargo do Tesouro dos entes federativos, passando agora a ser considerado um benefício estatutário e não mais previdenciário, integrando a remuneração para todos os fins, com relação ao salário-família e o auxílio-reclusão, a sua natureza é de benefício assistencial a ser concedido a servidores de baixa renda, inclusive quando aposentados, não integrando a remuneração destes, estando a cargo do ente federativo o seu pagamento).

O RPPS do município é de caráter contributivo e solidário e de filiação obrigatória. É mantido pela Administração Direta, pelas entidades da Administração Indireta que contêm em seus quadros com servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, pelo Poder Legislativo, assim como pelos servidores ativos, aposentados e pensionistas.

A estrutura de direção do RPPS de Belo Horizonte é composta pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal e tem como Unidade Gestora a Subsecretaria de Gestão Previdenciária (Suprev), subordinada à Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (SMPOG), criada pela Lei nº 11.065, de 2017.

A Suprev, cujas atribuições estão previstas no Capítulo VIII do Decreto nº 16.682, de 2017, é responsável pelo planejamento, coordenação e execução da política de previdência social dos servidores públicos efetivos da Administração Municipal. Entre suas funções está a concessão e o pagamento dos benefícios previdenciários, o atendimento aos segurados, o controle das receitas e despesas do RPPS, a gestão dos recursos do Fundo Previdenciário, visando a melhor rentabilidade e segurança nas aplicações, e a adoção de medidas destinadas a garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.

Regime de Previdência Complementar (RPC)

Com o advento da Emenda Constitucional nº 103/2019, tornou-se obrigatória a instituição do Regime de Previdência Complementar (RPC) para os entes federativos que possuam o RPPS, limitando-se os valores dos benefícios de aposentadoria e pensão concedidos pelo RPPS ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência (RGPS). Tal regra se observa no art. 40, § 14, da CF/88:

Art. 40 [...]

§ 14. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, regime de previdência complementar para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, observado o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social para o valor das aposentadorias e das pensões em regime próprio de previdência social, ressalvado o disposto no § 16. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019).

No modelo de RPC, o valor dos benefícios de aposentadoria e pensão devido pelo RPPS aos servidores públicos titulares de cargos efetivos dos poderes Executivo e Legislativo, incluídas suas autarquias e fundações, que ingressarem no serviço público do município de Belo Horizonte a partir da data de início da vigência do RPC, não poderá superar o limite máximo dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

A Lei nº 11.143, de 21 de dezembro de 2018, instituiu o Regime de Previdência Complementar (RPC) para os servidores titulares de cargo efetivo no âmbito da administração direta dos poderes Executivo e Legislativo do município de Belo Horizonte e de suas autarquias e fundações e fixou o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões de que trata o art. 40 da Constituição Federal de 1988.

De acordo com a referida lei, “aplica-se o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), previstos no art. 201 da Constituição da República, às aposentadorias

e pensões a serem concedidas pelo Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Efetivos do Município de Belo Horizonte (RPPS) aos segurados que:

- I – tenham ingressado no serviço público municipal a partir da data de início da vigência do Regime de Previdência Complementar (RPC);
- II – tenham ingressado no serviço público municipal em data anterior ao início da vigência do RPC e nele tenham permanecido sem perda do vínculo efetivo, desde que exerçam a opção prevista no § 16 do art. 40 da Constituição da República.

A alíquota da contribuição do Município, na qualidade de patrocinador, será igual à do participante, até o limite de 8,5% (oito vírgula cinco por cento).

O plano de benefícios foi estruturado na modalidade de “contribuição definida”, tanto do participante quanto do patrocinador, nos termos de regulamentação do órgão gestor das entidades fechadas de previdência complementar, e será financiado nos termos do art. 18 da Lei Complementar Federal nº 109, de 29 de maio de 2001, e da Lei

Complementar Federal nº 108, de 29 de maio de 2001.

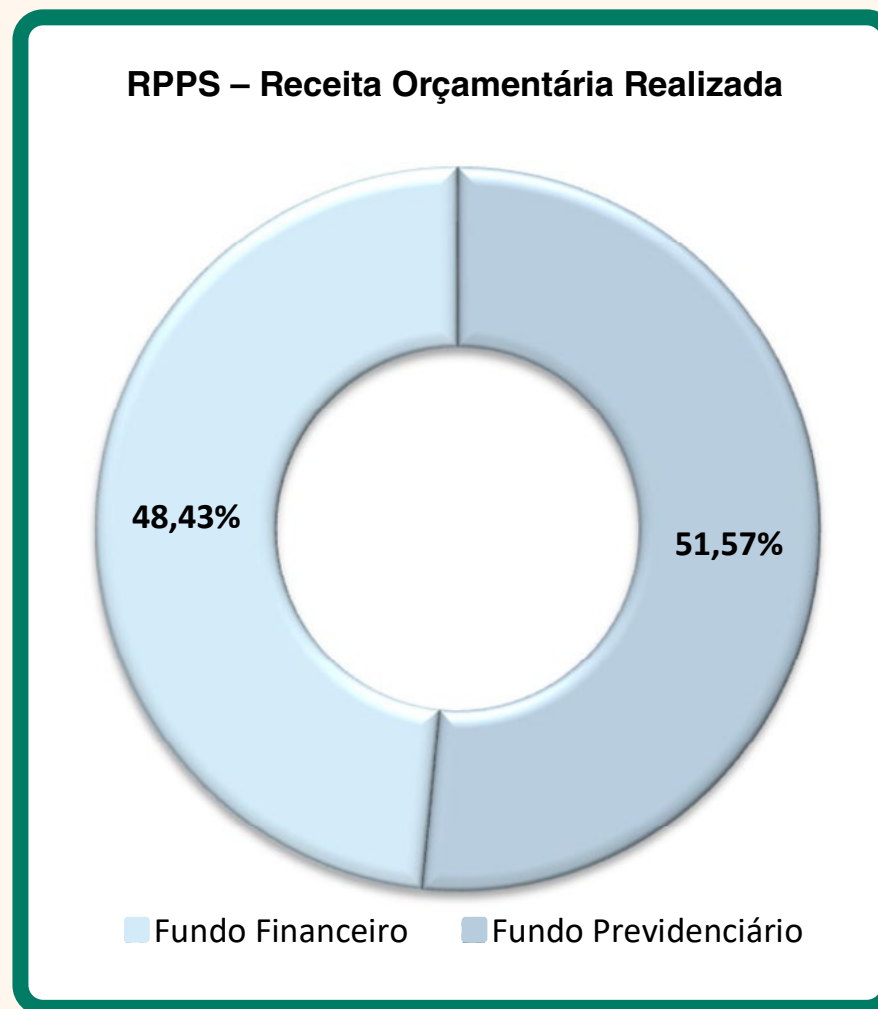
O plano de previdência complementar do município de Belo Horizonte, denominado BH-Prevcom, está registrado sob o CNPB nº 2022.0024-74, administrado pelo Mongeral AEGON Fundo de Pensão, CNPJ nº 07.146.074/0001-80.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, por meio da Portaria nº 972, de 19.10.2022, aprovou o Regulamento do Plano BH-PREVCOM e o Convênio de Adesão do Município de Belo Horizonte/MG na condição de instituidora deste Plano.

O Decreto Municipal nº 18.235 de 09 de janeiro de 2023 regulamentou o Regime de Previdência Complementar instituído pela Lei nº 11.143, de 21 de dezembro de 2018 e trouxe algumas regras importantes, das quais destaca-se: “A contribuição ao RPC referente à quota parte do servidor será realizada por meio de desconto em folha de pagamento, sendo considerada consignação compulsória na forma do disposto no Decreto nº 15.573, de 23 de maio de 2014.”.

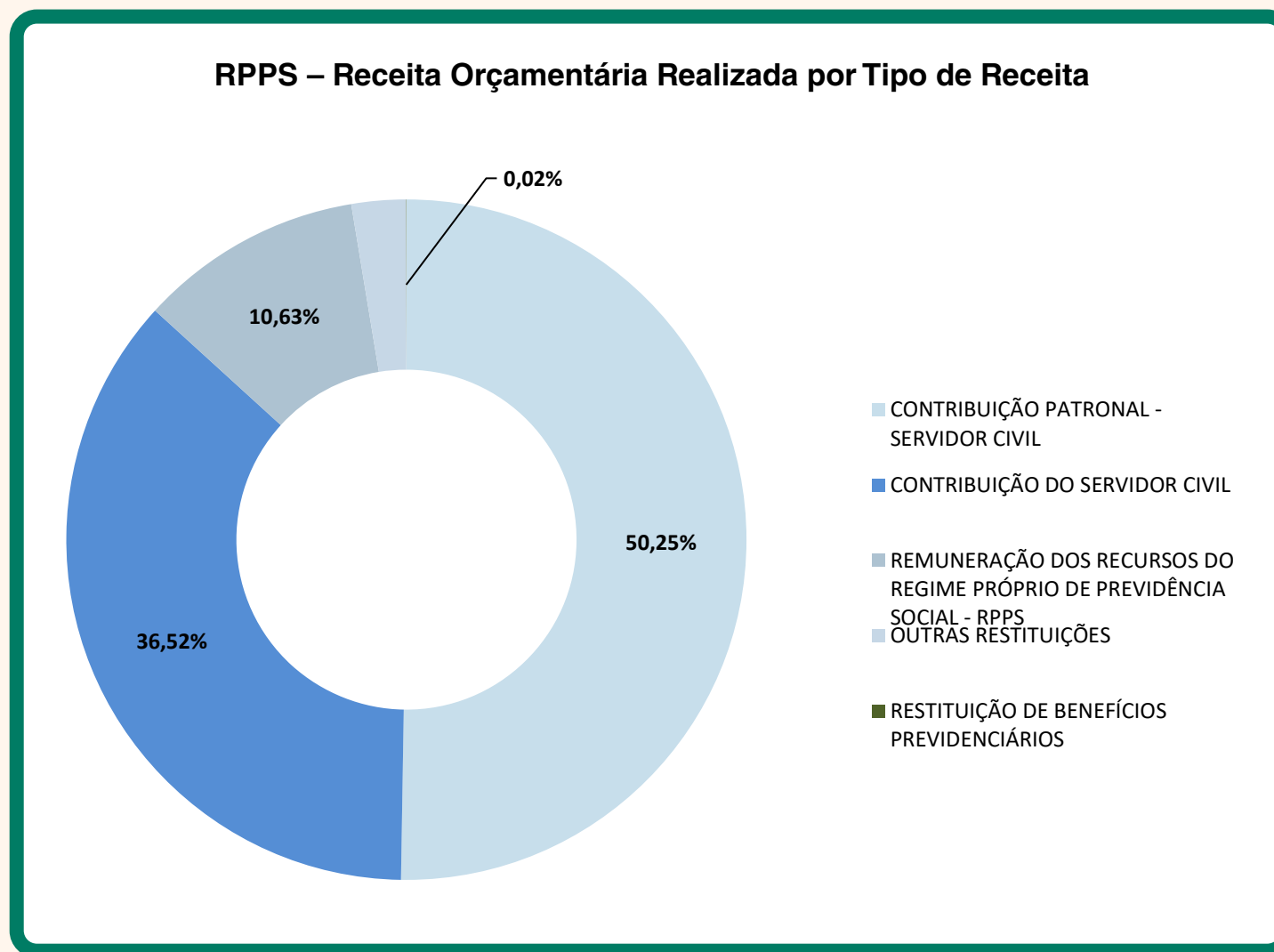
Origem dos Recursos

No exercício de 2025, o RPPS arrecadou R\$ 1,5 bilhão em receitas orçamentárias. Deste, 51,57% foram arrecadados pelo Fundo Financeiro e 48,43%, pelo Fundo Previdenciário.



Fonte: SIAFIC BH

Do total arrecadado pelo RPPS de Belo Horizonte, 50,25% e 36,52% são provenientes de contribuições Patronal e Funcional (do servidor) para o regime, respectivamente, e 10,63% provenientes de remuneração de depósitos bancários.



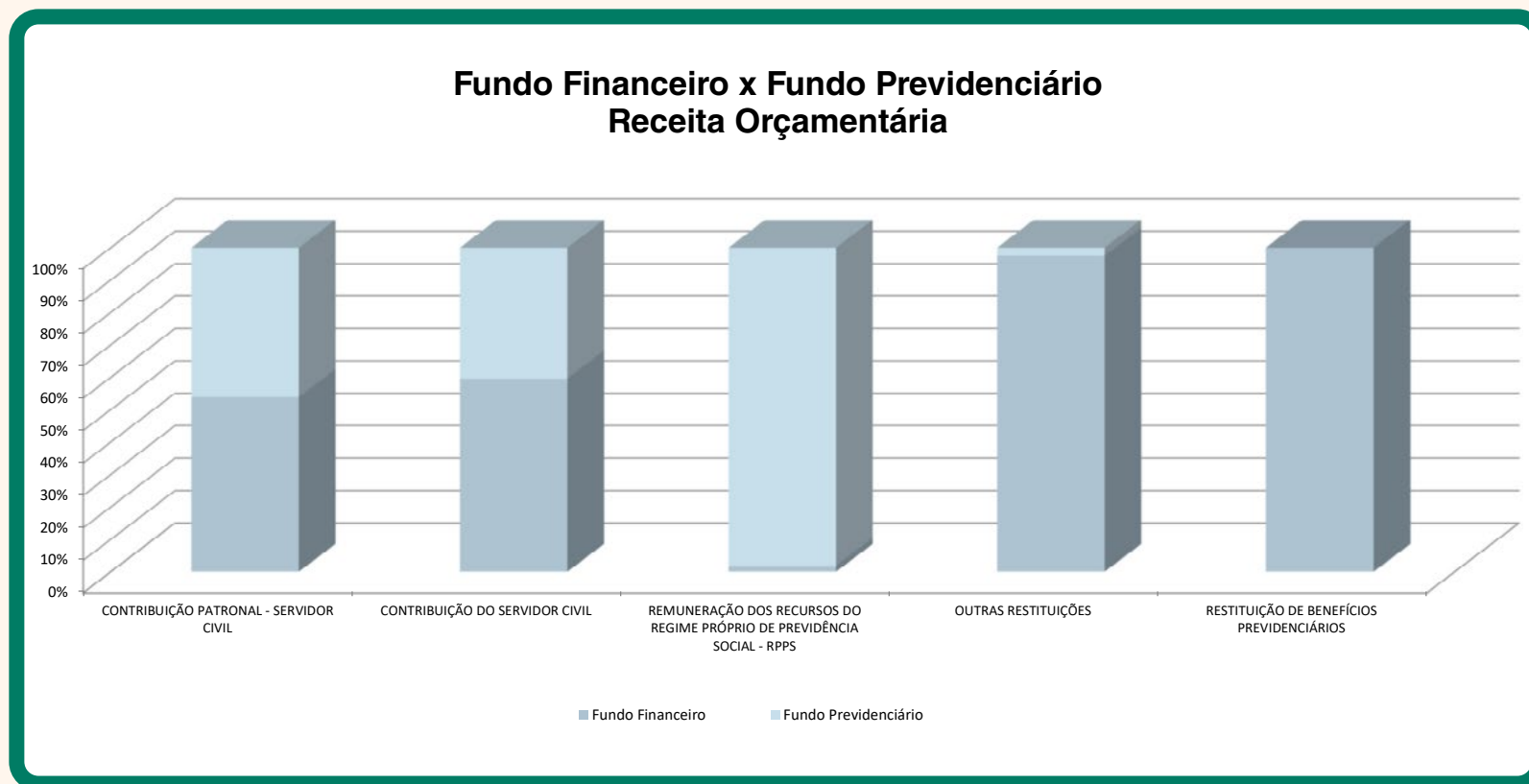
Fonte: SIAFIC BH

Do total das receitas arrecadadas de Contribuição Patronal, 59,48% foram arrecadadas pelo Fundo Financeiro e 40,52%, pelo Fundo Previdenciário.

Do total das receitas arrecadadas de Contribuição Funcional, 64,68%

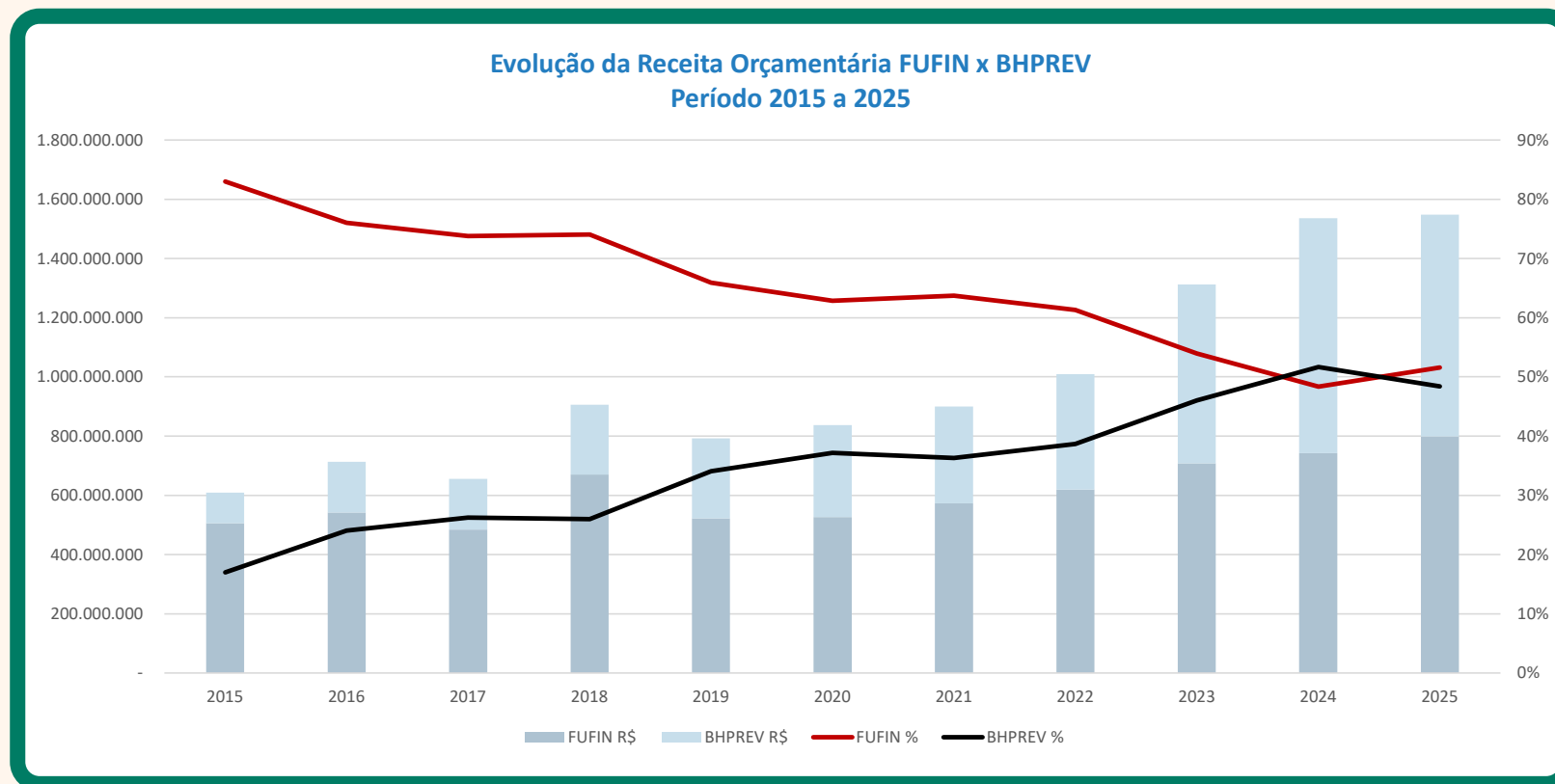
foram arrecadadas pelo Fundo Financeiro e 35,32% pelo Fundo Previdenciário.

Já as receitas provenientes de remuneração de depósitos bancários tiveram 99,32% de sua arrecadação pelo Fundo Previdenciário.



Fonte: SIAFIC BH

O gráfico a seguir apresenta a evolução, nos últimos 11 anos, da receita arrecadada pelo RPPS, demonstrando o montante e percentuais arrecadados pelo Fundo Financeiro (FUFIN) e pelo Fundo Previdenciário (BHPREV).



Fonte: SIAFIC BH

No exercício de 2025, a receita orçamentária total arrecadada pelo RPPS totalizou aproximadamente R\$ 1,55 bilhão. Desse montante, observou-se que 51,57% (R\$ 798 milhões) foram arrecadados pelo Fundo Financeiro (FUFIN), enquanto 48,43% (R\$ 749 milhões) couberam ao Fundo Previdenciário (BHPREV).

Historicamente, desde a segregação de massas ocorrida em 2011, projetava-se um crescimento contínuo da participação do BHPREV na arrecadação do regime. Tal expectativa fundamentava-se no ingresso de todos os novos servidores municipais no Fundo Previdenciário a partir de 2012 e no superávit do fundo, que proporciona um volume considerável de recursos oriundos da remuneração de seus investimentos. Essa trajetória culminou no exercício de 2024, que marcou o primeiro ano em que as receitas do BHPREV superaram as do FUFIN.

Contudo, conforme demonstrado no Gráfico de Evolução da Receita Orçamentária, o exercício de 2025 apresentou uma inversão dessa tendência, com a arrecadação do FUFIN voltando a superar a do BHPREV.

Esse comportamento atípico decorre, primordialmente, de uma mudança no procedimento contábil trazida pela adoção da IPC 14. Com a nova diretriz, parte relevante dos rendimentos das aplicações financeiras de curto e longo prazo do BHPREV, atreladas à marcação a mercado – em

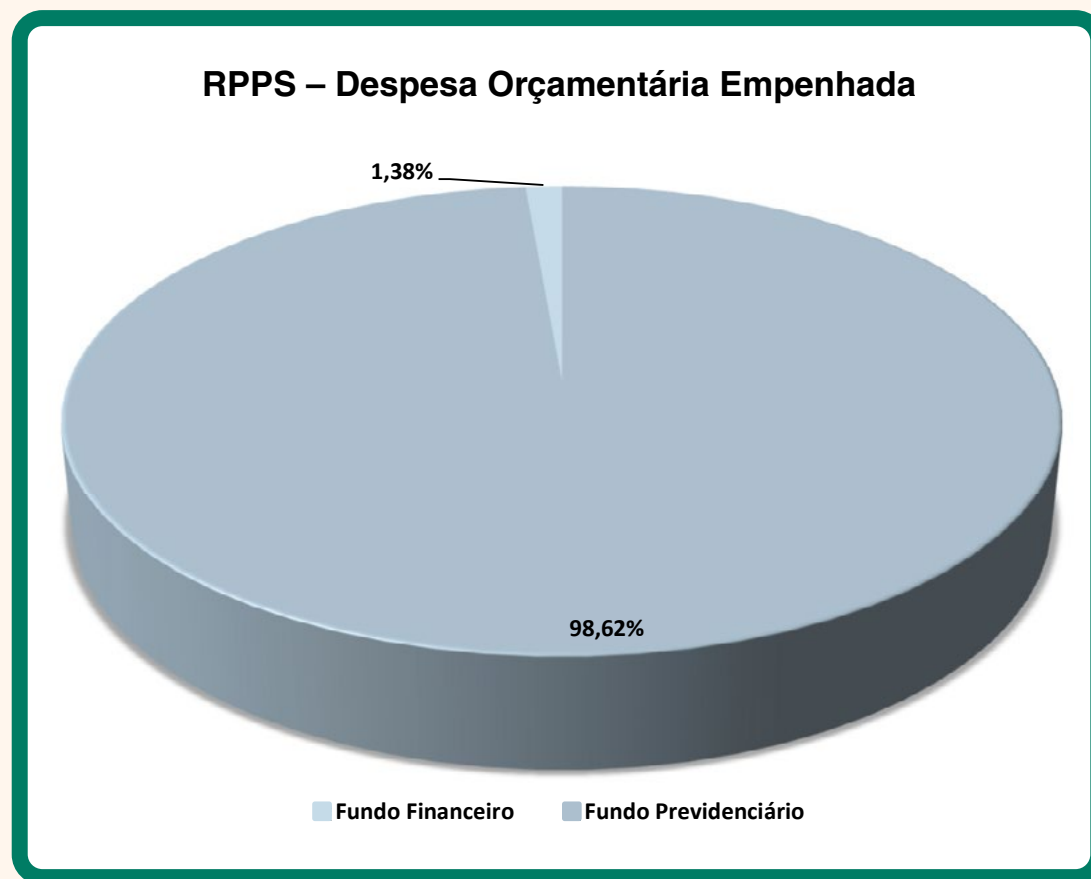
especial, a valorização de ativos –, deixou de ser reconhecida como receita orçamentária no exercício, passando a ser registrada como variação patrimonial aumentativa. A partir de 2025, os ganhos desses investimentos convertem-se em receita orçamentária estritamente no momento do resgate ou vencimento do título, impactando diretamente o volume de receita financeira apresentada pelo fundo.

Adicionalmente aos efeitos contábeis no BHPREV, o FUFIN apresentou um desempenho arrecadatório crescente. O Fundo Financeiro manteve sua arrecadação majoritariamente baseada em contribuições patronais e dos segurados (representando cerca de 95% de sua receita, com crescimento de 5% em relação ao exercício anterior). Além disso, destaca-se o aumento expressivo de aproximadamente 87% na rubrica de “Outras Receitas Correntes”, impulsionado, principalmente, pelo ingresso de recursos a título de Compensação Previdenciária (COMPREV), que saltaram de R\$ 19,5 milhões em 2024 para R\$ 39 milhões em 2025.

Em suma, a inversão observada em 2025 reflete, simultaneamente, o efeito da nova regra de reconhecimento de receitas de investimentos (IPC 14) sobre o BHPREV e o incremento nominal nas receitas de contribuição e compensação do FUFIN.

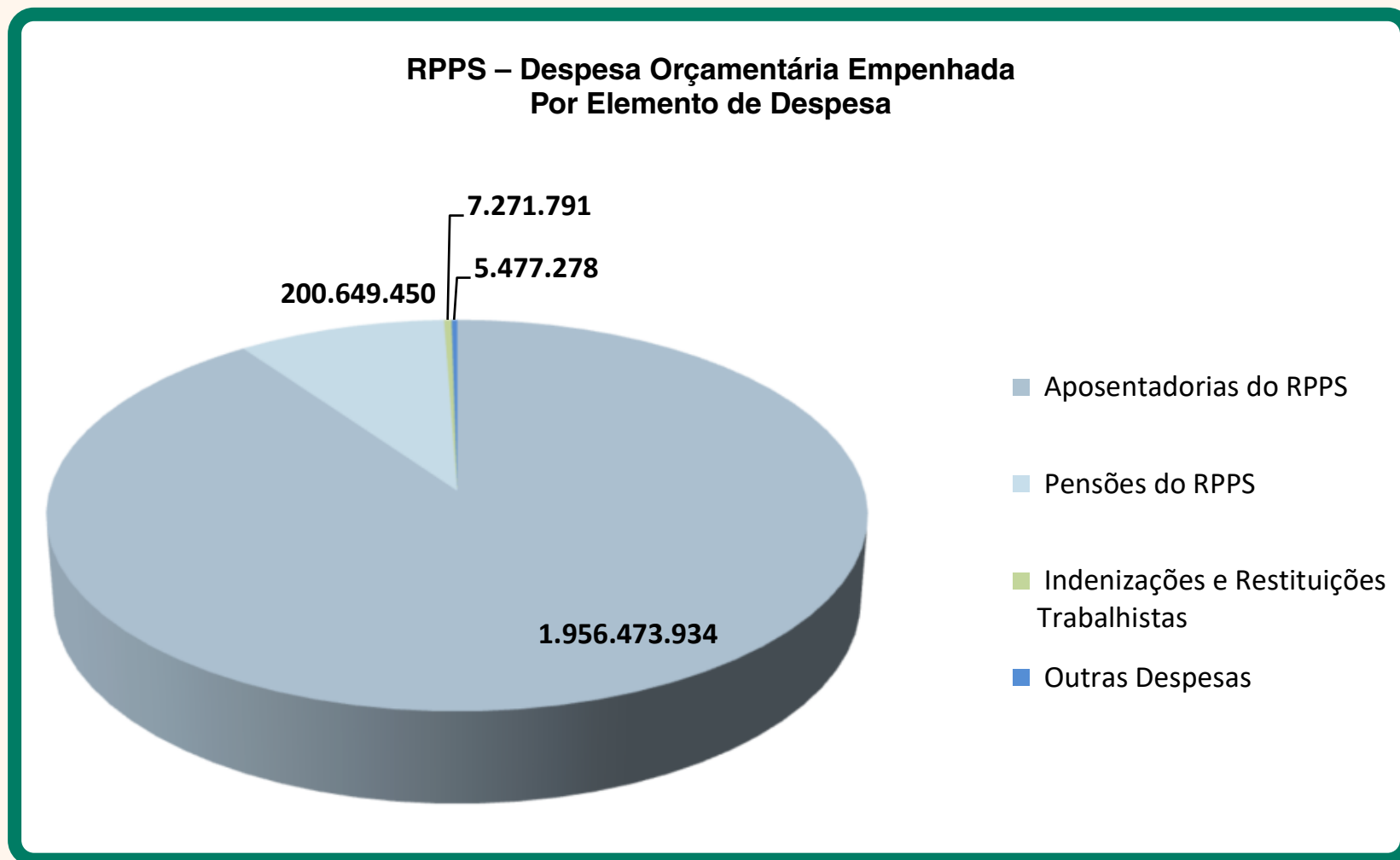
Aplicação dos Recursos

No exercício de 2025, no RPPS do município de Belo Horizonte, as despesas empenhadas totalizaram R\$ 2,17 bilhões, sendo 98,62% destas despesas processadas por meio do Fundo Financeiro e 1,38%, por meio do Fundo Previdenciário.



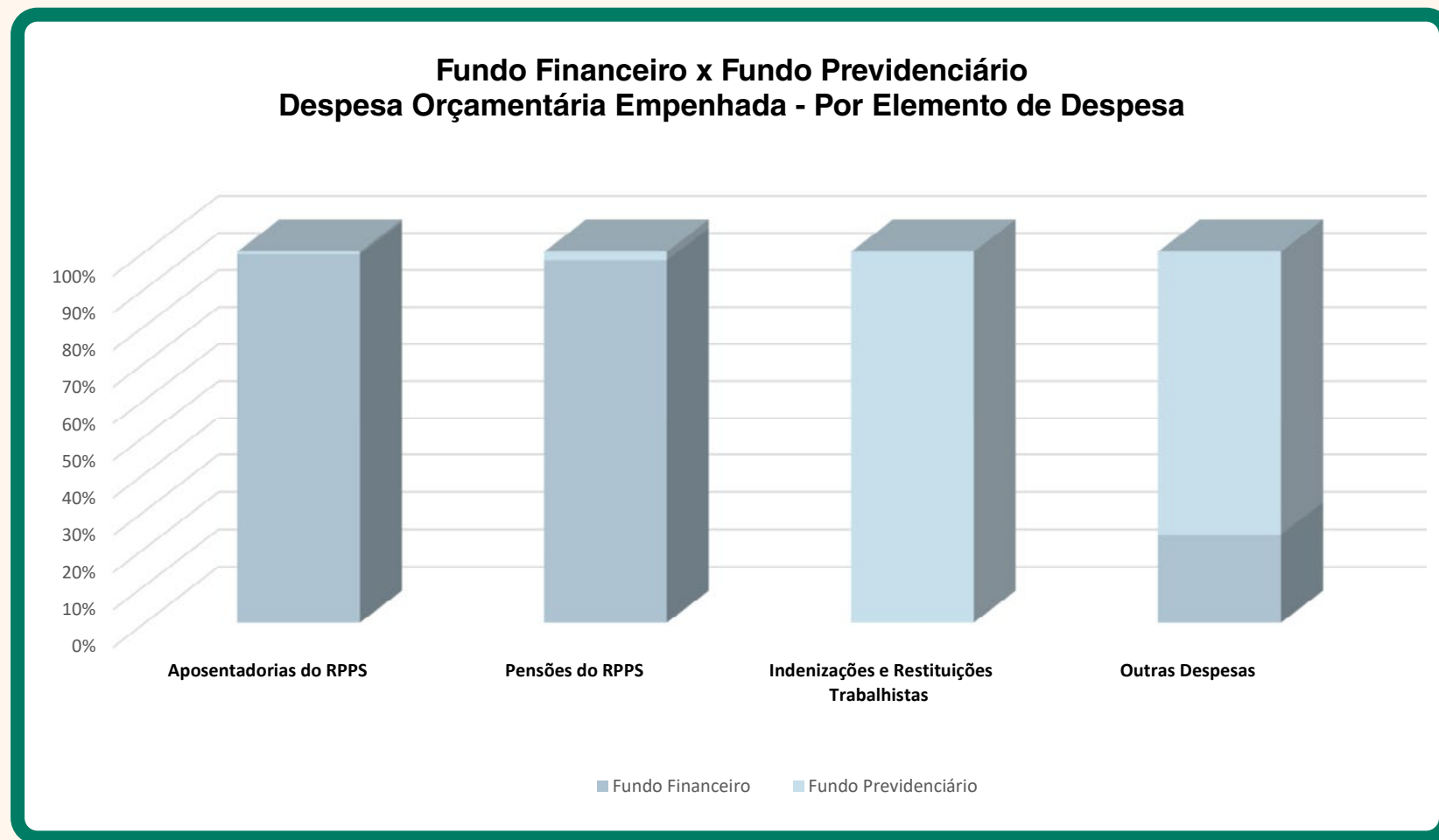
Fonte: SIAFIC BH

Do total Empenhado, R\$ 1,96 bilhão foram direcionados para custear o pagamento de Aposentadorias e R\$ 200 milhões para custear pagamentos de Pensões.



Fonte: SIAFIC BH

A seguir, apresentamos o desmembramento das despesas por Fundo do RPPS:



Fonte: SIAFIC BH

Do total das Aposentadorias empenhadas pelo RPPS, 99,29% foram empenhadas pelo Fundo Financeiro e 0,71% pelo Fundo Previdenciário.

Do total das Pensões empenhadas pelo RPPS, 97,69% foram empenhadas pelo Fundo Financeiro e 2,31% pelo Fundo Previdenciário.

Já as Indenizações e Restituições Trabalhistas foram 100% empenhadas pelo Fundo Previdenciário.

O Resultado Orçamentário

Destacando-se das informações consolidadas os valores referentes ao RPPS de Belo Horizonte, observa-se que o Fundo Financeiro (FUFIN) apresenta déficit orçamentário e Fundo Previdenciário (BHPREV), superávit orçamentário.

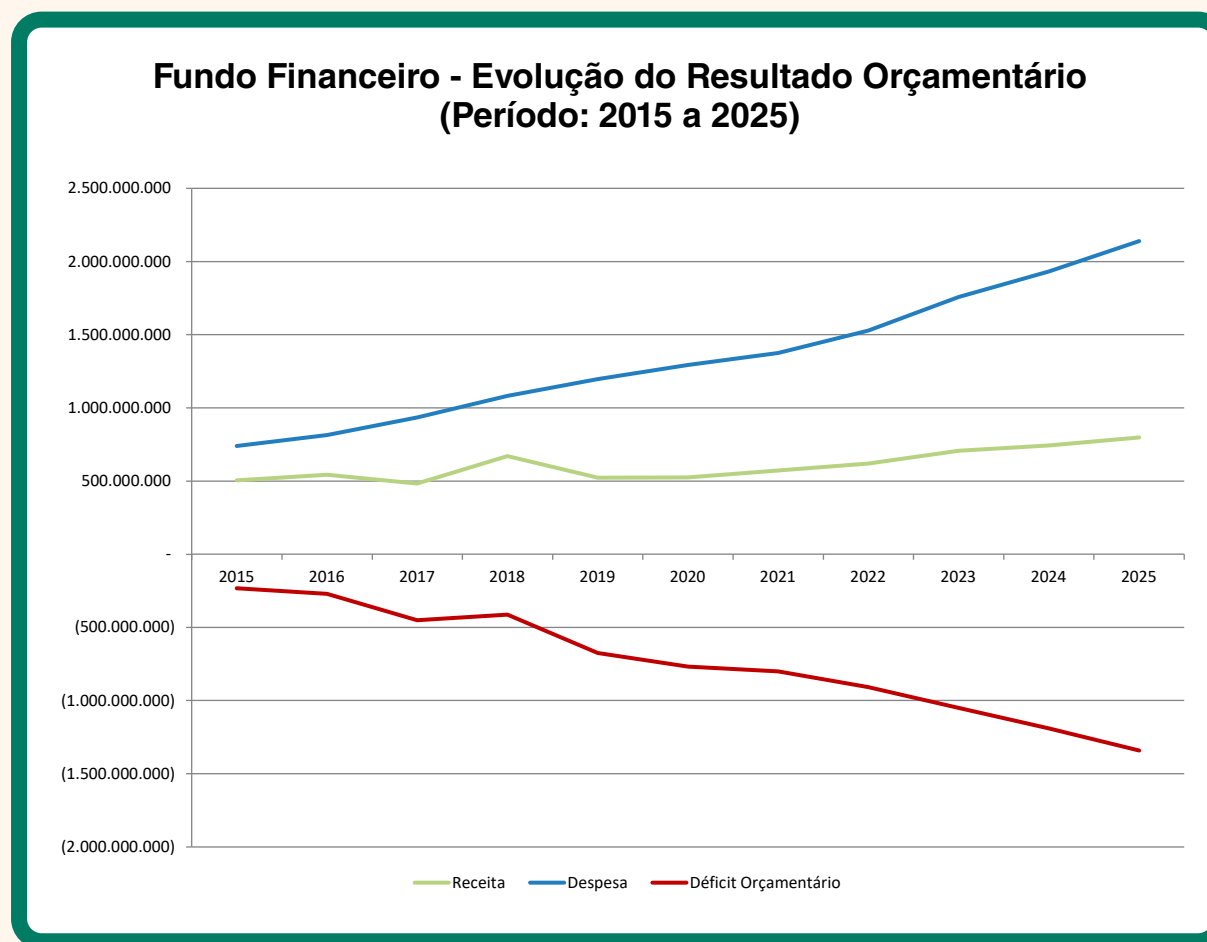
No exercício de 2025, o déficit orçamentário do Fundo Financeiro foi de R\$ 1,34 bilhão.

Valores em Reais (\$)						
DISCRIMINAÇÃO	Fufin	AV%	BHPrev	AV%	TOTAL DO RPPS	AV%
RECEITAS CORRENTES	798.064.070	100,00%	749.434.967	100,00%	1.547.499.037	100,00%
Receita de Contribuições	755.719.476	94,69%	587.062.885	78,33%	1.342.782.361	86,77%
Receita Patrimonial	3.057.390	0,38%	161.329.948	21,53%	164.387.338	10,62%
Outras Receitas Corentes	39.287.204	4,92%	1.042.134	0,14%	40.329.338	2,61%
TOTAL DAS RECEITAS	798.064.070	100,00%	749.434.967	100,00%	1.547.499.037	100,00%
DESPESAS CORRENTES	2.139.873.884	100,00%	29.840.228	99,47%	2.169.714.112	99,99%
Pessoal e Encargos Sociais	2.139.873.884	100,00%	26.925.339	89,76%	2.166.799.223	99,86%
Outras Despesas Correntes	-	0,00%	2.914.890	9,72%	2.914.890	0,13%
DESPESAS DE CAPITAL	-	0,00%	158.340	0,53%	158.340	0,01%
Investimentos	-	0,00%	158.340	0,53%	158.340	0,01%
TOTAL DAS DESPESAS	2.139.873.884	100,00%	29.998.568	100,00%	2.169.872.452	100,00%
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	-	1.341.809.814	719.436.399	-	622.373.415	

Fonte: SIAFIC BH

O déficit orçamentário no Fundo Financeiro é uma consequência natural de regimes com repartição simples que passaram pelo processo de segregação de massas que vincula a contribuição e benefícios dos novos servidores ao regime de capitalização simples.

No gráfico a seguir, é apresentada a evolução do Resultado Orçamentário do Fundo Financeiro (FUFIN) nos últimos 11 anos, demonstrando o cotejo entre receita e despesa.



Fonte: SIAFIC BH

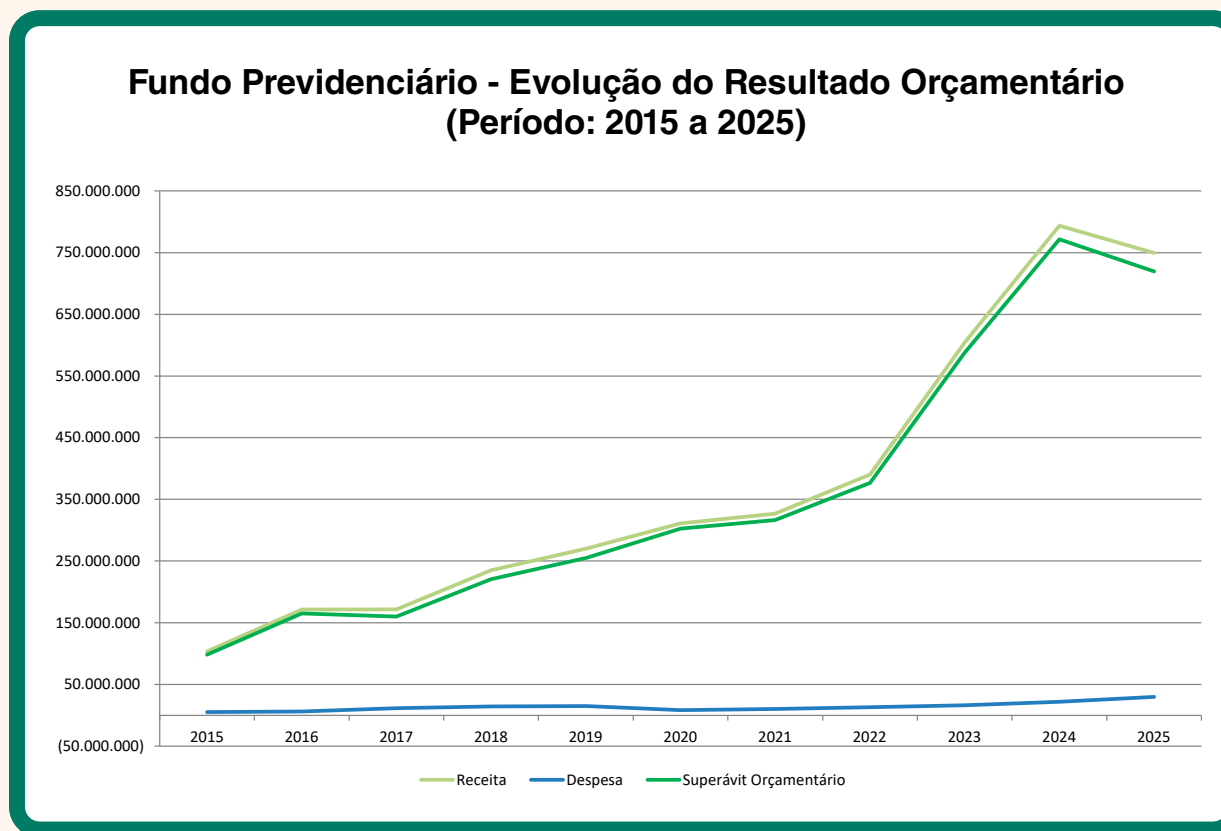
Em virtude do déficit orçamentário do Fundo Financeiro (FUFIN) em 2025, o Tesouro Municipal aportou R\$ 1,29 bilhão e a Câmara Municipal aportou R\$ 67 milhões nesse fundo para cobrir as insuficiências financeiras.

Diferentemente ocorreu com o Fundo Previdenciário (BHPREV), que tem apresentado superávits orçamentários, por se tratar de fundo com regime de capitalização que se encontra em seus anos iniciais, onde as receitas arrecadadas tendem a aumentar, em decorrência da

entrada de contribuições dos novos servidores e por não apresentar grande número de servidores em gozo de benefícios.

No exercício de 2025, o Fundo Previdenciário (BHPREV) apresentou resultado orçamentário superavitário no montante de R\$ 719 milhões.

No gráfico a seguir, é apresentada a evolução do Resultado Orçamentário do Fundo Previdenciário (BHPREV) nos últimos 11 anos, demonstrando o cotejo entre receita e despesa.



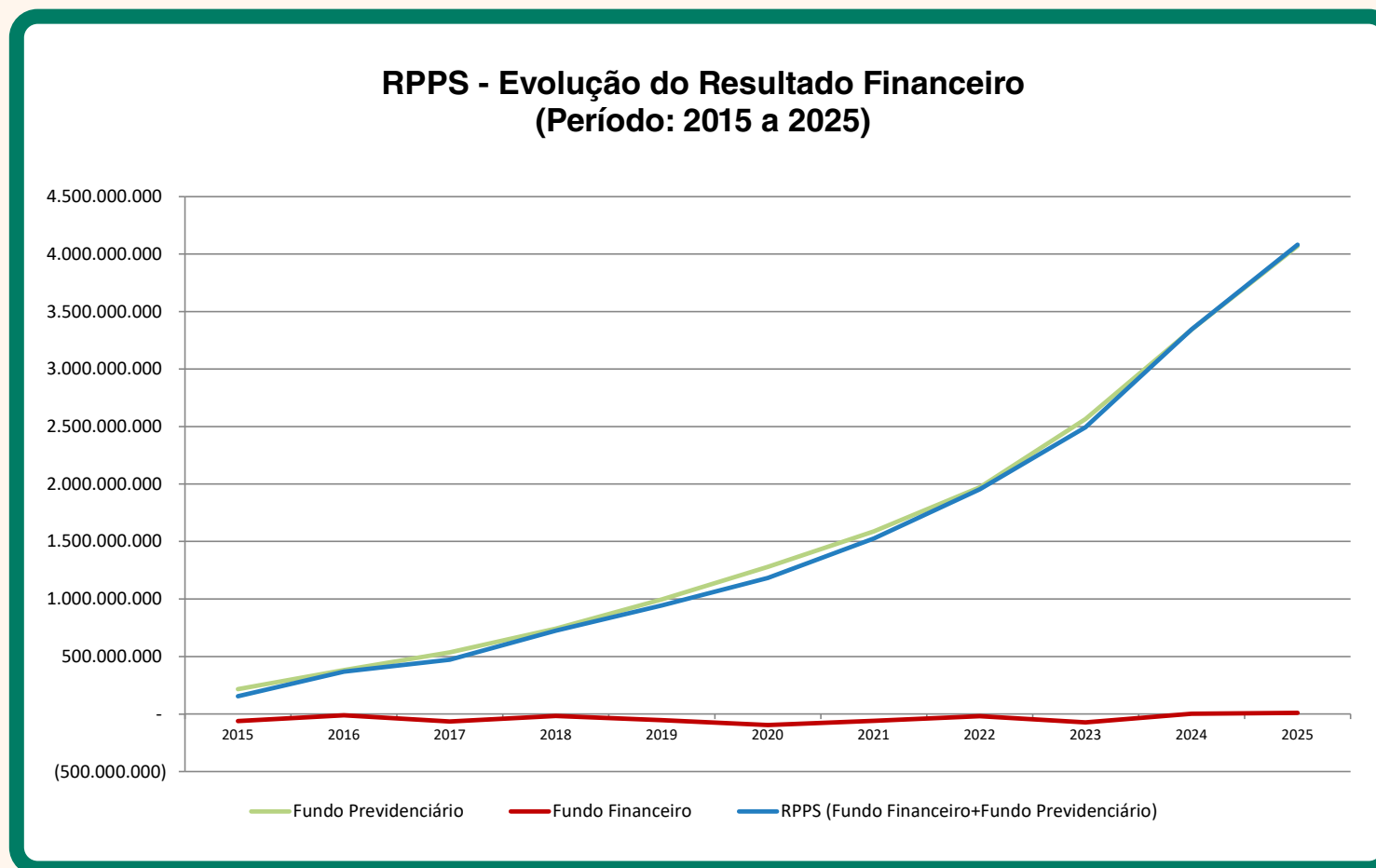
Fonte: SIAFIC BH

O Resultado (Superávit/Déficit) Financeiro

Em 2025, o RPPS de Belo Horizonte apresentou um superávit financeiro acumulado no valor de R\$ 4,08 bilhões. Nesse montante estão inseridos R\$ 10,6 milhões referentes ao superávit financeiro do Fundo Financeiro

e R\$ 4,07 bilhões de superávit financeiro do Fundo Previdenciário.

No gráfico a seguir, é apresentada a evolução do Resultado Financeiro do RPPS nos últimos 11 anos, demonstrando o cotejo entre o Fundo Financeiro e o Fundo Previdenciário.



Fonte: SIAFIC BH

VOL. IV

DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

Fonte: SIAFIC BH



**BELO
HORIZONTE**
PREFEITURA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – DCASP

As demonstrações contábeis são a representação estruturada da situação patrimonial, financeira e do desempenho da entidade. As demonstrações contábeis no setor público devem proporcionar informação útil para subsidiar a tomada de decisão e a prestação de contas e responsabilização (*accountability*) da entidade quanto aos recursos que lhe foram confiados. (MCASP, 11ª ed., p. 545).

As demonstrações contábeis também podem ter a função preditiva ou prospectiva, proporcionando informações úteis para prever o nível de recursos necessários para a continuidade de suas operações, os recursos que podem ser gerados pela continuidade dessas operações e os riscos e as incertezas associadas. As demonstrações contábeis também podem proporcionar informação aos usuários, indicando: a) se os recursos foram obtidos e utilizados de acordo com o orçamento aprovado; e b) se os recursos foram obtidos e utilizados de acordo com os requisitos legais e contratuais, inclusive os limites financeiros estabelecidos por autoridades competentes. (MCASP, 11ª ed., p. 546).

De acordo com a NBC TSP 11, compete à legislação brasileira definir a responsabilidade pela elaboração e apresentação das demonstrações contábeis do governo e das entidades do setor público, bem como pela elaboração das demonstrações contábeis consolidadas nacionais e por esfera de governo. Atualmente, tais responsabilidades são definidas pela Lei nº 4.320/19643 e pela Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Ressalta-se que, em decorrência do disposto na Resolução CFC nº 1.640/2021, a qual disciplina o artigo 25 do Decreto-lei nº 9.295/1946, que trata sobre as prerrogativas dos profissionais da contabilidade, os demonstrativos contábeis deverão ser elaborados por profissional da contabilidade legalmente habilitado, o qual deverá apor sua assinatura (física ou digital), categoria profissional e número de registro no CRC respectivo. (MCASP, 11ª ed., p. 546).

Embora a informação contida nas demonstrações contábeis seja relevante, é improvável que ela satisfaça a todos os objetivos descritos, especificamente, no que diz respeito a entidades cujo objetivo principal não seja gerar lucro. (MCASP, 11ª ed., p. 546).

Assim, informações suplementares às demonstrações contábeis, incluindo demonstrativos não financeiros, é apresentado nos Volumes I, II e III desse Relatório Contábil de Propósito Geral e mais precisamente no Volume V por meio das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público.

Os números exibidos no corpo de cada demonstrativo na coluna “Nota” se referem a:

- notas de rodapé do próprio demonstrativo se estiverem dentro de parênteses (x);
- notas explicativas com referência cruzada com o Volume V deste relatório se estiverem dentro de chaves [x].

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – (BO)

O Balanço Orçamentário (BO) demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação. (MCASP, 11ª ed., p. 552).

A NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis determina que a comparação dos valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento deve ser incluída nas demonstrações contábeis das entidades que publicam seu orçamento aprovado, obrigatória ou voluntariamente, para fins de cumprimento das obrigações de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) das entidades do setor público. (MCASP, 11ª ed., p. 551).

É importante destacar que em decorrência da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, o Balanço Orçamentário poderá demonstrar uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada. Esse desequilíbrio ocorre porque o superávit financeiro

de exercícios anteriores, quando utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, não pode ser demonstrado como parte da receita orçamentária do Balanço Orçamentário que integra o cálculo do resultado orçamentário. O superávit financeiro não é receita do exercício de referência, pois já o foi em exercício anterior, mas constitui disponibilidade para utilização no exercício de referência. Por outro lado, as despesas executadas à conta do superávit financeiro são despesas do exercício de referência, por força legal, visto que não foram empenhadas no exercício anterior. (MCASP, 11ª ed., p. 552).

Dessa forma, no momento inicial da execução orçamentária, tem-se, em geral, o equilíbrio entre receita prevista e despesa fixada. No entanto, iniciada a execução do orçamento, quando há superávit financeiro de exercícios anteriores, tem-se um recurso disponível para abertura de créditos para as despesas não fixadas ou não totalmente contempladas pela lei orçamentária. (MCASP, 11ª ed., p. 552).

O Balanço Orçamentário do município de Belo Horizonte evidencia com fidedignidade a execução do orçamento para o exercício de 2025, aprovado pela Lei Municipal nº 11.802, de 3/1/2025.

O demonstrativo foi elaborado observando as orientações da instrução de procedimentos contábeis “IPC 07 – Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário” e a NBC TSP “13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis”.



CONSOLIDAÇÃO GERAL
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Exercício: 2025

QUADRO PRINCIPAL - RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

	Nota	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS					
Receitas Correntes		21.166.048.169,00	21.262.173.802,01	20.308.143.146,64	-954.030.655,37
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		8.176.292.022,00	8.176.292.022,00	7.816.292.633,11	-359.999.388,89
Receita de Contribuições		1.575.820.726,00	1.575.820.726,00	1.579.154.058,70	3.333.332,70
Receita Patrimonial		1.089.529.043,00	1.091.780.227,81	891.188.611,31	-200.591.616,50
Receita Agropecuária		11.171,00	11.171,00	199.985,96	188.814,96
Receita de Serviços		594.772.970,00	594.772.970,00	594.651.339,48	-121.630,52
Transferências Correntes		9.280.481.801,00	9.374.356.249,20	9.083.882.723,49	-290.473.525,71
Outras Receitas Correntes		449.140.436,00	449.140.436,00	342.773.794,59	-106.366.641,41
Receitas Capital		1.487.759.804,00	1.487.934.853,00	215.809.228,25	-1.272.125.624,75
Operações de Crédito		782.547.166,00	782.547.166,00	112.687.405,97	-669.859.760,03
Alienação de Bens		583.738.339,00	583.738.339,00	3.697.404,37	-580.040.934,63
Transferências de Capital		31.778.037,00	31.953.086,00	40.659.324,64	8.706.238,64
Outras Receitas de Capital		89.696.262,00	89.696.262,00	58.765.093,27	-30.931.168,73
SUBTOTAL DAS RECEITAS		22.653.807.973,00	22.750.108.655,01	20.523.952.374,89	-2.226.156.280,12
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	[5.7]	22.653.807.973,00	22.750.108.655,01	20.523.952.374,89	-2.226.156.280,12
Déficit	[5.17 / 5.21 / 5.22]		419.718.034,57	108.040.393,31	-311.677.641,26
TOTAL		22.653.807.973,00	23.169.826.689,58	20.631.992.768,20	-2.537.833.921,38
Saldo De Exercícios Anteriores			983.101.695,57	871.090.168,25	-112.011.527,32
Superávit Financeiro	[5.9]		983.101.695,57	871.090.168,25	-112.011.527,32



CONSOLIDAÇÃO GERAL
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Exercício: 2025

QUADRO PRINCIPAL - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

	Nota	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS							
Despesas Correntes		19.558.262.695,00	20.387.925.458,64	19.357.470.885,41	18.534.538.818,33	17.625.454.614,44	1.030.454.573,23
Pessoal e Encargos Sociais		8.847.095.241,00	8.978.173.219,16	8.602.330.040,57	8.570.345.320,26	7.891.896.651,54	375.843.178,59
Juros e Encargos da Dívida		406.186.052,00	392.020.837,38	385.461.974,64	385.461.974,64	385.461.974,64	6.558.862,74
Outras Despesas Correntes		10.304.981.402,00	11.017.731.402,10	10.369.678.870,20	9.578.731.523,43	9.348.095.988,26	648.052.531,90
Despesas De Capital		2.510.277.031,00	2.781.848.437,17	1.274.521.882,79	1.138.546.230,85	1.124.013.386,30	1.507.326.554,38
Investimentos		1.771.894.021,00	1.798.631.224,58	738.916.976,55	606.483.927,88	591.965.861,53	1.059.714.248,03
Inversões Financeiras		43.474.538,00	39.385.200,72	31.266.613,56	27.724.010,29	27.709.232,09	8.118.587,16
Amortização da Dívida		694.908.472,00	943.832.011,87	504.338.292,68	504.338.292,68	504.338.292,68	439.493.719,19
Reserva de Contingência		21.884.586,00	52.793,77				52.793,77
SUBTOTAL DAS DESPESAS		22.090.424.312,00	23.169.826.689,58	20.631.992.768,20	19.673.085.049,18	18.749.468.000,74	2.537.833.921,38
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	[5.7]	22.090.424.312,00	23.169.826.689,58	20.631.992.768,20	19.673.085.049,18	18.749.468.000,74	2.537.833.921,38
Superávit	[5.20]	563.383.661,00					
TOTAL		22.090.424.312,00	23.169.826.689,58	20.631.992.768,20	19.673.085.049,18	18.749.468.000,74	2.537.833.921,38
Reserva do RPPS	[5.19]	563.383.661,00	563.383.661,00				563.383.661,00



CONSOLIDAÇÃO GERAL
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Exercício: 2025

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

	Nota	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Correntes		6.895.183,40	683.449.827,82	541.450.826,91	541.169.413,76	130.460.751,49	18.714.845,97
Pessoal e Encargos Sociais		3.907,41	32.859.541,59	14.739.850,85	14.739.850,85	18.049.039,84	74.558,31
Outras Despesas Correntes		6.891.275,99	650.590.286,23	526.710.976,06	526.429.562,91	112.411.711,65	18.640.287,66
Despesas de Capital		3.220.888,96	226.552.580,28	127.279.383,46	127.276.687,89	88.565.553,60	13.931.227,75
Investimentos		3.220.888,96	190.428.850,47	102.562.214,17	102.559.518,60	88.501.685,83	2.588.535,00
Inversões Financeiras			36.123.729,81	24.717.169,29	24.717.169,29	63.867,77	11.342.692,75
TOTAL	[5.23]	10.116.072,36	910.002.408,10	668.730.210,37	668.446.101,65	219.026.305,09	32.646.073,72



CONSOLIDAÇÃO GERAL
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Exercício: 2025

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

	Nota	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Correntes		1.039.525,31	851.633.548,10	843.586.686,77	8.779.831,81	306.554,83
Pessoal e Encargos Sociais		254.933,37	649.698.670,59	649.687.299,14	266.304,82	
Outras Despesas Correntes		784.591,94	201.934.877,51	193.899.387,63	8.513.526,99	306.554,83
Despesas de Capital		811.763,16	24.705.474,40	21.824.934,19	1.026.104,73	2.666.198,64
Investimentos		811.763,16	24.570.532,66	21.689.992,45	1.026.104,73	2.666.198,64
Inversões Financeiras			134.941,74	134.941,74		
TOTAL	[5.23]	1.851.288,47	876.339.022,50	865.411.620,96	9.805.936,54	2.972.753,47

Subsecretaria de Contadoria-Geral do Município, 31 de Dezembro de 2025.

MARILIA CELESTINO XAVIER
DIRETORA CENTRAL DE CONTABILIDADE GERAL
CRC MG 096.270/O-7

NOURIVAL DE SOUZA RESENDE FILHO
CONTADOR GERAL DO MUNICÍPIO
CRC MG 020.498/O-6

PEDRO MENEGUETTI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA

ÁLVARO DAMIÃO VIEIRA DA PAZ
PREFEITO

BALANÇO FINANCEIRO – (BF)

O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. (MCASP, 11ª ed., p. 564).

O objetivo principal do Balanço Financeiro é, portanto, evidenciar todas as movimentações financeiras de entradas e saídas que impactam o

caixa e equivalentes de caixa em um exercício financeiro, possibilitando assim, a apuração do resultado financeiro do exercício. O Balanço Financeiro possibilita a apuração do resultado financeiro do exercício, porém este resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial (BP). (MCASP, 11ª ed., p. 565).

O Balanço Financeiro foi elaborado observando as orientações da instrução de procedimentos contábeis “IPC 06 – Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro”.



CONSOLIDAÇÃO GERAL

BALANÇO FINANCEIRO

Exercício: 2025

INGRESSOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	[6.4]	20.523.952.374,89	19.741.091.855,49
Recursos Não Vinculados		11.961.740.074,72	11.080.720.530,18
Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)		7.014.713.263,27	7.124.598.688,71
Recursos Vinculados à Educação		1.889.932.813,67	1.656.575.099,46
Recursos Vinculados à Saúde		4.297.361.992,28	4.223.848.978,55
Recursos Vinculados à Assistência Social		45.059.917,67	46.229.864,90
Recursos Vinculados à Previdência Social (EXCETO RPPS)		0,00	0,00
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências		177.177.961,58	158.630.103,06
Demais Vinculações Legais		603.971.087,47	1.039.135.598,48
Outras Vinculações		1.209.490,60	179.044,26
Recursos Vinculados ao RPPS		1.547.499.036,90	1.535.772.636,60
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)		744.778.070,57	789.614.976,50
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)		789.980.159,98	734.932.090,36
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração		12.740.806,35	11.225.569,74
Transferências Financeiras Recebidas (II)	[6.6]	7.640.930.568,73	6.887.060.342,82
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		6.285.477.578,93	5.690.295.971,61
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS		1.355.452.989,80	1.196.764.371,21
Outras Movimentações Financeiras Recebidas (III)		3.440.368.037,80	430.633.103,35
Resgate de Investimentos e Aplicações Financeiras		3.430.389.408,37	422.544.863,54
Desbloqueios de Valores em Caixa		9.978.629,43	8.088.239,81
Recebimentos Extraorçamentários (IV)		8.162.470.993,38	6.929.338.619,99
Inscrição de Restos a Pagar não Processados	[6.7]	958.907.719,02	910.002.408,10
Inscrição de Restos a Pagar Processados	[6.7]	923.617.048,44	876.339.022,50
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	[6.8]	6.274.661.551,65	5.065.967.077,54
Outros Recebimentos Extraorçamentários		5.284.674,27	77.030.111,85
Saldo do Exercício Anterior (V)		4.175.460.335,64	4.215.582.918,80
Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto RPPS)		3.765.017.977,97	3.821.681.151,58
Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS		135.322.271,38	120.539.757,13
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		275.120.086,29	273.362.010,09
TOTAL (VI) = (I + II + III + IV + V)		43.943.182.310,44	38.203.706.840,45

DISPÊNDIOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VII)	[6.4]	20.631.992.768,20	19.420.989.197,95
Recursos Não Vinculados		12.490.999.792,97	11.476.028.208,59
Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)		7.326.573.512,83	7.186.819.157,56
Recursos Vinculados à Educação		1.975.406.033,53	1.702.535.687,80
Recursos Vinculados à Saúde		4.528.810.799,28	4.287.372.428,27
Recursos Vinculados à Assistência Social		41.046.389,62	45.321.737,56
Recursos Vinculados à Previdência Social (EXCETO RPPS)		0,00	0,00
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências		114.814.429,13	169.056.482,44
Demais Vinculações Legais		666.495.861,27	982.532.821,49
Outras Vinculações		0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS		814.419.462,40	758.141.831,80
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)		18.027.047,68	11.312.199,02
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)		783.154.915,14	734.002.918,67
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração		13.237.499,58	12.826.714,11
Transferências Financeiras Concedidas (VIII)	[6.6]	7.640.930.568,73	6.887.060.342,82
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		6.285.477.578,93	5.690.295.971,61
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS		1.355.452.989,80	1.196.764.371,21
Outras Movimentações Financeiras Concedidas (IX)		4.055.640.501,83	1.200.086.873,23
Transferências para Investimentos e Aplicações Financeiras		4.047.806.418,55	1.189.686.338,50
Bloqueios de Valores em Caixa		7.834.083,28	10.400.534,73
Pagamentos Extraorçamentários (X)		7.829.038.437,45	6.520.110.090,81
Pagamentos de Restos a Pagar não Processados	[6.7]	668.446.101,65	933.120.079,52
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	[6.7]	865.411.620,96	555.651.845,21
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	[6.8]	6.286.418.910,40	4.951.483.286,32
Outros Pagamentos Extraorçamentários		8.761.804,44	79.854.879,76
Saldo para o Exercício Seguinte (XI)		3.785.580.034,23	4.175.460.335,64
Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto RPPS)		3.228.001.412,52	3.765.017.977,97
Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS		264.869.002,40	135.322.271,38
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		292.709.619,31	275.120.086,29
TOTAL (XII) = (VII + VIII + IX + X + XI)		43.943.182.310,44	38.203.706.840,45

01/02



CONSOLIDAÇÃO GERAL

BALANÇO FINANCEIRO

Exercício: 2025

ANEXO						
Nota	Receita Orçamentária (a)	Exercício Atual Deduções da Receita (b)	Saldo	Receita Orçamentária (a)	Exercício Anterior Deduções da Receita (b)	Saldo
Recursos Não Vinculados	12.786.017.342,90	824.277.268,18	11.961.740.074,72	11.811.848.728,56	731.128.198,38	11.080.720.530,18
Vinculados (EXCETO AO RPPS)	7.023.700.891,27	8.987.628,00	7.014.713.263,27	7.134.298.538,42	9.699.849,71	7.124.598.688,71
Recursos Vinculados à Educação	1.890.293.508,68	360.695,01	1.889.932.813,67	1.657.745.011,59	1.169.912,13	1.656.575.099,46
Recursos Vinculados à Saúde	4.297.361.992,28	0,00	4.297.361.992,28	4.223.848.978,55	0,00	4.223.848.978,55
Recursos Vinculados à Assistência Social	45.059.917,67	0,00	45.059.917,67	46.229.864,90	0,00	46.229.864,90
Recursos Vinculados à Previdência Social (EXCETO RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	177.177.961,58	0,00	177.177.961,58	158.630.103,06	0,00	158.630.103,06
Demais Vinculações Legais	612.598.020,46	8.626.932,99	603.971.087,47	1.047.665.536,06	8.529.937,58	1.039.135.598,48
Outras Vinculações	1.209.490,60	0,00	1.209.490,60	179.044,26	0,00	179.044,26
Vinculados ao RPPS	1.547.523.280,62	24.243,72	1.547.499.036,90	1.535.795.549,61	22.913,01	1.535.772.636,60
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	744.778.070,57	0,00	744.778.070,57	789.614.976,50	0,00	789.614.976,50
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	790.004.403,70	24.243,72	789.980.159,98	734.955.003,37	22.913,01	734.932.090,36
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	12.740.806,35	0,00	12.740.806,35	11.225.569,74	0,00	11.225.569,74
TOTAL	[6.5] 21.357.241.514,79	833.289.139,90	20.523.952.374,89	20.481.942.816,59	740.850.961,10	19.741.091.855,49

Subsecretaria de Contadoria-Geral do Município, 31 de Dezembro de 2025.

MARILIA CELESTINO XAVIER
DIRETORA CENTRAL DE CONTABILIDADE GERAL
CRC MG 096.270/O-7

NOURIVAL DE SOUZA RESENDE FILHO
CONTADOR GERAL DO MUNICÍPIO
CRC MG 020.498/O-6

PEDRO MENEGUETTI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA

ÁLVARO DAMIÃO VIEIRA DA PAZ
PREFEITO

BALANÇO PATRIMONIAL – (BP)

O Balanço Patrimonial (BP) é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). (MCASP, 11ª ed., p. 571).

A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem. (MCASP, 11ª ed., p. 571).

O Balanço Patrimonial foi elaborado observando na íntegra as orientações da instrução de procedimentos contábeis “IPC 04 – Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial”.

A fim de atender aos novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012. (MCASP, 11ª ed., p. 571).

Assim, de modo a atender às determinações legais e às normas contábeis vigentes, atualmente o Balanço Patrimonial é composto por:

- a) Quadro Principal.
- b) Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes.
- c) Quadro das Contas de Compensação (controle).
- d) Quadro do Superávit/Déficit Financeiro.

No quadro Principal tem-se a visão patrimonial como base para análise e registro dos fatos contábeis.

O quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes apresenta os ativos e passivos financeiros e permanentes, de acordo com o disposto no art. 105 da Lei nº 4.320/1964 nos parágrafos 1º ao 4º, como segue:

§ 1º O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

§ 2º O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outras pagamento independa de autorização orçamentária.

§ 4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

O quadro das Contas de Compensação apresenta os atos potenciais do ativo e do passivo a executar, que potencialmente podem afetar o patrimônio do ente. Os valores dos atos potenciais já executados não devem ser considerados.

O quadro do Superávit/Déficit Financeiro apresenta o superávit / déficit financeiro, apurado conforme o § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320/1964, a saber:

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro conjugando-se ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.



CONSOLIDAÇÃO GERAL

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício: 2025

ATIVO

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	[7.4]	3.785.580.034,23	4.175.460.335,64
Créditos a Curto Prazo	[7.5]	620.845.371,17	571.771.981,51
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	[7.6]	637.408.347,31	559.114.019,34
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	[7.7]	155.437.820,85	3.282.669.359,45
Estoques	[7.8]	242.919.308,96	233.030.180,11
Ativo Não Circulante Mantido para Venda		0,00	0,00
Ativo Biológico		0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente		3.819.438,72	1.789.393,37
Total do Ativo Circulante		5.446.010.321,24	8.823.835.269,42

Ativo Não Circulante

Realizável a Longo Prazo	[7.10]	11.557.723.706,68	7.213.800.635,76
Investimentos	[7.9]	608.372.203,41	552.355.304,71
Imobilizado	[7.11]	3.815.650.666,37	3.800.290.019,55
Intangível	[7.12]	36.444.225,92	26.665.424,76
Total do Ativo Não Circulante		16.018.190.802,38	11.593.111.384,78

TOTAL DO ATIVO

21.464.201.123,62 20.416.946.654,20

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Passivo Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	[7.13]	811.701.712,26	898.463.964,40
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	[7.14]	479.019.889,38	466.423.531,64
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	[7.15]	321.331.010,87	346.777.706,20
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		234.862,61	42.626,70
Transferências Fiscais a Curto Prazo		0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo		12.353.304,89	10.271.685,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	[7.16]	350.684.592,61	363.292.544,59
Total do Passivo Circulante		1.975.325.372,62	2.085.272.058,53

Passivo Não Circulante

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo		282.763.358,81	214.012.041,09
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	[7.17]	3.465.955.672,64	4.056.306.523,89
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		293.484.432,29	98.672.396,33
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		3.671.154,90	3.671.154,90
Transferências Fiscais a Longo Prazo		0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo	[7.18]	41.768.309.557,19	39.975.716.626,45
Demais Obrigações a Longo Prazo		47.896.738,89	48.108.764,09
Resultado Diferido	[7.19]	46.326.030,57	96.667.404,45
Total do Passivo Não Circulante		45.908.406.945,29	44.493.154.911,20

Patrimônio Líquido

Patrimônio Social e Capital Social		227.420.699,79	226.393.239,14
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		0,00	0,00
Reservas de Capital		1.296,98	1.296,98
Ajustes de Avaliação Patrimonial		10.870.446,66	10.870.446,66
Reservas de Lucros		0,00	0,00
Demais Reservas		20.174.031,96	23.902.749,02
Resultados Acumulados		-26.677.997.669,68	-26.422.648.047,33
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		0,00	0,00
Total do Patrimônio Líquido	[7.20]	-26.419.531.194,29	-26.161.480.315,53

TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.464.201.123,62 20.416.946.654,20



CONSOLIDAÇÃO GERAL

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício: 2025

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO (I)			
Ativo Financeiro		7.741.907.186,36	7.513.037.893,57
Ativo Permanente		13.722.293.937,26	12.903.908.760,63
Total do Ativo		21.464.201.123,62	20.416.946.654,20
PASSIVO (II)			
Passivo Financeiro		2.263.501.559,02	2.155.424.114,55
Passivo Permanente		46.602.114.181,56	45.340.190.559,20
Total do Passivo		48.865.615.740,58	47.495.614.673,75
Saldo Patrimonial (I - II)	[7.21]	-27.401.414.616,96	-27.078.668.019,55

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVOS			
Garantias e Contra Garantias Recebidas		572.659.578,53	449.822.013,95
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		0,00	0,00
Direitos Contratuais		0,00	0,00
Demandas Judiciais		0,00	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos		0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Ativos		572.659.578,53	449.822.013,95
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Garantias e Contra Garantias Concedidas		333.734.896,57	324.287.626,95
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		0,00	0,00
Obrigações Contratuais		16.099.872.947,98	17.095.946.924,12
Demandas Judiciais		3.624.108.201,79	23.590.101.914,73
Outros Atos Potenciais Passivos		699.849.954,56	704.790.850,03
Total dos Atos Potenciais Passivos	[7.22 / 7.23]	20.757.566.000,90	41.715.127.315,83

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
500 - Recursos não vinculados de Impostos		160.646.639,65	435.607.129,72
501 - Outros Recursos não Vinculados		236.522.254,89	379.823.457,36
540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		54.582.183,36	28.026.457,02
543 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR		0,06	2.230.329,35
546 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI		1.566.303,00	0,00
550 - Transferência do Salário-Educação		139.131.368,95	238.977.093,17
552 - Transferências Rec do FNDE Ref. ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)		653.991,89	1.537.315,17
553 - Transferências Rec. FNDE Ref. ao Prog. Nac. de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)		1.065,41	0,00
569 - Outras Transferências de Recursos do FNDE		45.127,35	2.781.205,49
570 - Transf. do Gov. Fed. Ref. a Convênios e outros Repasses Vinculados à Educação		483.218,53	4.922.711,27
571 - Transferências do Estado referentes a Convênios e outros Repasses vinculados à Educação		1.544.768,83	1.364.305,99
600 - Transf. Fundo a Fundo Rec. SUS pov. Gov.Fed. Bl. Manut. Ações e Serv.Púb. Saúde		-350.014.469,43	-170.633.326,64
601 - Transf. Fundo a Fundo Rec. SUS prov. Gov Fed.- Bl. Estruturação Rede Serv.Públ. Saúde		9.662.110,99	1.965.128,88
602 - Transf. Fundo a Fundo Rec. SUS Gov.Fed. Bl. Manut. Ações e Serv.Púb. Saúde - COVID-19		214.924,92	188.125,79



CONSOLIDAÇÃO GERAL

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício: 2025

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
604 - Transf.Prov.Governo Fed.destinadas venc. agentes comunit. saúde e de combate endemias		24.515.642,79	12.145.006,78
605 - Assist. Fin. da União destin. à complementação ao pag. dos pisos salariais da enfermagem		10.102.436,48	2.729.213,62
621-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual		192.198.357,03	181.382.691,29
631 - Transferências do Gov. Federal ref. a Convênios e Instrum. Congêneres vinculados à Saúde		188.856,18	177.951,87
634 - Operações de Crédito vinculadas à Saúde		29.255.677,42	33.339.690,20
659 - Outros Recursos Vinculados à Saúde		-35.677.207,61	1.224.459,39
660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		37.549.368,00	33.741.922,96
661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social		8.390.179,62	6.926.997,48
665 - Transferências de Convênios e outros Repasses vinculados à Assistência Social		13.507.563,35	13.705.166,09
700 - Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União		49.087.236,61	49.925.415,94
701 - Outras Transferências de Convênios ou Repasses dos Estados		12.387.096,89	13.889.964,52
702 - Outras Transferências de Convênios ou Repasses dos Municípios		16.045,04	2.460.446,74
703 - Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse de outras Entidades		3.655.368,06	3.695.820,26
704 - Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural		30.506,33	2.030.506,33
706 -Transferência Especial da União		11.013.286,58	8.386.534,03
708 - Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais		7.793.545,79	6.116.597,66
710 - Transferência Especial dos Estados		69.620.598,70	72.772.786,36
715 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual		0,00	775.006,79
716 - Transf. Destinadas Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º - Demais Setores Cultura		0,00	44.620,00
719 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022		15.326.574,44	16.114.027,30
720 -Transferências União Ref.partic.exploração Petróleo e Gás Nat.destinadas FEP Lei 9.478/1997		-2.981.825,56	0,00
747 - Outras vinculações de transferências da União		1.206.600,50	0,00
749 - Outras vinculações de transferências		157.204.408,89	75.463.545,77
750 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE		437.479,94	2.979.826,65
751 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP		339.105.621,02	310.675.815,09
752 - Recursos Vinculados ao Trânsito		24.407.138,59	82.926.660,63
753 - Recursos Provenientes de Taxas e Contribuições		20.213.856,31	12.492.859,09
754 - Recursos de Operações de Crédito		46.897.202,38	46.239.690,25
755 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta		34.231.297,87	44.797.363,81
756 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Indireta		324.362,60	394.302,20



CONSOLIDAÇÃO GERAL

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício: 2025

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
759 - Recursos vinculados a fundos		71.466.422,46	46.051.553,33
800 - Recursos vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)		4.067.911.307,23	3.341.160.284,34
801 - Recursos vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)		10.609.024,50	3.736.024,66
802 - Recursos vinculados ao RPPS - Taxa de Administração		1.624.594,19	1.783.069,30
899 - Outros Recursos Vinculados		1.747.516,32	538.025,72
Total das Fontes de Recursos	[724] (1)	5.478.405.627,34	5.357.613.779,02

(1) Codificação da fonte de recursos conforme padrão disponibilizado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

Subsecretaria de Contadoria-Geral do Município, 31 de Dezembro de 2025.

MARILIA CELESTINO XAVIER
DIRETORA CENTRAL DE CONTABILIDADE GERAL
CRC MG 096.270/O-7

NOURIVAL DE SOUZA RESENDE FILHO
CONTADOR GERAL DO MUNICÍPIO
CRC MG 020.498/O-6

PEDRO MENEGUETTI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA

ÁLVARO DAMIÃO VIEIRA DA PAZ
PREFEITO

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – (DVP)

A Demonstração das Variações Patrimoniais – (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. (MCASP, 11ª ed., p. 584).

O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial - (BP) do exercício. (MCASP, 11ª ed., p. 584).

No setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais. (MCASP, 11ª ed., p. 584).

A DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade. (MCASP, 11ª ed., p. 584).

A DVP foi elaborada observando na íntegra as orientações da instrução de procedimentos contábeis “IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais”.



CONSOLIDAÇÃO GERAL

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - SINTÉTICO

Exercício: 2025

QUADRO PRINCIPAL

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		7.850.111.889,87	6.835.754.958,85
Contribuições		1.539.563.556,31	1.389.996.770,83
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		827.595.439,72	764.640.974,29
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		1.979.860.615,11	6.159.522.405,66
Transferências e Delegações Recebidas		17.729.405.258,80	16.092.013.886,96
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		476.077.012,33	168.724.045,92
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	[8.5]	1.252.805.165,24	3.000.781.587,17
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		31.655.418.937,38	34.411.434.629,68
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Pessoal e Encargos		6.650.024.262,41	6.252.218.946,46
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		2.283.188.482,48	2.179.641.682,62
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		8.548.606.542,09	8.023.339.830,78
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		777.241.285,75	4.852.625.682,65
Transferências e Delegações Concedidas		9.443.882.389,77	8.641.979.918,17
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos		1.241.089.771,66	2.019.698.498,08
Tributárias		200.318.787,39	187.312.215,54
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados		565.814,23	4.817.633,23
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	[8.6]	3.095.097.261,79	1.306.866.621,04
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		32.240.014.597,57	33.468.501.028,57
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I-II)		-584.595.660,19	942.933.601,11



CONSOLIDAÇÃO GERAL

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - SINTÉTICO

Exercício: 2025

ANEXO I - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			
Impostos		7.160.662.684,60	6.191.708.229,42
Taxas		689.449.205,27	644.046.729,43
Contribuições de Melhoria		0,00	0,00
Total		7.850.111.889,87	6.835.754.958,85

ANEXO II - CONTRIBUIÇÕES

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Contribuições			
Contribuições Sociais		1.303.735.076,35	1.174.081.247,22
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública		235.828.479,96	215.915.523,61
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		0,00	0,00
Total		1.539.563.556,31	1.389.996.770,83

ANEXO III - EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos			
Vendas de Mercadorias		199.985,96	12.883,70
Vendas de Produtos		0,00	0,00
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		827.395.453,76	764.628.090,59
Total		827.595.439,72	764.640.974,29



CONSOLIDAÇÃO GERAL

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - SINTÉTICO

Exercício: 2025

ANEXO IV - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras			
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora		904.115.250,53	1.242.351.017,83
Variações Monetárias e Cambiais		490.893.494,44	4.022.813.930,01
Descontos Financeiros Obtidos		0,00	0,00
Aporte do Banco Central		0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		584.851.870,14	894.357.457,82
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		0,00	0,00
Total		1.979.860.615,11	6.159.522.405,66

ANEXO V - TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Transferências e Delegações Recebidas			
Transferências Intra Governamentais		7.733.671.282,26	6.983.411.038,83
Transferências Inter Governamentais		9.932.274.503,24	9.054.442.003,01
Transferências das Instituições Privadas		57.235.126,03	49.641.212,87
Transferências das Instituições Multigovernamentais		0,00	0,00
Transferências de Consórcios Públicos		0,00	0,00
Transferências do Exterior		42.584,23	38.780,56
Execução Orçamentária Delegada de Entes		0,00	18.629,02
Transferências de Pessoas Físicas		6.181.763,04	4.462.222,67
Outras Transferências e Delegações Recebidas		0,00	0,00
Total		17.729.405.258,80	16.092.013.886,96



CONSOLIDAÇÃO GERAL

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - SINTÉTICO

Exercício: 2025

ANEXO VI - VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos			
Reavaliação de Ativos		404.940.125,45	0,00
Ganhos com Alienação		3.146.354,37	1.098.854,87
Ganhos com Incorporação de Ativos		57.779.091,00	46.998.925,50
Desincorporação de Passivos		10.211.441,51	120.626.265,55
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		0,00	0,00
Total		476.077.012,33	168.724.045,92

ANEXO VII - OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas			
VPA a classificar		0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações		51.306.645,58	101.057.976,65
Operações da Autoridade Monetária		0,00	0,00
Subvenções Econômicas		0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		898.204.152,57	488.618.310,41
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		303.294.367,09	2.411.105.300,11
Total		1.252.805.165,24	3.000.781.587,17

ANEXO VIII - PESSOAL E ENCARGOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Pessoal e Encargos			
Remuneração a Pessoal		5.195.673.498,12	4.985.415.655,77
Encargos Patronais		1.042.483.861,22	954.902.820,30
Benefícios a Pessoal		411.845.037,60	311.882.567,79



CONSOLIDAÇÃO GERAL

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - SINTÉTICO

Exercício: 2025

ANEXO VIII - PESSOAL E ENCARGOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		21.865,47	17.902,60
Total		6.650.024.262,41	6.252.218.946,46

ANEXO IX - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Benefícios Previdenciários e Assistenciais			
Aposentadorias e Reformas		2.002.847.735,34	1.921.331.056,91
Pensões		201.236.739,63	190.624.465,38
Benefícios de Prestação Continuada		0,00	0,00
Benefícios Eventuais		0,00	0,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda		0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		79.104.007,51	67.686.160,33
Total		2.283.188.482,48	2.179.641.682,62

ANEXO X - USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo			
Uso de Material de Consumo		912.061.816,01	1.323.619.106,90
Serviços		7.506.039.489,49	6.686.649.785,86
Depreciação, Amortização e Exaustão		130.505.236,59	13.070.938,02
Total		8.548.606.542,09	8.023.339.830,78

ANEXO XI - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras			
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		385.461.974,64	379.374.684,74
Juros e Encargos de Mora		261.398,98	177.124,49



CONSOLIDAÇÃO GERAL

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - SINTÉTICO

Exercício: 2025

ANEXO XI - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Monetárias e Cambiais		390.262.590,24	4.471.789.273,92
Descontos Financeiros Concedidos		1.255.321,89	1.284.599,50
Aporte ao Banco Central		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		0,00	0,00
Total		777.241.285,75	4.852.625.682,65

ANEXO XII - TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Transferências e Delegações Concedidas			
Transferências Intra Governamentais		7.733.671.282,26	6.983.411.038,83
Transferências Inter Governamentais		827.421.240,76	713.286.200,77
Transferências a Instituições Privadas		882.710.576,25	945.168.048,86
Transferências a Instituições Multigovernamentais		0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos		0,00	0,00
Transferências ao Exterior		79.290,50	114.629,71
Execução Orçamentária Delegada a Entes		0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas		0,00	0,00
Total		9.443.882.389,77	8.641.979.918,17

ANEXO XIII - DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos			
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas		294.125.163,80	425.666.699,81
Perdas com Alienação		60.630,57	0,00
Perdas Involuntárias		799.664,03	1.192.099,40
Incorporação de Passivos		0,00	0,00
Desincorporação de Ativos		946.104.313,26	1.592.839.698,87
Total		1.241.089.771,66	2.019.698.498,08



CONSOLIDAÇÃO GERAL
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - SINTÉTICO

Exercício: 2025

ANEXO XIV - TRIBUTÁRIAS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Tributárias			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		1.233.434,83	750.092,16
Contribuições		199.085.352,56	186.562.123,38
Total		200.318.787,39	187.312.215,54

ANEXO XV - CUSTO DAS MERCADORIAS E PRODUTOS VENDIDOS, E DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados			
Custos das Mercadorias Vendidas		0,00	0,00
Custos dos Produtos Vendidos		0,00	4.267.609,97
Custos dos Serviços Prestados		565.814,23	550.023,26
Total		565.814,23	4.817.633,23

ANEXO XVI - OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas			
Premiações		10.017.000,00	3.718.751,80
Resultado Negativo de Participações		24.458.923,58	65.496.854,02
Operações da Autoridade Monetária		0,00	0,00
Incentivos		212.520,00	1.633.700,77
Subvenções Econômicas		0,00	0,00
Participações e Contribuições		0,00	0,00
Constituição de Provisões		2.443.926.020,50	399.868.669,98
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		616.482.797,71	836.148.644,47
Total		3.095.097.261,79	1.306.866.621,04

Subsecretaria de Contadoria-Geral do Município, 31 de Dezembro de 2025.

MARILIA CELESTINO XAVIER
DIRETORA CENTRAL DE CONTABILIDADE GERAL
CRC MG 096.270/O-7

NOURIVAL DE SOUZA RESENDE FILHO
CONTADOR GERAL DO MUNICÍPIO
CRC MG 020.498/O-6

PEDRO MENEGUETTI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA

ÁLVARO DAMIÃO VIEIRA DA PAZ
PREFEITO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – (DFC)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa – (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxo operacional, de investimento e de financiamento. (MCASP, 11ª ed., p. 589).

O montante dos fluxos de caixa líquidos decorrentes das atividades operacionais é um indicador chave da extensão na qual as operações da entidade são financiadas: a) por meio de tributos (direta e indiretamente); b) (pelos destinatários dos bens e serviços oferecidos pela entidade.

Os fluxos de caixa decorrentes das atividades de investimento representam a extensão em que as saídas de caixa são realizadas com a finalidade de contribuir para a futura prestação de serviços pela entidade. São referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo

e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.

A divulgação dos fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento é importante para a previsão de exigências de fluxos futuros por parte dos provedores de capital. São aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no endividamento da entidade.

A DFC identificará as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa; os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

A DFC foi elaborada observando na íntegra as orientações da instrução de procedimentos contábeis “IPC 08 – Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa”.



CONSOLIDAÇÃO GERAL
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício: 2025

QUADRO PRINCIPAL

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Ingressos		37.765.877.103,21	31.597.592.984,10
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		7.816.292.633,11	7.313.170.916,13
Receita de Contribuições		1.579.154.058,70	1.378.622.123,55
Receita Patrimonial		170.370.604,62	179.282.039,38
Receita Agropecuária		199.985,96	12.883,70
Receita Industrial		0,00	0,00
Receita de Serviços		594.651.339,48	620.052.516,00
Remuneração das Disponibilidades		718.910.173,55	897.032.898,22
Transferências Recebidas		9.124.542.048,13	8.342.441.158,27
Outras Receitas Operacionais		400.511.427,21	406.287.813,29
Outros Ingressos Operacionais	[9.6]	17.361.244.832,45	12.460.690.635,56
Desembolsos		37.033.936.107,00	30.572.616.809,32
Pessoal e Demais Despesas		15.967.301.132,83	14.451.850.612,10
Juros e encargos da dívida		385.461.974,64	379.374.684,74
Transferências concedidas		2.689.421.214,13	2.622.906.130,35
Outros desembolsos operacionais	[9.6]	17.991.751.785,40	13.118.485.382,13
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)		731.940.996,21	1.024.976.174,78
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Ingressos		5.605.237,51	3.729.618,28
Alienação de bens		3.697.404,37	1.463.700,14
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos		0,00	0,00
Outros ingressos de investimentos		1.907.833,14	2.265.918,14
Desembolsos		736.803.109,07	1.210.979.542,89
Aquisição de ativo não circulante		589.971.249,56	1.089.914.590,65
Concessão de empréstimos e financiamentos		0,00	0,00
Outros desembolsos de investimentos		146.831.859,51	121.064.952,24
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)		-731.197.871,56	-1.207.249.924,61
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos		113.714.866,62	600.459.888,67
Operações de crédito		112.687.405,97	591.260.328,58
Integralização do capital social de empresas dependentes		1.027.460,65	9.160.779,53
Outros ingressos de financiamentos		0,00	38.780,56
Desembolsos		504.338.292,68	458.308.722,00
Amortização / Refinanciamento da dívida		504.338.292,68	458.308.722,00
Outros desembolsos de financiamentos		0,00	0,00
Fluxo de Caixa Líquido das atividades de financiamento (III)		-390.623.426,06	142.151.166,67
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		-389.880.301,41	-40.122.583,16
Caixa e equivalente de caixa inicial		4.175.460.335,64	4.215.582.918,80
Caixa e equivalente de caixa final	[9.7 / 9.8]	3.785.580.034,23	4.175.460.335,64



CONSOLIDAÇÃO GERAL
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício: 2025

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Legislativa		307.960.519,43	258.853.495,12
Judiciária		0,00	0,00
Essencial à Justiça		0,00	0,00
Administração		707.562.167,53	645.454.316,99
Defesa Nacional		0,00	0,00
Segurança Pública		394.736.674,46	324.887.241,36
Relações Exteriores		0,00	0,00
Assistência Social		433.670.090,92	413.001.645,21
Previdência Social		2.163.995.487,66	1.934.021.384,16
Saúde		5.966.416.552,43	5.526.092.999,48
Trabalho		4.495.874,36	6.520.387,74
Educação		3.551.082.543,87	3.089.167.338,08
Cultura		126.756.091,67	106.958.007,91
Direitos da Cidadania		80.597.290,88	53.920.269,30
Urbanismo		379.774.295,39	363.635.432,33
Habitação		88.995.914,43	79.937.125,12
Saneamento		518.974.288,43	483.362.020,30
Gestão Ambiental		154.247.628,77	130.474.662,11
Ciência e Tecnologia		171.587.886,56	146.868.357,59
Agricultura		25.434.328,26	2.876.309,50
Organização Agrária		0,00	0,00
Indústria		0,00	0,00
Comércio e Serviços		81.218.550,88	87.155.822,19
Comunicações		0,00	0,00
Energia		0,00	0,00
Transporte		356.824.827,51	350.846.868,86
Desporto e Lazer		35.807.074,84	29.216.936,40
Encargos Especiais		417.163.044,55	418.599.992,35
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função		15.967.301.132,83	14.451.850.612,10



CONSOLIDAÇÃO GERAL
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício: 2025

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		240.354.480,73	212.959.950,52
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		98.069.842,80	116.554.073,66
Outros Encargos da Dívida		47.037.651,11	49.860.660,56
Total dos Juros e Encargos da Dívida		385.461.974,64	379.374.684,74

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS			
Intergovernamentais		5.028.397.201,83	4.604.606.248,31
da União		1.802.017.537,58	1.544.860.224,41
de Estados e Distrito Federal		3.226.379.664,25	3.059.716.023,90
de Municípios		0,00	30.000,00
Intragovernamentais Recebidas		0,00	0,00
Outras transferências correntes recebidas		4.096.144.846,30	3.737.834.909,96
Total das Transferências Recebidas		9.124.542.048,13	8.342.441.158,27
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS			
Intergovenamentais		5.477.781,62	4.298.767,15
a União		720.000,00	0,00
a Estados e Distrito Federal		4.726.683,92	4.296.320,99
a Municípios		0,00	0,00
a Consórcios Públicos		31.097,70	2.446,16
Intragovernamentais Concedidas		1.241.627.417,34	1.192.212.079,97
Outras Transferências Concedidas		1.442.316.015,17	1.426.395.283,23
Total das Transferências Concedidas		2.689.421.214,13	2.622.906.130,35

Exercício: 2025

Subsecretaria de Contadoria-Geral do Município, 31 de Dezembro de 2025.

MARILIA CELESTINO XAVIER
DIRETORA CENTRAL DE CONTABILIDADE GERAL
CRC MG 096.270/O-7

NOURIVAL DE SOUZA RESENDE FILHO
CONTADOR GERAL DO MUNICÍPIO
CRC MG 020.498/O-6

PEDRO MENEGUETTI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA

ÁLVARO DAMIÃO VIEIRA DA PAZ
PREFEITO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – (DMPL)

A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido – (DMPL) demonstra a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido da entidade durante um período. A alteração total no patrimônio líquido durante um período representa o valor total do resultado desse período, adicionado a outras receitas e despesas reconhecidas diretamente como alterações no patrimônio líquido (sem passar pelo resultado do período). (MCASP, 11ª ed., p. 598).



CONSOLIDAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício: 2025

		Pat. Social / Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações / Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldos Iniciais	Nota	226.393.239	-	1.297	10.870.447		23.902.749,02	-26.422.648.047	-	-26.161.480.316
Ajustes de Exercícios Anteriores								329.246.038		329.246.038
Aumento de Capital	[10.1]	1.027.461								1.027.461
Resgate / Reemissão de Ações e Cotas										-
Juros sobre Capital Próprio										-
Resultado do Exercício								- 584.595.660		-584.595.660
Ajustes de Avaliação Patrimonial	[10.2]						- 3.728.717		-	3.728.717,06
Constituição / Reversão de Reservas										-
Dividendos a Distribuir										-
Saldos Finais		227.420.700	-	1.297	10.870.447	-	20.174.031,96	-26.677.997.670	-	-26.419.531.194

Subsecretaria de Contadoria-Geral do Município, 31 de Dezembro de 2025.

MARILIA CELESTINO XAVIER
DIRETORA CENTRAL DE CONTABILIDADE GERAL
CRC MG 096.270/O-7

NOURIVAL DE SOUZA RESENDE FILHO
CONTADOR GERAL DO MUNICÍPIO
CRC MG 020.498/O-6

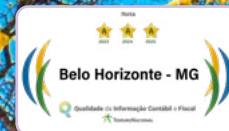
PEDRO MENEGUETTI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA

ÁLVARO DAMIÃO VIEIRA DA PAZ
PREFEITO

VOL. V

DAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – CONSOLIDAÇÃO GERAL

Fonte: SIAFIC BH



**BELO
HORIZONTE**
PREFEITURA

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O município de Belo Horizonte possui natureza jurídica de direito público e sede na Av. Afonso Pena, nº 1.212, Centro – Belo Horizonte/MG – CEP 30130-003.

As notas explicativas às demonstrações contábeis aqui apresentadas foram elaboradas em conformidade com a legislação vigente (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T SP, bem como observadas as orientações do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP 11ª ed., o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP – 2025 e as Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC, expedidos pela Secretaria do Tesouro Nacional.

As demonstrações contábeis contemplam a consolidação das contas do município de Belo Horizonte relativas ao exercício de 2025, composta pelas seguintes entidades municipais com contabilidade descentralizada:

Administração Direta:

Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (Secretarias Municipais, Órgãos Correlatos e os Fundos Municipais) – PBH

Câmara Municipal de Belo Horizonte – CMBH

Administração Indireta:

Fundações Públicas:

Fundação Municipal de Cultura – FMC

Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica – FPMZB

Autarquias:

Hospital Metropolitano Odilon Behrens – HMOB

Superintendência de Desenvolvimento da Capital - Sudecap

Superintendência de Limpeza Urbana – SLU

Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte – Sumob

Sociedades de Economia Mista Dependentes:

Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte S/A – Urbel

Empresa de Informática e Informação de Belo Horizonte – Prodabel

Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A – Belotur

Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte – Bhtrans

Não integra a consolidação das contas do município:

Sociedade de Economia Mista Independente:

PBH Ativos S/A

2. CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

O critério adotado para reconhecimento é:

- Ações judiciais em tramitação ou já transitadas em julgado, cujo eventual impacto financeiro seja estimado em valor igual ou superior a R\$ 3 milhões.
- A discussão envolve matéria com precedentes vinculantes contrários à Fazenda Pública ou estiver em fase de execução.
- Existe obrigação presente que provavelmente exige a saída de recursos.

Para cálculo da depreciação, é utilizada a tabela padrão de depreciação, vida útil econômica e valor residual (exceto para as empresas públicas e sociedades de economia mista) conforme publicado em Nota Técnica Conjunta SUCGM/SUALOG nº 001/2020. As empresas públicas e sociedades de economia mista observam a Lei nº 6.404/76 bem como a legislação vigente aplicável.

O método de cálculo dos encargos de depreciação utilizado por toda a administração pública direta e indireta é o das quotas constantes.

São considerados:

- recursos livres aqueles registrados nas fontes:
500 – Recursos não Vinculados de Impostos
501 – Outros Recursos não Vinculados
502 – Recursos não Vinculados da Compensação de Impostos.
- recursos vinculados aqueles registrados nas demais fontes.

A escrituração contábil do município é feita pelo SIAFIC BH, desenvolvido e mantido pela Empresa de Informática e Informação do município de Belo Horizonte – Prodabel.

O município de Belo Horizonte utiliza, em atendimento ao Princípio da Unidade de Tesouraria – art. 56 da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, o sistema de Conta Única.

No processamento de consolidação das contas, não foram deduzidas as operações intraorçamentárias nos demonstrativos em análise.

O registro da despesa por competência ocorre na etapa da despesa denominada Em Liquidação.



Os valores disponíveis em “Caixa e Equivalentes de Caixa” obedecem aos critérios estabelecidos na NBC TSP 12, que orienta: “para que o investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele deve ser prontamente conversível em quantia conhecida de caixa e estar sujeito a risco insignificante de mudanças de valor. Portanto, o investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa somente quando tiver vencimento de curto prazo de, por exemplo, três meses ou menos a partir da data de aquisição”.

3. CONTABILIDADE – GESTÃO DA QUALIDADE CONTÁBIL E FISCAL

1 Início das atividades de fechamento

A Subsecretaria de Contadoria Geral por meio da Diretoria Central de Contabilidade Geral realiza conciliação e a verificação se a execução orçamentária e financeira ocorreu dentro do padrão esperado e se todas as movimentações foram registradas em sua integralidade, integridade e tempestividade no SIAFIC BH.

Período: entre o 1º e 4º dia útil do mês subsequente ao mês de competência.

2 Bloqueio da Execução Orçamentária e Financeira do SIAFIC BH

A Subsecretaria de Contadoria-Geral, por meio da Diretoria Central de Contabilidade Geral, realiza o bloqueio da execução orçamentária e financeira do mês de competência.

Período: 5º dia útil do mês subsequente ao mês de competência.

3 Envio das prestações de contas ao Tribunal de Contas do Estado de MG (TCEMG)

A Subsecretaria de Contadoria-Geral, por meio da Diretoria de Prestação de Contas e Informações Contábeis, coordena a extração, geração, processamento, conferência dos dados e envio das remessas do município de Belo Horizonte (administração direta, indireta e RPPS) ao TCE MG por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM).

Período: Entre o 2º dia útil e o último dia útil do mês subsequente ao mês de competência.

4 Fechamento da Contabilidade

A Subsecretaria de Contadoria-Geral, por meio da Diretoria Central de Contabilidade Geral, coordena e orienta as conciliações e fechamento da contabilidade bem como realiza a consolidação das contas do município de Belo Horizonte (administração direta, indireta, RPPS e Legislativo).

Período: entre o 6º dia útil e o dia 18 do mês subsequente ao mês de competência.

5 Envio das prestações de contas à Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

A Subsecretaria de Contadoria-Geral, por meio da Diretoria de Prestação de Contas e Informações Contábeis, faz a extração, geração e conferência dos dados do poder Executivo a serem enviados à STN por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

Período: entre o dia 19 e o último dia útil do mês subsequente ao mês de competência.

6 Publicação das Informações no Diário Oficial do Município (DOM) e no Portal da Transparência

A Subsecretaria de Contadoria-Geral, por meio da Diretoria de Prestação de Contas e Informações Contábeis, elabora as informações a serem disponibilizadas no DOM e Portal da Transparência nos termos da legislação aplicável.

Período: entre o dia 19 e o último dia útil do mês subsequente ao mês de competência.

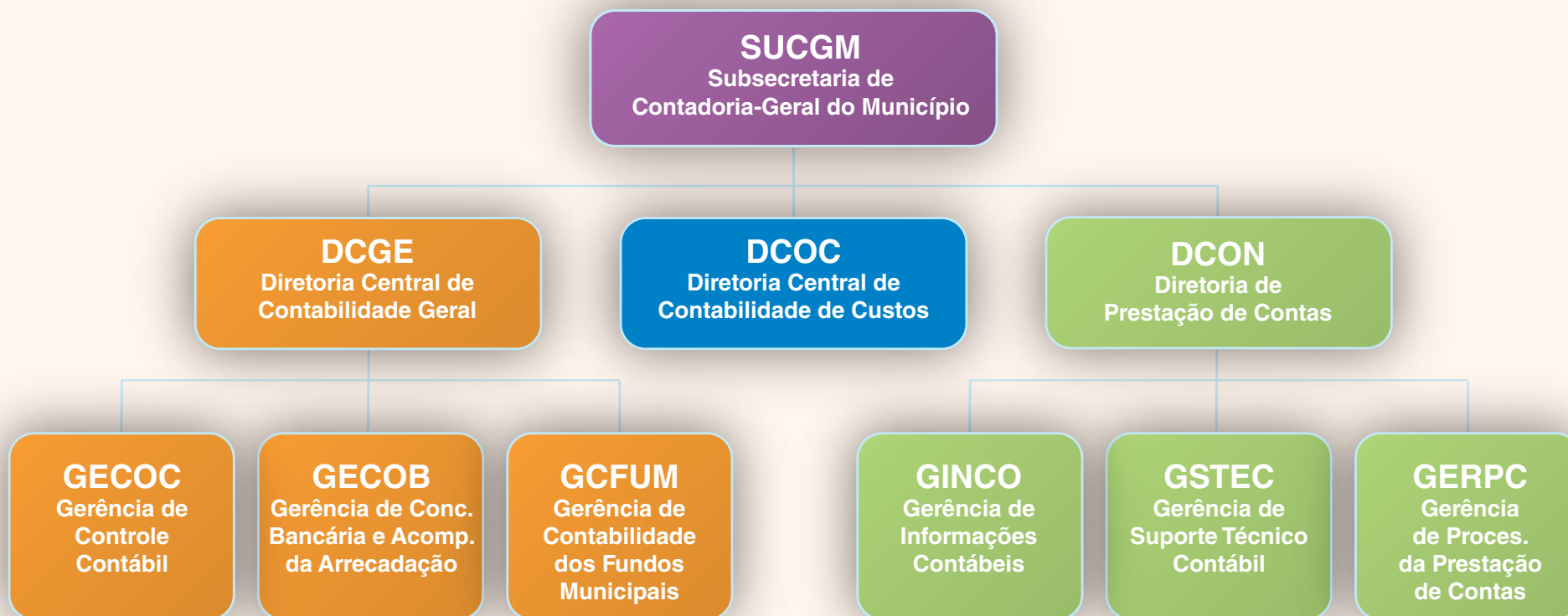
Controle Concomitante

A Subsecretaria de Contadoria-Geral, por meio da Diretoria Central de Contabilidade Geral, supervisiona as contas da administração direta e indireta, orientando os contadores e auxiliando na solução de possíveis problemas. Por meio das rotinas automáticas de auditoria disponíveis no sistema, os contadores já identificam possíveis gargalos entre a execução orçamentária/financeira, gestão patrimonial e a escrita contábil.

Período: durante todo o mês de competência

4. GESTÃO CONTÁBIL

A Subsecretaria de Contadoria-Geral do Município (SUCGM) de Belo Horizonte é órgão integrante da Secretaria Municipal de Fazenda e possui a seguinte estrutura organizacional:



Como órgão central de contabilidade do município e nos termos do decreto municipal nº 19.371 de 17 de novembro 2025, a Subsecretaria de Contadoria-Geral do Município tem como competência supervisionar e executar a contabilidade da administração direta do Poder Executivo, acompanhar e orientar a contabilidade das entidades da administração direta e indireta e promover a consolidação das contas do município, incluído as contas do Poder Legislativo municipal.

Durante o exercício de 2025, cabe destacar, a posição alcançada no Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal do SICONFI, ficando o município de Belo Horizonte na 1ª colocação entre as capitais brasileiras e entre os municípios brasileiros, alcançando

pontuação máxima (100%) no ranking.

Ademais, o município alcançou nota A no Indicador da Qualidade Contábil e Fiscal no Siconfi (ICF) e a classificação A+ na prévia fiscal da Análise da Capacidade de Pagamento (CAPAG) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), segundo a qual “este reconhecimento reflete o compromisso com a responsabilidade fiscal e a excelência na gestão pública”.

Durante o exercício de 2025, algumas ações adicionais foram realizadas com o objetivo de gradualmente obter um maior ganho na qualidade da informação contábil e fiscal, tais como:

<u>Ações concluídas</u>	<u>Resultados obtidos com as ações concluídas</u>
Integração do legislativo municipal ao SIAFIC BH.	A partir do exercício de 2026, o legislativo municipal passa a utilizar o SIAFIC BH bem como outros sistemas estruturantes do poder executivo. A utilização de um mesmo sistema pelos poderes legislativo e executivo traz maior segurança e integridade dos dados consolidados bem como amplia a capacidade de transparência e accountability.
Ação junto à Procuradoria Geral do Município (PGM) na elaboração de regras de negócio para construção de uma ferramenta que vai permitir o envio das informações dos precatórios de forma detalhada ao SIAFIC BH. Essa ferramenta será utilizada até que o Sistema de Controle e Gestão de Precatórios (SICPREC) tenha seu desenvolvimento e homologações concluídas.	A ferramenta possibilita ao município um alcance de maior qualidade, integridade e detalhamento nos registros contábeis no grupo de contas dos precatórios.
Criação da Diretoria Central de Contabilidade de Custos.	A criação de uma diretoria dedicada permitiu iniciar as tratativas para implantar o sistema de contabilidade de custos no setor público. O projeto visa a processar dados da dimensão financeira extraídos integralmente da escrituração contábil, baseado em variações patrimoniais diminutivas e no regime de competência, em uma plataforma rastreável e auditável.

Ações concluídas	Resultados obtidos com as ações concluídas
Implantação do Sistema estruturante Government Resource Planning (GRP BH) no que se refere aos módulos de Suprimentos, Contratos, Convênios e Congêneres, Planejamento e Orçamento.	Melhora nos processos administrativos e de alterações orçamentárias.
Criação de novas funcionalidades no SIAFIC BH para elaboração dos relatórios fiscais (RREO e RGF).	Melhora na qualidade das informações geradas e maior celeridade na construção dos relatórios.
Aprovação pela Subsecretaria da Gestão de Pessoas (SUGESP) em relação à necessidade de realização de concurso público para o cargo de Analista Fazendário na especialidade Contador e Tecnologia da Informação.	A aprovação para realização do concurso garante a continuidade dos conhecimentos adquiridos e possibilitará maior evolução na implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais e evolução na implantação do sistema de custos.
Criação da Gerência de Processamento da Prestação de Contas (GERPC)	Foi criada a Gerência responsável pelas atividades relacionadas à elaboração, processamento e envio dos arquivos com as informações do município de Belo Horizonte ao Sistema Informatizado de Contas dos Municípios, exercendo papel estratégico e essencial no cumprimento das obrigações legais e institucionais do município perante o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), atuando como elo técnico, operacional e gerencial entre as áreas finalísticas e o Tribunal.
Prestação de Contas	TCEMG: As informações do município de Belo Horizonte são encaminhadas ao SICOM do TCEMG conforme a periodicidade definida pela normativa vigente, podendo ser: • Mensal: informações contábeis, orçamentárias, financeiras, fiscais e patrimoniais. • Anual: módulos e demonstrativos específicos relacionados ao encerramento do exercício. • Eventual: informações extraordinárias, quando exigidas pelo órgão de controle. Alguns Módulos SICOM • AM – Acompanhamento Mensal; • BLC – Balancete; • OBRAS e ENGENHARIA; • Edital e licitação; • FLPG – Folha de Pagamento; • IP – Instrumento de Planejamento; • LCF – Legislação de Caráter Financeiro; • DCASP – Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público. STN: • Matriz de Saldos Contábeis (MSC), mensalmente; • Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), bimestralmente. • Relatório de Gestão Fiscal (RGF), quadrimestralmente. • Declaração de Contas Anuais (DCA), anualmente. O MBH entregou todos os documentos e relatórios fiscais aos órgãos de controle dentro do prazo. A remessa foi precedida por uma revisão integral para garantir a precisão, integridade e qualidade das informações.

Ações concluídas	Resultados obtidos com as ações concluídas
Transparência	Publicação no Portal da Prefeitura de Belo Horizonte de todos os demonstrativos contábeis, relatórios fiscais, despesas, receitas e outras informações relevantes para a sociedade. Criação de quatro conjuntos de dados no Portal de Dados Abertos do Município, com atualização diária (em tempo real): • Receita Consolidada, em tempo real, contendo 8 recursos (exercícios de 2019 a 2026). • Despesa Consolidada, em tempo real, contendo 1 recurso (exercícios de 2021 a 2026). • Despesa Orçamentária, contendo 7 recursos (exercícios de 2020 a 2026). • Despesa Extra Orçamentária, contendo 1 recurso (exercícios de 2020 a 2026). Atualização e reestruturação do Portal da Transparência da Receita municipal, em tempo real. Atualização e reestruturação do Portal da Transparência da Despesa municipal, em tempo real. Criação de Painel BI da Receita, fases da previsão e arrecadação, em tempo real, abrangendo os exercícios de 2022 a 2025. Criação de Painel BI da Despesa, fases do empenho, liquidação e pagamento, em tempo real, abrangendo os exercícios de 2020 a 2025; Criação de ferramenta informatizada de extração automática de dados diários da despesa, para atualização do Portal de Dados Abertos.
Reestruturação dos prazos para fechamento contábil. A partir de outubro de 2025 foi testada nova metodologia de prazos para fechamento contábil, sendo adotado o dia 15 do mês subsequente ao mês de competência como data limite para fechamento.	O novo limite máximo para fechamento contábil possibilitará a preparação da prestação de contas com antecedência, bem como possibilitará aos gestores e colaboradores atuarem em demandas de melhoria nos processos e qualidade da informação.

Ações em andamento

- Participação nas definições de regras de negócio e homologações da Implantação do Sistema estruturante Government Resource Planning (GRP BH) no que se refere ao módulo de gestão do patrimônio;
- Conscientização da alta gestão da importância de concluir os trabalhos de levantamento dos bens móveis e imóveis do município, não só para atender aos controles internos, mas, também aos órgãos de controle e fiscalização;
- Desenvolvimento de novas funcionalidades nos sistemas com o objetivo de aperfeiçoar o processo de elaboração dos relatórios fiscais.
- Mapeamento de processos, sistemas e responsabilidade com o objetivo da construção e implantação do sistema de contabilidade de custos.
- Adição ao Painel BI da Receita, fases da previsão e arrecadação, em tempo real, do exercício de 2026.
- Adição ao Painel BI da Despesa, fases do empenho, liquidação e pagamento, em tempo real, do exercício de 2026.
- Criação de ferramenta informatizada de extração automática de dados diários da receita, para atualização do Portal de Dados Abertos.
- Preparação do SIAFIC BH para implantação de um dos modelos de contabilização das retenções nos termos da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC 11).
- Definição de escopo para reescrita do SIAFIC BH em nova linguagem.
- Construção de um workshop para treinamento dos contadores da administração direta e indireta dos poderes executivo e legislativo.

Avanços e oportunidades de melhoria

- Desenvolvimento no SIAFIC BH de mecanismos de controle utilizando a tecnologia de Inteligência Artificial – IA.
- Aplicação no SIAFIC BH de manutenção evolutiva no sentido de alcançar critérios de controle e evidenciação que vão além dos estabelecidos pelo Decreto Federal nº 10.540/2020.
- Conscientização dos usuários dos sistemas estruturantes e do SIAFIC BH da importância do controle por centro de custos e da obrigação de fornecer as informações com qualidade.
- Acompanhamento mais efetivo das despesas a serem inscritas em restos a pagar não processados, evitando assim o cancelamento destes no exercício seguinte e consequente subavaliação do superávit financeiro no exercício em que os restos a pagar são inscritos.

Dificuldades encontradas

- Implantação de novos procedimentos do Plano de Implantação dos Procedimentos Patrimoniais – PIPCP.
- Adequar os processos de controle de patrimônio de forma a garantir a fidedignidade dos registros contábeis.
- O orçamento disponível para contratação de treinamentos, cursos, congressos etc. é limitado, dificultando a prática contínua de capacitação dos servidores.
- Atualização significativa de sistemas e processos em curto prazo de atendimento às exigências dos órgãos de controle.
- Tempo de atendimento das demandas internas de TI devido ao volume e concorrência interna (MBH).
- Ampliação da quantidade e da forma de entrega das informações aos órgãos de controle com prazo curto para adequação dos sistemas e dos processos.

Riscos e ameaças à gestão contábil

- Não implantação dos procedimentos patrimoniais nos prazos trazidos pelo PIPCP.
- Reposição temporária de contadores por meio de processo seletivo simplificado com duração de 1 ano, prorrogável por mais 1 ano, sendo que a curva de aprendizagem na SUCGM é de aproximadamente 18 meses.
- Pedidos de exonerações de servidores efetivos em decorrência de melhores oportunidades em outros órgãos.
- A falta de capacitação dos servidores ativos pode levar a queda na qualidade das informações geradas pela contabilidade.
- Dependência do funcionamento, disponibilidade e atualização dos computadores e dos sistemas.
- Erros e/ou indisponibilidade dos sistemas dos Órgãos de Controle e Fiscalização.
- Interoperabilidade entre os sistemas estruturantes e o SIAFIC BH.
- Cenário de alta demanda, considerando o quadro de pessoal disponível, a complexidade das atividades e os recursos tecnológicos existentes.
- Necessidade de cadastro de reserva para a convocação de servidores para a contadoria com formação em ciências contábeis.

5. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – (BO)

5.1. Para efeito do cálculo do resultado orçamentário, os regimes adotados foram o de arrecadação/recolhimento para as receitas e o de empenho para as despesas por força do artigo 35 da Lei nº 4.320 de 17/3/1964.

5.2. O orçamento demonstrado é o do exercício de 2025, aprovado pela Lei Municipal nº 11.802, de 3/1/2025.

5.3. O demonstrativo abrange todos os órgãos do Poder Executivo e do Poder Legislativo municipal, exceto a PBH Ativos, por se tratar de empresa estatal independente.

5.4. O reconhecimento da receita orçamentária ocorre na etapa do recolhimento, o que representa 1 dia útil após a data da arrecadação.

5.5. Foi adotada a classificação por categoria econômica e origem para as receitas e a classificação por categoria econômica e natureza para as despesas.

5.6. A LOA/2025 não contemplou dispositivo legal para atualizações monetárias da receita orçamentária na coluna previsão inicial.

5.7. DA RECEITA E DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA

5.7.1. Do total da receita bruta realizada, R\$ 1,26 bilhão correspondeu a receita intraorçamentária.

5.7.2. Do total da receita líquida, 47,16% corresponderam às transferências correntes e 40,58% à arrecadação de impostos e taxas.

DISCRIMINAÇÃO	RECEITA BRUTA	RECEITA INTRA	RECEITA LÍQUIDA	AV%
Receitas Correntes	20.308.143.147	1.261.286.126	19.046.857.021	98,88%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.816.292.633	-	7.816.292.633	40,58%
Receita de Contribuições	1.579.154.059	775.431.714	803.722.345	4,17%
Receita Patrimonial	891.188.611	-	891.188.611	4,63%
Receita Agropecuária	199.986	-	199.986	0,00%
Receita de Serviços	594.651.339	479.657.444	114.993.896	0,60%
Transferências Correntes	9.083.882.723	497.778	9.083.384.946	47,16%
Outras Receitas Correntes	342.773.795	5.699.191	337.074.604	1,75%
Receitas de Capital	215.809.228	1.027.461	214.781.768	1,12%
Operações de Crédito	112.687.406	-	112.687.406	0,59%
Alienação de Bens	3.697.404	-	3.697.404	0,02%
Transferências de Capital	40.659.325	-	40.659.325	0,21%
Outras Receitas de Capital	58.765.093	1.027.460,7	57.737.633	0,30%
TOTAL GERAL	20.523.952.375	1.262.313.587	19.261.638.788	100,00%

5.7.3. Do total da despesa bruta empenhada, R\$ 470 milhões correspondem a despesa intraorçamentária.

5.7.4. Do total da despesa líquida, 51,43% corresponderam às outras despesas correntes e 40,34% à despesa com pessoal e encargos sociais.

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA BRUTA	DESPESA INTRA	DESPESA LÍQUIDA	AV%
Despesas Correntes	19.357.470.885	468.809.769	18.888.661.116	93,69%
Pessoal e Encargos Sociais	8.602.330.041	468.444.965	8.133.885.076	40,34%
Juros e Encargos da Dívida	385.461.975	-	385.461.975	1,91%
Outras Despesas Correntes	10.369.678.870	364.804	10.369.314.066	51,43%
Despesas de Capital	1.274.521.883	1.467.513	1.273.054.370	6,31%
Investimentos	738.916.977	2	738.916.974	3,66%
Inversões Financeiras	31.266.614	1.467.510	29.799.103	0,15%
Amortização da Dívida	504.338.293	-	504.338.293	2,50%
TOTAL GERAL	20.631.992.768	470.277.282	20.161.715.487	100,00%

5.8. DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

5.8.1. A fixação da despesa inicial da LOA 2025 sofreu alterações que aumentaram a dotação inicial em um montante de R\$ 1,08 bilhão.

5.8.2. Do total dos créditos adicionais suplementares abertos, R\$ 983 milhões tiveram origem no superávit de exercícios anteriores e R\$ 96 milhões foram abertos com origem no excesso de arrecadação.

FONTE - ORIGEM		TIPOS DE CRÉDITOS ADICIONAIS			TOTAL POR ORIGEM	DOTAÇÃO ATUALIZADA SEM A RESERVA DO RPPS	
		SUPLEMENTARES	ESPECIAIS	EXTRAORDINÁRIOS			
DOTAÇÃO INICIAL SEM A RESERVA DO RPPS	SUPLEMENTAÇÃO	SUPERÁVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	878.603.629	104.498.066	-		983.101.696
		EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	96.264.682	36.000	-		96.300.682
	ANULAÇÃO	ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	2.675.042.084	1.235.392.550	-		3.910.434.634
		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	21.831.792	-	-		21.831.792
22.090.424.312	-	TOTAL POR TIPO DE CRÉDITO	3.671.742.187	1.339.926.617	-	5.011.668.804	23.169.826.690

5.9. DA UTILIZAÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO

5.9.1. No exercício de 2025, do total do superávit financeiro apurado em 2024 (R\$ 5,36 bilhões incluídos o superávit do RPPS), o município utilizou R\$ 983 milhões para abertura de créditos adicionais no orçamento deste exercício em análise, representando um percentual de utilização de 18,35%.

5.9.2. Dos créditos adicionais abertos com origem no superávit financeiro de exercícios anteriores, R\$ 871 milhões foram empenhados durante o exercício, conforme detalhamento abaixo:

DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA	DESPESA EMPENHADA
Despesas Correntes	638.092.651
Pessoal e Encargos Sociais	77.432.339
Juros e Encargos da Dívida	-
Outras Despesas Correntes	560.660.312
Despesas de Capital	232.997.518
Investimentos	215.145.786
Inversões Financeiras	17.106.040
Amortização da Dívida	745.692
SUBTOTAL DAS DESPESAS	871.090.168

5.9.3. O superávit apurado no Regime Próprio de Previdência Social não foi utilizado na abertura de créditos adicionais com origem no superávit.

5.9.4. A relação dos valores de créditos adicionais abertos com origem no superávit de exercícios anteriores e os valores empenhados, segregados por fonte destinação de recursos, pode ser observada no Apêndice I – Demonstrativo de Créditos Adicionais Abertos com Origem no Superávit do Exercício Anterior por Fonte/Destinação de Recursos.

5.10. DA UTILIZAÇÃO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

5.10.1. No exercício de 2025 foram abertos créditos adicionais com origem no excesso de arrecadação no montante de R\$ 96,3 milhões.

5.10.2. A relação dos valores de créditos adicionais abertos com origem no excesso de arrecadação, segregados por fonte destinação de recursos, pode ser observada no Apêndice V – Demonstrativo dos Créditos Adicionais com Origem no Excesso de Arrecadação por Fonte de Recursos

5.11. Os restos a pagar não processados liquidados e não pagos no exercício de 2025 tiveram seu saldo final transferidos para os saldos dos restos a pagar processados no montante de R\$ 284 mil.

5.12. Na conciliação do Balanço Orçamentário em comparação com a Demonstração dos Fluxos de Caixa, nesta, os campos “Outros ingressos” e “Outros desembolsos” do fluxo de caixa das atividades operacionais contemplam valores que não transitam pelo orçamento, mas afetam o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa, exemplos: recebimentos e pagamentos extraorçamentários; retenções, transferências financeiras entre órgãos do mesmo ente, bloqueios judiciais em contas bancárias e que ainda não sofreram o processamento da despesa orçamentária, aplicações e resgates dos investimentos do RPPS, etc. A diferença identificada no montante de R\$ 630 milhões se deu em observância a estes fatos geradores.

CONCILIAÇÃO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO COM A DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Demonstração dos Fluxos de Caixa	
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais	731.940.996
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	- 731.197.872
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	- 390.623.426
Geração Líquida de Caixa (I)	- 389.880.301
Balanço Orçamentário	
Receita Realizada	20.523.952.375
Despesas do Orçamento Pagas	- 18.749.468.001
Restos a Pagar não Processados Pagos	- 668.446.102
Restos a Pagar Processados Pagos	- 865.411.621
Geração Líquida de Caixa (II)	240.626.652
Diferença (III) = (I) - (II)	- 630.506.953
Demonstração da Diferença	
Outros Ingressos Operacionais (DFC)	17.361.244.832
Outros Desembolsos Operacionais (DFC)	- 17.991.751.785
Total	- 630.506.953

5.13. A seguir, o detalhamento das diferenças entre a Previsão Inicial da Receita e a Receita Realizada:

DISCRIMINAÇÃO DA RECEITA	PREVISÃO INICIAL	RECEITA REALIZADA	VARIAÇÃO (AH)%
Receitas Correntes	21.166.048.169	20.308.143.147	-4,05%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	8.176.292.022	7.816.292.633	-4,40%
Receita de Contribuições	1.575.820.726	1.579.154.059	0,21%
Receita Patrimonial	1.089.529.043	891.188.611	-18,20%
Receita Agropecuária	11.171	199.986	1690,22%
Receita de Serviços	594.772.970	594.651.339	-0,02%
Transferências Correntes	9.280.481.801	9.083.882.723	-2,12%
Outras Receitas Correntes	449.140.436	342.773.795	-23,68%
Receitas de Capital	1.487.759.804	215.809.228	-85,49%
Operações de Crédito	782.547.166	112.687.406	-85,60%
Alienação de Bens	583.738.339	3.697.404	-99,37%
Transferências de Capital	31.778.037	40.659.325	27,95%
Outras Receitas de Capital	89.696.262	58.765.093	-34,48%
TOTAL GERAL	22.653.807.973	20.523.952.375	-9,40%

5.13.1. Receita Patrimonial: apresentou variação negativa de 18,20% Essa diferença decorre, principalmente, da redução das taxas de juros ao longo do período em relação às premissas consideradas na elaboração orçamentária, o que impactou diretamente a rentabilidade das aplicações financeiras. Também contribuíram para esse resultado as variações no saldo médio disponível para aplicação, influenciadas pelo comportamento do fluxo de caixa municipal. Dessa forma, a variação observada reflete fatores conjunturais de mercado e a dinâmica operacional do caixa público, características que conferem maior volatilidade e limitada previsibilidade a essa natureza de receita.

5.13.2. Receita Agropecuária: apresentou variação positiva de 1.690% uma vez que a venda de mudas no exercício de 2025 superou a média histórica apurada em função de uma aquisição expressiva realizada no último ano, elevando a arrecadação nesta rubrica além do previsto inicialmente para o exercício.

5.13.3. Operações de Crédito: apresentou variação negativa de 85,60% sobre o valor previsto na LOA. Na elaboração do projeto de lei orçamentária o município considera, na estimativa de receitas provenientes de operações de crédito, tanto os contratos em execução quanto aqueles que se encontram em fase de negociação, com previsão de assinatura e desembolso para o exercício subsequente. No entanto, eventuais atrasos na execução dos projetos em andamento ou nas tratativas relativas às novas operações de crédito acarretam frustração das estimativas previstas na LOA.

5.13.4. Alienação de Bens: apresentou variação negativa de 99,37% sobre o valor previsto na LOA em razão da frustração da expectativa inicial de realização de leilões de imóveis públicos ao longo do exercício de 2025 em função dos trâmites do processo que impediram sua realização naquele ano.

5.13.5. Transferências de Capital: apresentou variação positiva de 27,95% uma vez que a arrecadação do exercício superou a estimativa inicial em função, principalmente, dos valores repassados ao município a título de emendas parlamentares estaduais e federais, conjunto de receitas de difícil projeção em função do caráter político e discricionário que representam.

5.13.6. Outras Receitas de Capital: apresentou variação negativa de 34,48% em função da frustração da arrecadação prevista para o exercício a título de saques de depósitos judiciais – conforme previsto na Lei Complementar nº 151/2015 –, em função da irregularidade de sua arrecadação histórica, dificultando projeções neste sentido.

5.14. O total arrecadado em 2025 correspondeu a 90,60% da previsão inicial da receita.

5.15. As diferenças apontadas entre a dotação atualizada da despesa e a despesa empenhada estão apresentadas a seguir:

DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA EMPENHADA	VARIAÇÃO (AH)%
Despesas Correntes	19.558.262.695	19.357.470.885	-1,03%
Pessoal e Encargos Sociais	8.847.095.241	8.602.330.041	-2,77%
Juros e Encargos da Dívida	406.186.052	385.461.975	-5,10%
Outras Despesas Correntes	10.304.981.402	10.369.678.870	0,63%
Despesas de Capital	2.510.277.031	1.274.521.883	-49,23%
Investimentos	1.771.894.021	738.916.977	-58,30%
Inversões Financeiras	43.474.538	31.266.614	-28,08%
Amortização da Dívida	694.908.472	504.338.293	-27,42%
Reserva de Contingência	21.884.586	-	-100,00%
SUBTOTAL DAS DESPESAS	22.090.424.312	20.631.992.768	-6,60%
Reserva do RPPS	563.383.661	-	-100,00%

5.15.1. Investimentos: apresentou variação negativa de 58,30% em função da frustração da expectativa inicial de arrecadação de receitas de operação de crédito e de alienação de bens que refletiu diretamente no planejamento de obras e aquisições que seriam realizadas a partir dos recursos captados e precisaram ser postergadas de modo a garantir o equilíbrio fiscal dessas fontes de recursos.

5.15.2. Inversões Financeiras: apresentou variação negativa de 28,08% em virtude de variação referente à previsão de aquisição de imóveis pela Câmara Municipal em 2025. Estudos técnicos seguem em andamento para definição da solução mais adequada às necessidades da edificação da CMBH. A aquisição de nova sede constitui uma das alternativas analisadas, sem deliberação conclusiva até o momento.

5.15.3. Juros e Encargos da Dívida e Amortização da Dívida: apresentaram variações negativas de 5,10% e 27,42%, respectivamente. Tais decréscimos decorreram, primordialmente, da frustração na captação de recursos via operações de crédito em face do cronograma de desembolsos previsto para o exercício de 2025. A referida diferença limitou a majoração do estoque da dívida. Por conseguinte, a base de cálculo para o cômputo dos encargos e das parcelas situou-se em patamares inferiores às projeções orçamentárias iniciais, resultando em uma execução financeira aquém do programado.

5.16. O total da despesa empenhada em 2025 correspondeu a 93,40% da dotação inicial da despesa.

5.17. Na linha do déficit orçamentário vale destacar que em 2025 a despesa empenhada superou a receita arrecadada em 0,52% o que resultou no valor apurado de R\$ 108 milhões de déficit orçamentário.

5.18. DA DESPESA PAGA

5.18.1. O total da despesa paga em 2025 representou 91,35% da receita realizada.

5.19. RESERVA DO RPPS

5.19.1. Caso as receitas previstas ultrapassem as despesas fixadas para o RPPS, gerando um superávit orçamentário, este constituirá a Reserva Orçamentária do RPPS, destinada a garantir desembolsos do RPPS em exercícios futuros. Esses valores passam a constituir a carteira de investimentos dos RPPS, que acolhe os recursos previdenciários não utilizados no exercício financeiro. Da forma como está prevista, serve somente para manter o equilíbrio entre receitas e despesas na elaboração das respectivas leis orçamentárias, quando as receitas previstas compõem montante maior que as despesas fixadas para o exercício. Essa diferença é representada pela Reserva Orçamentária do RPPS, como uma espécie de dotação, da qual não haverá execução. Esses recursos serão utilizados para custeio das despesas previdenciárias respectivas em exercícios futuros. (MCASP, 11ª ed., p. 450).

5.19.2. Em 2025 foi constituída Reserva do RPPS no montante de R\$ 563 milhões.

5.20. PREVISÃO INICIAL DA RECEITA X DOTAÇÃO INICIAL

5.20.1. A previsão inicial da receita, totalizou R\$ 22,65 bilhões e a dotação inicial da despesa totalizou R\$ 22,09 bilhões.

5.20.2. Como a previsão inicial da receita superou a a dotação inicial da despesa, identifica-se um superávit na elaboração e aprovação da LOA

de 2025 de R\$ 563 milhões resultante em 100% da reserva do RPPS.

5.20.3. Destaca-se que o total da previsão inicial da receita contempla R\$ 563 milhões referente à reserva do RPPS, o que leva a conclusão de que se fossem excluídas da previsão inicial da receita os valores das receitas arrecadadas no Fundo Previdenciário, mas que são reservados para pagamentos futuros de benefícios previdenciários, em suma, não houve déficit ou superávit na LOA aprovada de 2025 quando se considera somente as demais receitas e o total da dotação inicial.

5.21. PREVISÃO ATUALIZADA DA RECEITA X DOTAÇÃO ATUALIZADA

5.21.1. A receita atualizada alcançou o montante de R\$ 22,75 bilhões e a dotação atualizada da despesa alcançou um montante de R\$ 23,17 bilhões.

5.21.2. A diferença entre a previsão inicial da receita e a previsão atualizada da receita está relacionada à estimativa de excesso de arrecadação no exercício de 2025 no valor de R\$ 96,3 milhões, o que resultou na abertura dos créditos adicionais abertos com origem no excesso de arrecadação na mesma monta.

5.21.3. Como a dotação atualizada da despesa superou a previsão atualizada da receita, identificou-se um déficit entre a previsão atualizada da receita em comparação à dotação atualizada no montante de R\$ 420 milhões.

5.21.4. Contudo, destaca-se que a dotação inicial foi acrescida de um montante de R\$ 983 milhões em decorrência de créditos adicionais com origem no superávit de exercícios anteriores, o que justifica uma dotação atualizada superior a previsão atualizada da receita.

5.22. RECEITA REALIZADA X DESPESA EMPENHADA

5.22.1. O total da receita realizada foi de R\$ 20,52 bilhões e o total da despesa empenhada foi de R\$ 20,63 bilhões.

5.22.2. Como a despesa empenhada superou a receita realizada, identificou-se um resultado orçamentário deficitário de R\$ 108 milhões.

5.23. RESTOS A PAGAR

5.23.1. Foram inscritos em restos a pagar não processados o montante de R\$ 959 milhões e em restos a pagar processados o montante de R\$ 924 milhões.

5.23.2. Os restos a pagar não processados inscritos no exercício, representaram 4,65% do total da despesa empenhada.

DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	DESPESA PAGA	INSCRITO EM RESTOS A PAGAR		ANÁLISE HORIZONTAL (AH%)		
				NÃO PROCESSADO	PROCESSADO	NÃO PROCESSADO	PROCESSADO	DESPESA PAGA
				EMPENHADA (-) LIQUIDADA	LIQUIDADA (-) PAGA	EM RELAÇÃO A DESPESA EMPENHADA	EM RELAÇÃO A DESPESA EMPENHADA	EM RELAÇÃO A DESPESA EMPENHADA
Despesas Correntes	19.357.470.885	18.534.538.818	17.625.454.614	822.932.067	909.084.204	4,25%	4,70%	91,05%
Pessoal e Encargos Sociais	8.602.330.041	8.570.345.320	7.891.896.652	31.984.720	678.448.669	0,37%	7,89%	91,74%
Juros e Encargos da Dívida	385.461.975	385.461.975	385.461.975	-	-	0,00%	0,00%	100,00%
Outras Despesas Correntes	10.369.678.870	9.578.731.523	9.348.095.988	790.947.347	230.635.535	7,63%	2,22%	90,15%
Despesas de Capital	1.274.521.883	1.138.546.231	1.124.013.386	135.975.652	14.532.845	10,67%	1,14%	88,19%
Investimentos	738.916.977	606.483.928	591.965.862	132.433.049	14.518.066	17,92%	1,96%	80,11%
Inversões Financeiras	31.266.614	27.724.010	27.709.232	3.542.603	14.778	11,33%	0,05%	88,62%
Amortização da Dívida	504.338.293	504.338.293	504.338.293	-	-	0,00%	0,00%	100,00%
SUBTOTAL DAS DESPESAS	20.631.992.768	19.673.085.049	18.749.468.001	958.907.719	923.617.048	4,65%	4,48%	90,88%

5.23.3. Os restos a pagar processados inscritos no exercício, representaram 4,48% do total da despesa empenhada.

5.23.4. A despesa total paga representou 90,88% do total da despesa empenhada.

5.23.5. Foram cancelados R\$ 219 milhões de restos a pagar não processados e R\$ 9,8 milhões de restos a pagar processados.

5.24. FLUXO DE RECEITAS E DESPESAS

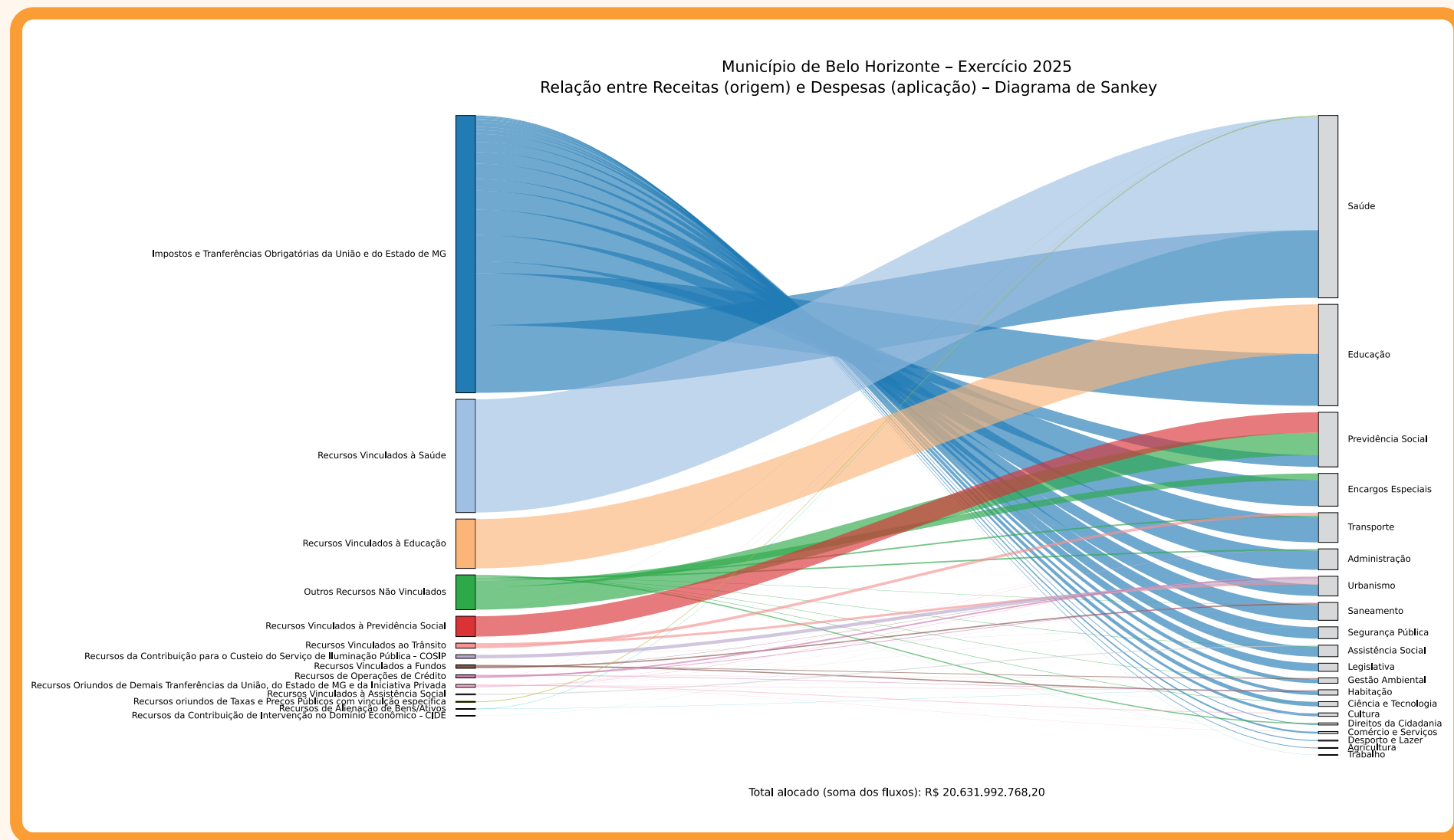
O fluxo a seguir busca explicar, por meio do diagrama de Sankey, a relação entre as receitas e as despesas do município de Belo Horizonte no exercício de 2025, por meio de uma visualização que demonstra que receitas são aplicadas em que despesas.

A visualização auxilia o entendimento e ilumina algumas dúvidas frequentes observadas nos debates envolvendo finanças públicas: Onde são aplicados os recursos dos impostos? Se há um déficit na previdência do regime próprio, que outros recursos são utilizados para o pagamento dos benefícios previdenciários?

Quais recursos são utilizados na área da Saúde?

Diagrama de Sankey

Relação entre Receitas à esquerda (origem) e Despesas à direita (aplicação)



6. BALANÇO FINANCEIRO – (BF)

6.1. Foi adotado o regime de arrecadação/recolhimento para as receitas (receita realizada) e o regime de empenho para as despesas (despesa empenhada).

6.2. A classificação da receita/despesa como Recursos não Vinculados, Recursos Vinculados (Exceto RPPS) e Recursos Vinculados ao RPPS utilizou como critério a Portaria STN/MF nº 710 de 25/02/2021 consolidada até a Portaria STN/MF nº 2.897 de 27/11/2025.

6.3. O demonstrativo abrange todos os órgãos do Poder Executivo e o

Legislativo municipal, exceto a PBH Ativos, por se tratar de empresa estatal independente.

6.4. CRESCIMENTO NOMINAL X REAL DA RECEITA E DESPESA

Considerando a inflação do período, que alcançou o índice acumulado de 4,26% no exercício de 2025, a receita realizada apresentou um decréscimo real de 0,28% em relação à receita do exercício de 2024. Já a despesa apresentou um crescimento real de 1,90% em relação à despesa empenhada no exercício anterior.

	2024	2025	CRESCIMENTO OU DECRÉSCIMO NOMINAL	CRESCIMENTO OU DECRÉSCIMO REAL
RECEITA REALIZADA	19.741.091.855	20.523.952.375	3,97%	-0,28%
DESPESA EMPENHADA	19.420.989.198	20.631.992.768	6,24%	1,90%
SIPERÁVIT/DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO	320.102.658	- 108.040.393	-133,75%	-132,37%

Observação: Para o cálculo do crescimento ou decréscimo real foi utilizada a inflação do período (IPCA acumulado de 2025= 4,26%).

6.5. DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

O total das receitas orçamentárias foi apresentado líquido das deduções. A seguir o detalhamento das deduções:

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	RECEITA BRUTA	DEDUÇÕES				(=) RECEITA LÍQUIDA
		(-) FUNDEB	(-) RESTITUIÇÕES	(-) COMPENSAÇÕES	(-) OUTRAS	
Recursos Não Vinculados	12.786.017.343	811.551.928	7.575.153	3.382.615	1.767.572	11.961.740.075
Recurso Vinculado à Educação	1.890.293.509				360.695	1.889.932.814
Recurso Vinculado à Saúde	4.297.361.992					4.297.361.992
Recursos Vinculados à Assistência Social	45.059.918					45.059.918
Demais Vinculações Legais Decorrentes de Transferências	177.177.962					177.177.962
Demais Vinculações Legais	612.598.020		188.537		8.438.396	603.971.087
Outras Vinculações	1.209.491					1.209.491
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	744.778.071					744.778.071
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	790.004.404				24.244	789.980.160
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	12.740.806					12.740.806
TOTAL	21.357.241.515	811.551.928	7.763.690	3.382.615	10.590.907	20.523.952.375

6.5.1. As deduções denominadas “Fundeb” se referem a deduções de receitas realizadas por transferências ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – (Fundeb).

6.5.2. As deduções denominadas “Restituições” se referem a deduções de receitas em decorrência de restituições de indébito que ocorrem quando o contribuinte requer a devolução do valor – pago parcial, pago a maior ou pago em duplicidade – ao órgão tributante. Também são registradas nessa rubrica a devolução de recursos de convênios ou instrumentos Congêneres quando a receita ingressou dentro do exercício.

6.5.3. As deduções denominadas “Compensações” se referem a deduções em decorrência de pedidos do contribuinte de restituições de indébito, mas que, no caso, o mesmo sujeito passivo possui débitos em favor da Fazenda Pública em relação à créditos de mesma ou de naturezas distintas. Assim, os valores são compensados, nos termos do parágrafo único do art. 35 da Lei Municipal nº 1.310, de 31 de dezembro

de 1966 – Código Tributário Municipal de BH.

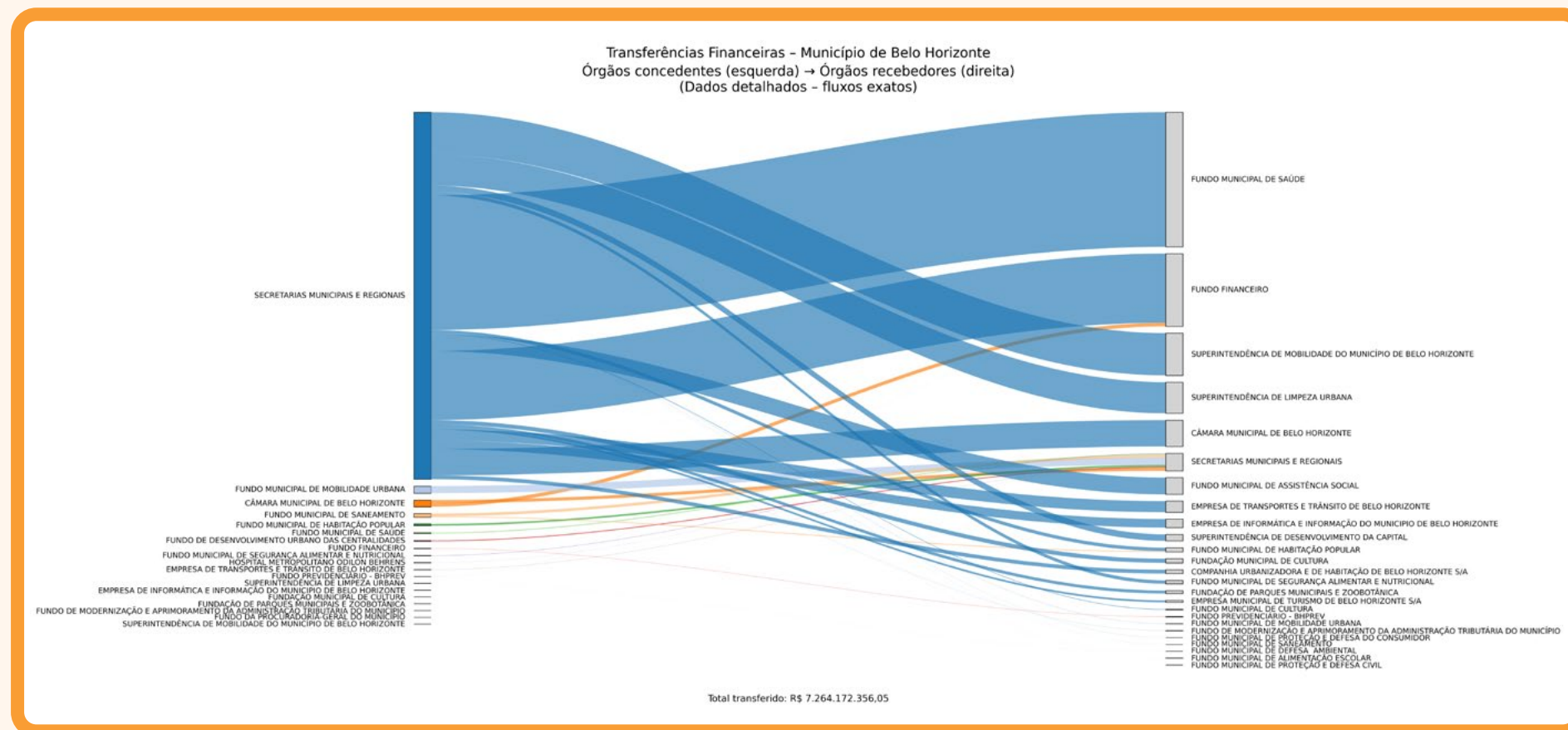
6.5.4. A dedução demonstrada na coluna “Outras” no valor de R\$ 8,44 milhões de Demais Vinculações Legais, se refere a dedução sobre as receitas de multa de trânsito para repasse ao Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (Funset).

6.5.5. A dedução demonstrada na coluna “Outras” no valor de R\$ 24 mil de Recursos Vinculados ao RPPS – Fundo em Repartição (Plano Financeiro) se refere à servidor aposentado que recebe proventos pela CMBH e que, após perícia oficial do município, passou a fazer jus ao abatimento do dobro do teto do RGPS no cálculo da contribuição previdenciária, nos termos do §1º do art. 72 da Lei nº 10.362/2011, com efeitos a partir de 30/10/2023. O laudo pericial foi emitido em 18/6/2025. Foram realizados os cálculos para restituição dos valores descontados a maior no período de outubro/2023 a dezembro/2023 (incluindo 13º/2023), janeiro/2024 a dezembro/2024 (incluindo 13º/2024) e janeiro/2025 a junho/2025.

6.6. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS ENTRE ÓRGÃOS

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS REALIZADAS PELO MUNICÍPIO		
CÓD. ÓRGÃO / ENTIDADE	TRANSF. CONCEDIDA	TRANSF. RECEBIDA
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	6.844.455.671	326.728.197
204 FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA AMBIENTAL	-	634.100
205 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO POPULAR	33.925.515	80.389.894
207 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO	67.192.239	796.111
208 FUNDO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA	133.413.922	2.536.187
209 FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	6.005.889	63.175.762
210 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	-	312.619.713
211 FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	-	179.536
213 FUNDO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	-	395.918
214 FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	-	9.740.199
215 FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR	-	1.455.533
216 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	20.009.370	2.509.807.353
218 SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA CAPITAL	-	120.189.114
219 SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA URBANA	636.662	579.969.234
221 HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS	2.535.457	-
222 EMPRESA DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE	415.549	160.271.759
223 EMPRESA MUNICIPAL DE TURISMO DE BELO HORIZONTE S/A	-	36.337.084
224 COMPANHIA URBANIZADORA E DE HABITAÇÃO DE BELO HORIZONTE S/A	-	71.575.363
225 EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE	2.468.289	205.967.517
227 CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE	125.768.484	492.322.000
229 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	38.196	78.272.198
230 FUNDAÇÃO DE PARQUES MUNICIPAIS E ZOOBOTÂNICA	37.303	56.690.867
231 FUNDO DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO	11.641	-
235 FUNDO FINANCEIRO	8.083.910	1.356.718.969
236 FUNDO PREVIDENCIÁRIO - BHPREV	1.265.979	8.083.910
239 FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E APRIMORAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO	25.877	1.879.623
243 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DAS CENTRALIDADES	17.882.061	-
244 SUPERINTENDÊNCIA DE MOBILIDADE DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE	343	787.436.215
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	7.264.172.356	7.264.172.356
PAGAMENTO DE DESPESAS DE OUTRO ÓRGÃO	376.758.213	-
DESPESAS PAGAS POR OUTRO ÓRGÃO	-	376.758.213
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	7.640.930.569	7.640.930.569

6.6.1. As transferências financeiras refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta conforme detalhado no diagrama de Sankey abaixo. (Maiores detalhamentos Vide Apêndice II – Demonstrativo das Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas por Órgão e Fonte de Recursos).



6.6.2. Do total das transferências financeiras, R\$ 7,26 bilhões representaram efetivamente a transferência financeira de recursos entre órgãos e R\$ 377 milhões representaram recursos arrecadados em um órgão e utilizados para pagamento de despesas de outro órgão nas contas bancárias do órgão arrecadador.

6.6.3. Os valores repassados pelo Tesouro Municipal ao Fundo Financeiro do RPPS, a título de cobertura da insuficiência financeira, totalizaram o montante de R\$ 1,29 bilhão no exercício de 2025.

6.6.4. Os valores repassados pelo Legislativo Municipal ao Fundo

Financeiro do RPPS, a título de cobertura da insuficiência financeira, totalizaram o montante de R\$ 67 milhões no exercício de 2025.

6.6.5. O Executivo municipal repassou para o Legislativo R\$ 492 milhões a título de duodécimos.

6.6.6. O Legislativo Municipal devolveu para o Executivo no exercício de 2025 R\$ 58,6 milhões a título de devolução de duodécimos em decorrência de economia orçamentária no exercício de 2025 e superávit financeiro apurado em 2024.

6.7. RESTOS A PAGAR

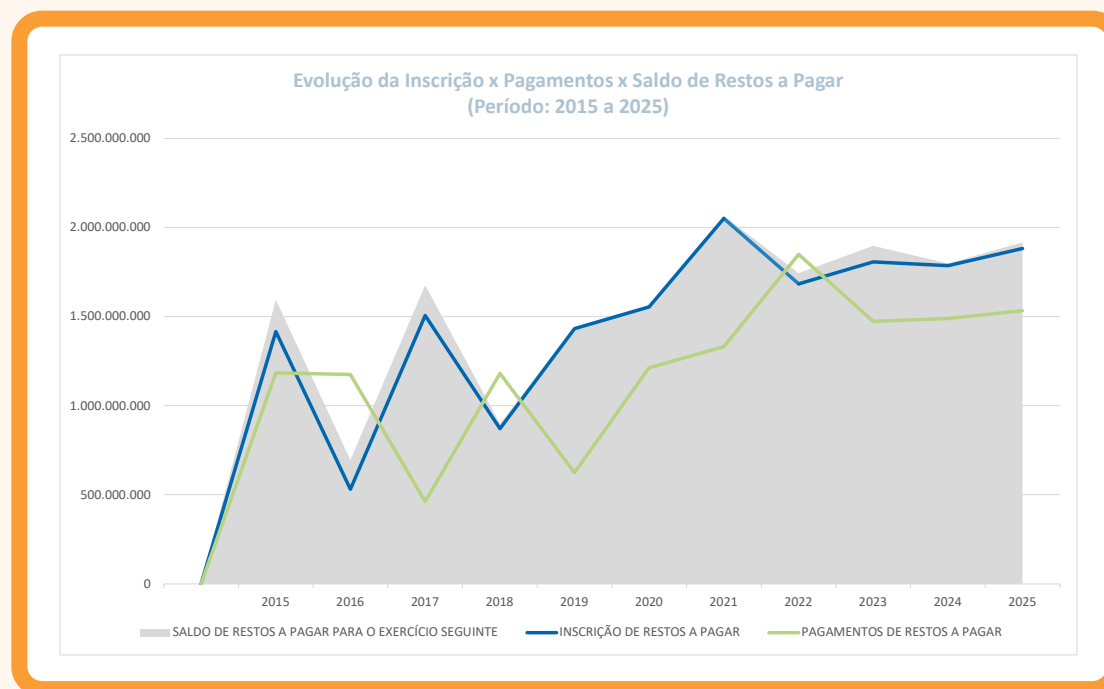
ANO	INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	VARIAÇÃO PERCENTUAL DA INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR	VARIAÇÃO PERCENTUAL DO PAGAMENTO	CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR	SALDO DE RESTOS A PAGAR PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
2015	1.415.141.196		1.185.060.271		101.322.247	1.595.364.913
2016	531.259.601	-62,46%	1.175.172.275	-0,83%	256.783.086	694.669.153
2017	1.506.493.783	183,57%	461.683.247	-60,71%	63.381.203	1.676.098.486
2018	870.829.182	-42,19%	1.181.815.599	155,98%	464.752.464	900.359.604
2019	1.432.380.161	64,48%	625.033.851	-47,11%	266.703.007	1.441.002.906
2020	1.554.159.864	8,50%	1.213.159.611	94,10%	216.799.744	1.565.203.415
2021	2.050.993.650	31,97%	1.331.947.603	9,79%	217.686.464	2.066.562.997
2022	1.683.371.986	-17,92%	1.849.989.877	38,89%	155.429.647	1.744.515.460
2023	1.806.874.269	7,34%	1.473.851.695	-20,33%	180.876.731	1.896.661.302
2024	1.786.341.431	-1,14%	1.488.771.925	1,01%	395.922.017	1.798.308.791
2025	1.882.524.767	5,38%	1.533.857.723	3,03%	228.832.242	1.918.143.594

6.7.1. Em 2025, o valor pago de restos a pagar (processados e não processados) foi 3,03% superior em relação ao pagamento efetuado em 2024.

6.7.2. Já o valor total inscrito em restos a pagar (processados e não processados) em 2025 foi 5,38% superior quando comparado com o exercício de 2024.

6.7.3. Em 31/12/2025, os restos a pagar inscritos no exercício somados aos restos a pagar inscritos em exercícios anteriores pendentes de pagamento alcançaram o montante de R\$ 1,9 bilhão.

6.7.4. A seguir gráfico comparativo que demonstra a Evolução da Inscrição x Pagamentos x Saldo (estoque) de Restos a Pagar nos últimos 11 anos:



6.8. Para o grupo “Recebimentos Extraorçamentários” na linha “Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, destaca-se que o critério para registro das retenções adotou dois modelos distintos:

1 – Retenção no momento da liquidação para o caso do INSS retido do

prestador de serviços;

2 – Retenção no momento do pagamento da obrigação principal para o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e demais consignações em folha de pagamento.

7. BALANÇO PATRIMONIAL – (BP)

7.1. No processamento de consolidação das contas do Balanço Patrimonial, não foram excluídas as operações intraorçamentárias.

7.2. No quadro do Superávit/Déficit Financeiro, foi utilizado a codificação da fonte de recursos conforme padrão disponibilizado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nos termos da Portaria STN/MF nº 2.897 de

27/11/2025 consolidada até a Portaria STN/MF nº 710 de 25/02/2021.

7.3. O demonstrativo abrange todos os órgãos do Poder Executivo e o Legislativo municipal, exceto a PBH Ativos, por se tratar de empresa estatal independente.

7.4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	RS	AV(%)
CAIXA	54.726	0,00%
CONTA ÚNICA	19.796.530	0,52%
CONTA ÚNICA RPPS	3.576.212	0,09%
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	5.269.770	0,14%
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA - USO GERAL	2.932.708.341	77,47%
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA- RPPS - FUNDO EM REPARTIÇÃO	82.170.658	2,17%
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA - RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	9.598.881	0,25%
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA- RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	169.523.252	4,48%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - INTRA OFSS	270.172.046	7,14%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - VALORES RESTITUÍVEIS E VINCULADOS	292.709.619	7,73%
TOTAL	3.785.580.034	100%

7.4.1. Os valores em espécie disponibilizados em “Caixa” no montante de R\$ 54,7 mil se referem a valores disponíveis nos caixas dos parques municipais para operacionalização das portarias destes no processo de venda de ingressos.

7.4.2. 77,47% dos valores de Caixa e Equivalentes de Caixa são

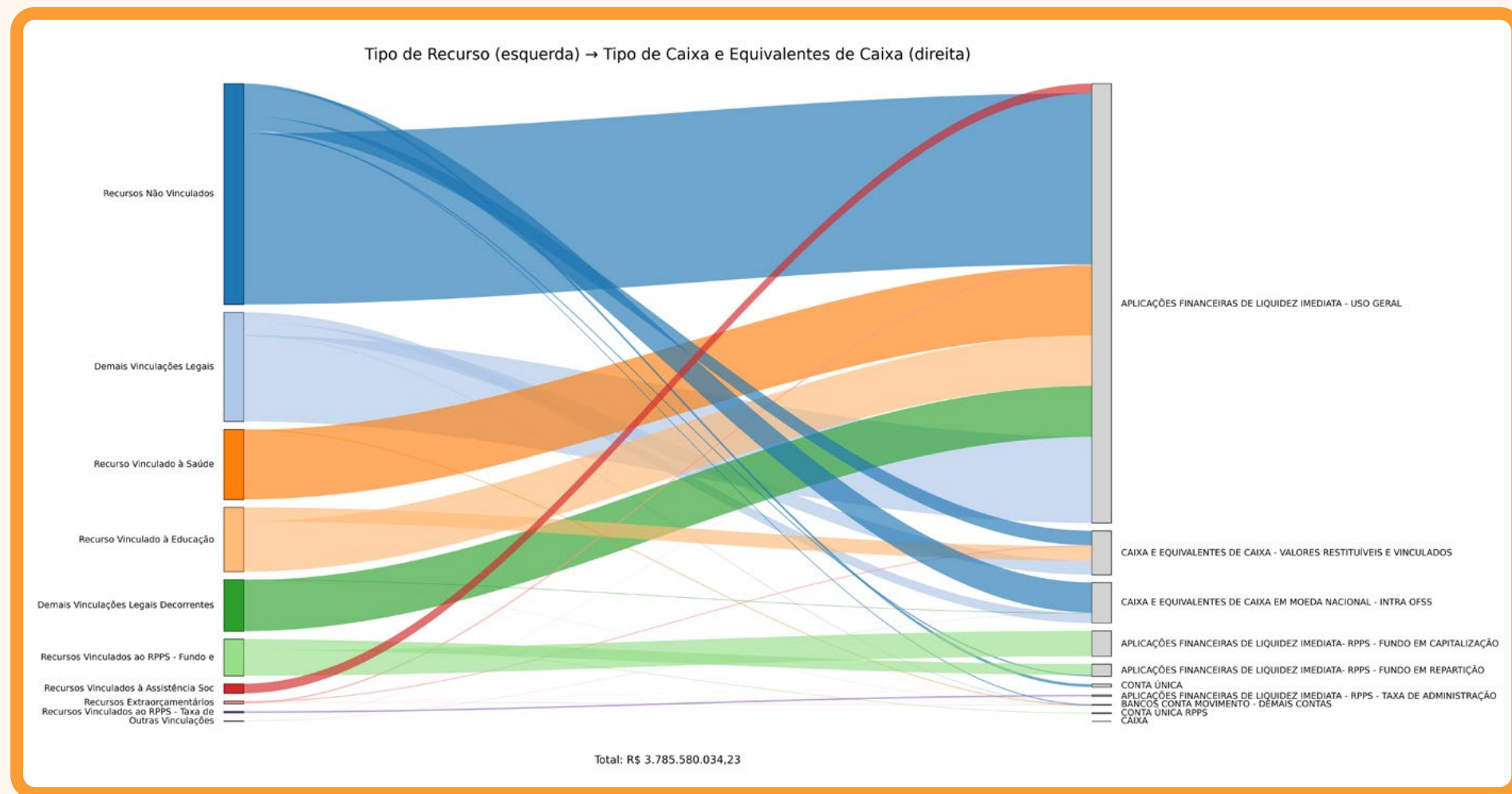
aplicações financeiras de liquidez imediata de uso geral.

7.4.3. Os valores de Caixa e Equivalentes de Caixa Intra OFSS são os valores realizáveis disponibilizados em conta única do Tesouro Municipal e representam o montante dos recursos de outros órgãos disponibilizados na conta única do Tesouro e são registrados na

conta Caixa e Equivalente de Caixas Intra, em cada órgão que possui disponibilidades financeiras alocados na conta única. Em contrapartida, é registrado no passivo financeiro extraorçamentário do Tesouro Municipal os mesmos valores, como forma de representar a obrigação

deste junto aos demais órgãos do município.

7.4.4. Dos valores disponíveis em Caixa e Equivalentes de Caixa, aproximadamente 38,95% representavam recursos não vinculados e 61,05% recursos vinculados, conforme demonstração a seguir:



7.5. CRÉDITOS A CURTO PRAZO

CRÉDITOS A CURTO PRAZO	2024	AV(%)	2025	AV(%)	AH(%)
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	364.809.683	63,80%	467.500.724	75,30%	28,15%
CLIENTES	21.107.754	3,69%	9.180.291	1,48%	-56,51%
CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER	5.937.454	1,04%	6.393.250	1,03%	7,68%
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	243.907.775	42,66%	193.517.965	31,17%	-20,66%
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	13.076.614	2,29%	13.933.191	2,24%	6,55%
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	- 77.067.299	-13,48%	69.680.050	-11,22%	-9,59%
TOTAL	571.771.982		620.845.371		8,58%

7.5.1. Do total dos demais créditos e valores a curto prazo em 2025, 61,04% se referem a depósitos restituíveis e valores vinculados (depósitos judiciais, valores apreendidos por decisão judicial etc.) e 14,74% se referem à adiantamentos concedidos.

7.5.2. No ajuste para perdas de créditos a curto prazo, R\$ 63,8 milhões se referem a ajuste para perdas de créditos de dívida ativa tributária e R\$ 4,6 milhões de ajuste para perdas de créditos de dívida ativa não tributária. As perdas estimadas em clientes foram no montante de R\$ 1,22 milhão.

7.5.3. Encontram-se lançados no curto prazo da dívida ativa tributária

e não tributária o valor previsto das 12 próximas parcelas a vencer referente aos débitos parcelados em Dívida Ativa. A legislação municipal autoriza o cancelamento dos parcelamentos após a inadimplência de 2 parcelas. Dessa forma, é considerado como perda no curto prazo o percentual representado pelo saldo devedor dos parcelamentos com mais de 2 parcelas em atraso em relação ao estoque total dos parcelamentos ativos.

7.5.4. Numa análise horizontal, quando comparado ao exercício de 2024, os créditos a curto prazo em 2025 tiveram um aumento de 8,58%.

7.6. DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	2024	AV(%)	2025	AV(%)	AH(%)
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	136.312.183	24,38%	93.963.655	14,74%	-31,07%
TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR	8.478.114	1,52%	8.781.843	1,38%	3,58%
CRÉDITOS POR DANO AO PATRIMÔNIO	3.500	0,00%	-	0,00%	-100,00%
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	282.811.672	50,58%	389.073.270	61,04%	37,57%
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO	104.191.052	18,64%	74.605.532	11,70%	-28,40%
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	27.317.499	4,89%	73.566.852	11,54%	169,30%
AJUSTE PARA PERDAS	-	0,00%	2.582.805	-0,41%	Não se aplica
TOTAL	559.114.019		637.408.347		14,00%

7.6.1. Do total dos demais créditos e valores a curto prazo em 2025, 61,04% se referem a depósitos restituíveis e valores vinculados (depósitos judiciais, valores apreendidos por decisão judicial etc.) e 14,74% se referem à adiantamentos concedidos.

7.6.2. Numa análise horizontal, quando comparado ao exercício de 2024, os demais créditos e valores a curto prazo em 2025 tiveram um

acréscimo de 14%.

7.7. INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO

7.7.1. Na linha Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo, a totalidade dos valores se refere a recursos do Regime Próprio de Previdência Social conforme detalhado a seguir:

INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	2024	AV(%)	2025	AV(%)	AH (%)
TÍTULOS PÚBLICOS DE EMISSÃO DO TESOIRO NACIONAL	2.974.396.351	1276,40%	-	0,00%	-100,00%
FUNDOS DE INVESTIMENTO QUE APLICAM EXCLUSIVAMENTE EM TÍTULOS DE EMISSÃO DO TESOIRO NACIONAL OU COMPROMISSADAS LASTREADAS NESSES TÍTULOS	34.891.079	14,97%	-	0,00%	-100,00%
FUNDOS DE INVESTIMENTO DA CLASSE "AÇÕES - BDR NÍVEL I"	99.365.435	42,64%	73.893.997	30,42%	-25,63%
FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	135.498.382	58,15%	81.543.824	33,57%	-39,82%
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES	38.518.113	16,53%	-	0,00%	-100,00%
TOTAL	3.282.669.359		155.437.821		-95,26%

7.7.2. No exercício de 2025, 33,57% da carteira de investimentos em curto prazo encontra-se em Fundos de Investimento Multimercado.

7.7.3. Numa análise horizontal, quando comparado ao exercício de 2024, os investimentos e aplicações temporárias a curto prazo em 2025 tiveram uma redução de 95,26% em decorrência da migração dos investimentos para carteira com realização a longo prazo.

7.8. ESTOQUES

Em abril de 2024, iniciou-se no município de Belo Horizonte a utilização do módulo de suprimentos do novo sistema estruturante (GRP BH) em substituição ao sistema anteriormente utilizado (SIEST). Desde então, os procedimentos e processos têm sido reformulados objetivando

maior controle, transparência e qualidade na gestão dos almoxarifados do município.

Considera-se que, em 31/12/2025, os saldos registrados em estoques ainda estão sendo regularizados, principalmente no que se refere aos estoques do Fundo de Saúde e do Hospital Metropolitano. Nesses dois órgãos, ainda estão sendo efetuadas conciliações referentes aos saldos anteriores registrados por meio do antigo sistema.

Destaca-se que, no âmbito do Fundo Municipal de Saúde, essa situação ocorre por abranger todas as unidades de saúde do município, unidades estas que possuem elevado volume e rotatividade de materiais, o que torna o processo de conciliação mais complexo. Dessa forma, estão

sendo realizadas conferências, análises técnicas e conciliações entre os saldos registrados no sistema anterior (Siest) e aqueles apurados no novo sistema (GRP BH), com vistas à correta adequação contábil e patrimonial.

Ressalta-se que tais procedimentos visam a garantir a fidedignidade das informações, a integridade dos registros e a conformidade com as normas de controle interno e externo, não havendo prejuízo à operacionalização das atividades assistenciais.

Sendo assim, os saldos apresentados em 31/12/2025 no Fundo Municipal de Saúde refletem um cenário ainda em processo de ajuste sistêmico, estando a Administração empenhada na conclusão das conciliações e regularizações necessárias, assegurando a plena consistência das informações de estoque.

Os saldos registrados em estoques em 31/12/2025, no âmbito do Hospital Metropolitano Odilon Behrens, ainda se encontram em processo de conciliação contábil. Estão sendo realizadas conferências, análises técnicas e conciliações entre os saldos registrados no sistema anteriormente utilizado (Siest) e os apurados no novo sistema da PBH (GRP). Tais procedimentos são complexos, em função do grande volume de dados e exigem levantamentos manuais detalhados, que não puderam ser realizados integralmente no período.

O órgão reconhece a importância da conciliação para a fidedignidade das demonstrações contábeis e para o fortalecimento do controle interno e tem se empenhado para concluir a regularização necessária a fim de assegurar o saldo correto de estoques.

ESTOQUES	2024	AV(%)	2025	AV(%)	AH (%)
MERCADORIAS PARA REVENDA OU DOAÇÃO	-	0,00%	950.242	0,39%	Não se aplica
MATERIAL DE CONSUMO	47.759.449	20,49%	89.637.241	36,90%	87,68%
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	109.588	0,05%	33.481	0,01%	-69,45%
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	3.422.408	1,47%	5.156.391	2,12%	50,67%
AUTOPEÇAS	13.561	0,01%	18.308	0,01%	35,01%
MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES	52.258.407	22,43%	63.373.223	26,09%	21,27%
MATERIAIS GRÁFICOS	359.564	0,15%	309.512	0,13%	-13,92%
MATERIAL DE EXPEDIENTE	2.644.517	1,13%	8.955.794	3,69%	238,66%
MATERIAIS A CLASSIFICAR	125.362.178	53,80%	72.394.348	29,80%	-42,25%
MUDAS PARA PLANTIO	1.100.506	0,47%	2.090.769	0,86%	89,98%
TOTAL	233.030.180		242.919.309		4,24%

7.9. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2024	AV(%)	2025	AV(%)	AH (%)
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	7.180.144.585	99,53%	7.568.714.902	65,49%	5,41%
CLIENTES	27.640.445	0,38%	40.046.770	0,35%	44,88%
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	7.232.126.685,93	100,25%	7.330.282.116,73	63,42%	1,36%
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	1.343.338.356,85	18,62%	1.641.952.985,63	14,21%	22,23%
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	- 1.422.960.903	-19,73%	- 1.443.566.970	-12,49%	1,45%
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	33.656.050	0,47%	17.183.931	0,15%	-48,94%
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO	-	0,00%	3.971.824.874	34,37%	Não se aplica
TOTAL	7.213.800.636		11.557.723.707		60,22%

7.9.1. Em 2025, 65,49% do total do realizável a longo prazo era composto por créditos a longo prazo.

7.9.2. Numa análise horizontal, quando comparado ao exercício de 2024, o realizável a longo prazo em 2025 teve um acréscimo de 60,22% em decorrência da migração dos investimentos de curto prazo para carteira com realização em longo prazo.

7.10. AJUSTE PARA PERDAS DE DÍVIDA ATIVA – LONGO PRAZO

7.10.1. Em 31/12/2024, o total de créditos inscritos em dívida ativa tributária e não tributária no longo prazo correspondeu a R\$ 8.972.235.102,36 e foi provisionado perdas em dívida ativa para o longo prazo no montante de R\$ 1.435.557.616,45.

7.10.2. Para o cálculo do ajuste para perdas no longo prazo, para o exercício de 2025, foi utilizado o percentual médio das perdas verificadas em relação ao estoque total da dívida pública, nos exercícios de 2022, 2023 e 2024 para os itens abaixo especificados:

I – Identificadores sem CPF/CNPJ

Existem no cadastro municipal Índices Cadastrais referentes ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, assim como Inscrições Municipais sem o respectivo CPF / CNPJ. Para esses identificadores, são gerados, anualmente, lançamentos de ofício, particularmente do IPTU, TCRS, CCIP, TFAT, TFLF, TFEP e TFA. Não ocorrendo o pagamento desses débitos no exercício em que foram lançados, eles eram migrados para a Dívida Ativa Municipal. Tendo em vista a inexistência do CPF/CNPJ que identifiquem o contribuinte, não é possível a cobrança destes débitos pela via judicial (execução fiscal) ou extrajudicial (protesto), o que acarretará, ao final de cinco anos, caso não sejam pagos ou parcelados, na sua prescrição.

Os estoques em Dívida Ativa dos débitos nesta situação correspondiam no mês de dezembro a:

2022: R\$ 18.918.427,82

2023: R\$ 16.685.198,45

2024: R\$ 13.329.509,98

II – Autos de Infração do PROCON

Existem dúvidas jurídicas em relação a competência do PROCON Municipal para efetuar autuações, e estas ainda não foram dirimidas pelo Poder Judiciário, daí considerarmos estes débitos como de difícil recebimento.

Os estoques em Dívida Ativa desses débitos correspondiam no mês de dezembro a:

2022: R\$ 105.371.951,88

2023: R\$ 108.584.756,17

2024: R\$ 124.491.853,53

III – Lançamentos suspensos após decorridos mais de 10 anos da ocorrência de seu fato gerador:

São lançamentos que, decorridos mais de 10 anos de seu fato gerador, ainda se encontram na situação de suspensão, seja administrativa, seja judicial. Entendemos esses débitos como de difícil recebimento, tendo em vista que quanto maior é o lapso temporal entre o fato gerador e os procedimentos efetivos de cobrança, que se encontram paralisados aguardando uma solução jurídica, menor é a expectativa de seu recebimento, considerando a incerteza da localização do contribuinte e sua capacidade de pagamento decorrido este longo período, além da alta probabilidade desses débitos serem declarados prescritos (administrativa/intercorrente).

Os estoques em Dívida Ativa destes débitos correspondiam no mês de dezembro a:

2022: R\$ 751.491.224,21

2023: R\$ 795.866.688,83

2024: R\$ 677.239.778,35

IV – Lançamentos anteriores a 2020 sem ajuizamento/suspensões/parcelamento.

São lançamentos que integravam o estoque de Dívida Ativa em 31 de dezembro de 2024, mas que já se encontram teoricamente prescritos, tendo em vista que são anteriores a 2020 e, até a presente data, não constam em nossos sistemas qualquer causa suspensiva de sua exigibilidade. Esses débitos permanecem no estoque de Dívida Ativa, uma vez que sua prescrição não foi solicitada pelos contribuintes, todavia, não podemos mais fazer nenhuma ação efetiva para a sua cobrança, seja de natureza judicial (execução fiscal) ou extrajudicial (protesto).

Os estoques em Dívida Ativa desses débitos correspondiam no mês de dezembro a:

2022: R\$ 517.927.069,76

2023: R\$ 562.008.933,80

2024: R\$ 495.315.778,53

7.10.3. Após a apuração do percentual médio de 15,90%, optou-se por arredondar o percentual a ser aplicado para 16%.

7.11. IMOBILIZADO

No exercício de 2025, foram iniciados ajustes procedimentais voltados à consolidação dos atos patrimoniais praticados em exercícios anteriores e ao refinamento das bases de dados do Imobilizado, com

foco na consistência, integridade e aderência às normas aplicáveis ao setor público.

O inventário de bens móveis realizado em 2025, dando continuidade ao levantamento realizado em 2024, encontra-se em fase de tratamento técnico, compreendendo validação, saneamento de inconsistências e compatibilização com os registros contábeis. Em 2025, tiveram início os procedimentos de depuração e análise dessas informações, sendo que os reflexos quantitativos decorrentes desses ajustes tendem a se evidenciar de forma mais estruturada a partir de 2026, à medida que os dados tratados forem incorporados à contabilidade.

Quanto aos bens imóveis, estão em curso revisões cadastrais e metodológicas, bem como medidas preparatórias para aprimoramento da mensuração e do registro patrimonial, inseridas em planejamento plurianual com horizonte até 2027.

O exercício de 2025 caracteriza-se, portanto, como a etapa de estruturação e qualificação das bases patrimoniais, com consolidação progressiva prevista nos exercícios subsequentes, principalmente em função da troca de gestão.

7.12. INTANGÍVEL

No tocante aos bens intangíveis, o município mantém base estruturada em CMDB para controle dos ativos tecnológicos e incorpóreos.

Em 2025, foram iniciadas revisões dos critérios de reconhecimento, classificação, capitalização e amortização, bem como a compatibilização gradual entre as bases administrativas e os registros contábeis. Trata-se de fase de aprimoramento metodológico e saneamento informacional.

Os efeitos decorrentes dos ajustes e reclassificações deverão começar a produzir reflexos mais consistentes nas demonstrações contábeis a partir de 2026, em consonância com o planejamento de consolidação até 2027.

A Diretoria Central de Administração Patrimonial mantém o controle sobre seus bens móveis e imóveis, sendo os ativos contabilizados conforme as normas vigentes.

7.13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	2024	AV(%)	2025	AV(%)	AH (%)
PESSOAL A PAGAR	571.114.197	63,57%	495.056.519	60,99%	-13,32%
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	237.713.908	26,46%	225.026.958	27,72%	-5,34%
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	274.565	0,03%	459.183	0,06%	67,24%
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	89.361.295	9,95%	91.159.053	11,23%	2,01%
TOTAL	898.463.964		811.701.712		-9,66%

7.13.1. Em 2025, do total das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, 60,99% correspondiam a despesa de pessoal a pagar e 27,72% a despesa de benefícios previdenciários a pagar.

7.13.2. Numa análise horizontal, quando comparado ao exercício de

2024, as obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar no curto prazo em 2025 tiveram uma variação negativa em seu montante de 9,66%.

7.14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	2024	AV(%)	2025	AV(%)	AH (%)
EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO	296.976.123	63,67%	324.595.191	67,76%	9,30%
EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - EXTERNO	169.447.409	36,33%	154.424.699	32,24%	-8,87%
TOTAL	466.423.532		479.019.889		2,70%

7.14.1. Em 2025, do total dos empréstimos e financiamentos a curto prazo, 67,76% correspondiam a empréstimos internos a pagar e 32,24% a empréstimos externos a pagar.

7.14.2. Numa análise horizontal, quando comparado ao exercício de

2024, o saldo dos empréstimos e financiamentos a curto prazo em 2025 tiveram uma variação positiva de 2,70%.

7.15. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO

FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	2024	AV(%)	2025	AV(%)	AH (%)
FORNECEDORES NACIONAIS	205.553.193	59,28%	268.659.205	83,61%	30,70%
CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	255.826	0,07%	3.741.350	1,16%	1362,46%
PRECATÓRIOS DE CONTAS A PAGAR - CREDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL	139.989.148	40,37%	48.184.489	15,00%	-65,58%
FORNECEDORES NACIONAIS - DECISÕES JUDICIAIS - EXCETO PRECATÓRIOS	432.222	0,12%	464.778	0,14%	7,53%
CONTAS A PAGAR NACIONAIS - DECISÕES JUDICIAIS - EXCETO PRECATÓRIOS	547.317	0,16%	281.188	0,09%	-48,62%
TOTAL	346.777.706		321.331.010		-7,34%

Em 2025, do total dos fornecedores e contas a pagar a curto prazo, 83,61% correspondiam a fornecedores nacionais e 15% a precatórios de contas a pagar em regime especial.

7.16. DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2024	AV(%)	2025	AV(%)	AH (%)
VALORES RESTITUÍVEIS	357.115.323	98,30%	345.357.964	98,48%	-3,29%
VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	34.629.176	9,53%	49.865.164	14,22%	44,00%
CONSIGNAÇÕES	21.538.528	5,93%	35.818.929	10,21%	66,30%
DEPÓSITOS JUDICIAIS	5.757.711	1,58%	14.842	0,00%	-99,74%
DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	7.081.126	1,95%	13.736.973	3,92%	93,99%
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	251.811	0,07%	294.420	0,08%	16,92%
VALORES RESTITUÍVEIS – INTRA OFSS	305.158.740	84,00%	280.191.077	79,90%	-8,18%
CONSIGNAÇÕES	35.982.118	9,90%	7.684.802	2,19%	-78,64%
VALORES DISPONIBILIZADOS EM CONTA ÚNICA DO TESOIRO MUNICIPAL	267.908.376	73,74%	270.172.046	77,04%	0,84%
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	1.268.246	0,35%	2.334.229	0,67%	84,05%
VALORES RESTITUÍVEIS - INTER OFSS - UNIÃO	17.314.656	4,77%	15.236.579	4,34%	-12,00%
CONSIGNAÇÕES	17.314.656	4,77%	15.236.579	4,34%	-12,00%
VALORES RESTITUÍVEIS - INTER OFSS - ESTADO	6.695	0,00%	35.961	0,01%	437,17%
CONSIGNAÇÕES	6.695	0,00%	35.961	0,01%	437,17%
VALORES RESTITUÍVEIS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	6.057	0,00%	29.184	0,01%	381,84%
CONSIGNAÇÕES	6.057	0,00%	29.184	0,01%	381,84%
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	6.177.221	1,70%	5.326.628	1,52%	-13,77%
TOTAL	363.292.545		350.684.593		-3,47%

7.16.1. Em 2025, do total das demais obrigações a curto prazo, 98,48% correspondiam a valores restituíveis e 1,52% a outras obrigações a curto prazo.

7.16.2. Numa análise horizontal, quando comparado ao exercício de

2024, o saldo das demais obrigações a curto prazo em 2025 tiveram uma variação negativa de 3,47%.

7.17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	2024	AV(%)	2025	AV(%)	AH (%)
EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO	2.327.136.028	57,37%	2.033.486.504	58,67%	-12,62%
EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - EXTERNO	1.729.170.495	42,63%	1.432.469.168	41,33%	-17,16%
TOTAL	4.056.306.524		3.465.955.673		-14,55%

7.17.1. Em 2025, do total dos empréstimos e financiamentos a longo prazo, 58,67% correspondiam a empréstimos internos a pagar e 41,33% a empréstimos externos a pagar.

7.17.2. Numa análise horizontal, quando comparado ao exercício de

2024, o saldo dos empréstimos e financiamentos a longo prazo em 2025 teve uma variação negativa de 14,55%.

7.18. PROVISÕES A LONGO PRAZO

PROVISÕES A LONGO PRAZO	2024	AV(%)	2025	AV(%)	AH (%)
PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS A LONGO PRAZO	190.920.477	0,48%	200.381.591	0,48%	4,96%
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	39.055.439.785	97,70%	40.739.720.668	97,54%	4,31%
PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS A LONGO PRAZO	143.668.175	0,36%	224.394.268	0,54%	56,19%
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A LONGO PRAZO	67.507.679	0,17%	78.897.937	0,19%	16,87%
OUTRAS PROVISÕES A LONGO PRAZO	518.180.510	1,30%	524.915.093	1,26%	1,30%
TOTAL	39.975.716.626		41.768.309.557		4,48%

7.18.1. Em 2025, do total das provisões a longo prazo, 97,54% correspondiam a provisões matemáticas a longo prazo.

7.18.2. Numa análise horizontal, quando comparado ao exercício de 2024, o saldo das provisões a longo prazo teve uma variação positiva de 4,48%.

7.18.3. O reconhecimento das provisões passivas das demandas judiciais foi registrado adotando como critério:

as ações judiciais em tramitação ou já transitadas em julgado, cujo eventual impacto financeiro seja estimado em valor igual ou superior a R\$ 3 milhões;

a discussão envolve matéria com precedentes vinculantes contrários à Fazenda Pública ou estiver em fase de execução;

existe obrigação presente que provavelmente exige a saída de recursos.

7.19. RESULTADO DIFERIDO

O valor registrado em “Resultado Diferido” compreende os valores recebidos em dezembro de 2021 a título de operacionalização da folha de pagamento dos servidores pelo Banco Bradesco e operacionalização dos pagamentos a fornecedores pela Caixa a serem apropriados nos próximos 11 meses a partir da data das demonstrações contábeis.

7.20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	AV(%)	2025	AV(%)
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	226.393.239	-0,87%	227.420.700	-0,86%
RESERVAS DE CAPITAL	1.297	0,00%	1.297	0,00%
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	10.870.447	-0,04%	10.870.447	-0,04%
DEMAIS RESERVAS	23.902.749	-0,09%	20.174.032	-0,08%
RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO	942.933.601	-3,60%	584.595.660	2,21%
RESULTADO PATRIMONIAL DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	- 27.776.618.705	106,17%	26.683.295.662	101,00%
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	150.389.442	-0,57%	329.246.038	-1,25%
RESULTADO PATRIMONIAL RESULTANTE DE FUSÃO	260.647.614	-1,00%	260.647.614	-0,99%
TOTAL	- 26.161.480.316	-	26.419.531.194	

7.20.1. Em “Resultados Acumulados”, estão contemplados:

- O resultado patrimonial negativo do exercício, apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais, que alcançou o montante de R\$ 585 milhões (não excluídas as transações intraorçamentárias).
- O resultado patrimonial deficitário acumulado de exercícios anteriores no montante de R\$ 26,68 bilhões.
- Os ajustes de exercícios anteriores no montante de R\$ 329 milhões, conforme detalhamento a seguir:

AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R\$
Ajustes na apropriação da folha de pagamento	- 25.544.186
Alterações de lançamentos de créditos inscritos em dívida ativa	498.152.312
Emissão de Título (Em Liquidação) de RP não Processado	- 160.317.176
Ajuste no consumo de materiais	3.954.701
Cancelamento de precatórios por determinação judicial	1.798.393
Restituição de despesas de exercícios anteriores	5.080.964
Demais ajustes de exercícios anteriores	6.121.030
TOTAL	329.246.038

1 Portaria PGM 021/2023

Art. 1º - Para fins da classificação de risco fiscal, serão consideradas as ações judiciais em tramitação ou já transitadas em julgado, cujo eventual impacto financeiro seja estimado nos seguintes valores:

I - Para o exercício de 2023, valor igual ou superior a R\$ 7 milhões.

II - Para o exercício de 2024, valor igual ou superior a R\$ 5 milhões.

III - Para o exercício de 2025 em diante, valor igual ou superior a R\$ 3 milhões.

Parágrafo único - Quando houver multiplicidade de ações judiciais com fundamento em idêntica questão de direito, será considerado o impacto financeiro estimado da somatória das ações judiciais.

Art. 2º - A classificação das ações quanto à probabilidade de perda observará os seguintes critérios.

I - Risco Provável: quando a discussão envolver matéria com precedentes vinculantes contrários à Fazenda Pública ou estiver em fase de execução.

II - Risco Possível: quando a discussão envolver matéria com jurisprudência dominante contrária à Fazenda Pública.

III - Risco Remoto: ações que não se enquadrem na classificação prevista nos incisos I e II.

7.21. ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO

ATIVO FINANCEIRO			PASSIVO FINANCEIRO		
		AV(%)			AV(%)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.785.580.034	48,90%	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	694.433.596	30,68%
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	52.449.561	0,68%	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	241.629.910	10,68%
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	136.223.833	1,76%	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	30.614	0,00%
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3767653758	48,67%	ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	345.524.016	15,27%
			RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	981.883.423	43,38%
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO	7.741.907.186		TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO	2.263.501.559	
SUPERÁVIT FINANCEIRO	5.478.405.627				

7.21.1. No total do ativo financeiro, 48,90% se referem a caixa e equivalentes de caixa e 48,67% a ativo realizável a longo prazo.

7.21.2. No total do passivo financeiro, 43,38% se referem restos a pagar não processados a liquidar, excluídos os restos a pagar não processados que já passaram pela etapa da despesa “em liquidação”.

7.21.3. Vide Apêndice VI - Demonstrativo da Apuração por Conta Contábil do Superávit/Déficit Financeiro.

7.22. ATOS POTENCIAIS PASSIVOS – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	2024	AV(%)	2025	AV(%)	AH (%)
CONTRATOS DE SERVIÇOS	82.048.256	0,48%	109.882.538	0,68%	33,92%
CONTRATOS DE ALUGUÉIS	14.402.030	0,00%	12.626.451	0,00%	-12,33%
CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	4.522.730.056	26,45%	3.944.975.562	24,50%	-12,77%
CONTRATOS DE PPP - CONTRAPRESTAÇÕES FUTURAS - A EXECUTAR	6.075.466.362	35,54%	5.944.660.112	36,92%	-2,15%
CONTRATOS DE PPP - DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES	6.401.300.221	37,44%	6.087.728.284	37,81%	-4,90%
TOTAL	17.095.946.924		16.099.872.948		-5,83%

7.22.1. No total das obrigações contratuais em 2025, 37,81% compreende a previsão de valor, por contrato, das despesas derivadas de Parcerias Público Privadas – PPP contratadas pelo município, do exercício em análise e para os próximos nove anos, e 36,92% compreendem o valor dos passivos decorrentes de contrato de PPP, incluindo o valor das obrigações contratuais com as contraprestações futuras (até o término do contrato).

7.22.2. Numa análise horizontal, as obrigações contratuais no exercício de 2025 tiveram uma variação negativa de 5,83% em relação ao exercício de 2024.

7.22.3. A seguir é apresentado um resumo das PPPs contratadas pelo município:

PPP	ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	HOSPITAL METROPOLITANO DR CÉLIO DE CASTRO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE LIMPEZA URBANA	ILUMINAÇÃO PÚBLICA - BHIP	EDUCAÇÃO
DESCRIÇÃO DO CONTRATO (Objeto da PPP)	Delegação, por meio de concessão administrativa dos SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS em relação à REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE do município de Belo Horizonte, bem como de OBRAS. A Prefeitura de Belo Horizonte, com o objetivo de consolidar a Atenção Primária à Saúde ("APS") como eixo estruturador da Rede de Atenção à Saúde do Município, desenvolveu o Projeto de Qualificação da Infraestrutura da Atenção Primária à Saúde. O projeto contempla o Contrato de Concessão Administrativa, em regime de Parceria Público-Privada, para a prestação de serviços não assistenciais de apoio e infraestrutura a rede de atenção primária à saúde do Município de Belo Horizonte ("PPP Atenção Primária"). A Concessão Administrativa da Atenção Primária na modelagem Parceria Público Privada, adotada pela PBH, é a primeira do país voltada para a atenção primária à saúde. Na PPP adotada, as obras, os serviços não assistenciais e a manutenção dos centros ficam sob a responsabilidade da Concessionária. Já o atendimento aos usuários segue a cargo da administração municipal, com a prestação de 100% do serviço pelo SUS.	Delegação, por meio de concessão administrativa, da execução das OBRAS e dos SERVIÇOS do HOSPITAL. A ONM Health, que substituiu a Novo Metropolitano na PPP, é uma Sociedade de Propósito Específico denominada concessionária e responsável pelas atividades não assistenciais. Sendo uma Sociedade de Propósito Específico, só pode existir para prestar serviços exclusivamente ao Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro (HMDCC). É responsável pela obra civil, implementação e manutenção da infraestrutura e instalações do HMDCC. Também é responsável pela prestação dos serviços de apoio à assistência, gestão e manutenção de equipamentos e mobiliários, prestação de serviços administrativos, prediais, de tecnologia, de higiene e limpeza, hotelaria e estacionamento.	Disposição final em aterro sanitário dos resíduos sólidos provenientes da limpeza urbana do Município. Exploração do biogás gerado no aterro sanitário associado a geração de fontes energéticas e a obtenção de comercialização de créditos de carbono. Triagem, armazenamento temporário, tratamento e disposição dos resíduos oriundos de unidades de recebimento de pequenos volumes – URPV, deposições clandestinas e serviços públicos municipais de poda/supressão de árvores.	Delegação, por meio de concessão administrativa, da prestação dos SERVIÇOS no Município de Belo Horizonte, incluídos o desenvolvimento, modernização, ampliação, eficientização energética, operação e manutenção da REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, nela incluídas todas as UNIDADES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA localizadas dentro dos limites territoriais do Município de Belo Horizonte, bem como a CLASSIFICAÇÃO DE VIAS DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE e o atendimento aos parâmetros dos SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO.	Delegação, por meio de concessão administrativa, das obras e serviços não pedagógicos das Unidades de Ensino. As obras e serviços da concessão deverão ser executados de modo adequado, na forma das especificações mínimas e os parâmetros de desempenho previstos no contrato.
Mais detalhes disponíveis em: https://pbhativos.com.br/concessoes-e-ppps/					

7.23. ATOS POTENCIAIS PASSIVOS – DEMANDAS JUDICIAIS

No reconhecimento dos atos potenciais passivos das demandas judiciais, foi adotado como critério para registro contábil somente as ações que:

- Em tramitação ou já transitadas em julgado, cujo eventual impacto financeiro seja estimado em valor igual ou superior a R\$ 3 milhões.

- A discussão envolve matéria com precedentes vinculantes contrários à Fazenda Pública ou estiver em fase de execução.
- Existe obrigação possível ou obrigação presente que possa, mas provavelmente não vai, exigir a saída de recursos.

7.24. SUPERÁVIT FINANCEIRO

BALANÇO PATRIMONIAL	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO				BALANÇO PATRIMONIAL	
Superávit no Exercício anterior	(+) Receita Realizada	(-) Despesa Empenhada	(+) Restos a Pagar Cancelados	(=) Superávit Esperado no Balanço Patrimonial	Superávit Encontrado no Balanço Patrimonial	Diferença
5.357.613.779	20.523.952.375	20.631.992.768	228.832.242	5.478.405.627	5.478.405.627	-

Não houve diferença no superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial em comparação ao valor esperado, quando comparado com os dados do Balanço Orçamentário (Vide apêndice IV – Demonstrativo do Superávit de Exercícios Anteriores e Apuração do Superávit no Exercício em Análise por Fonte de Recursos).

8. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - (DVP)

8.1. No processamento de consolidação das contas da Demonstração das Variações Patrimoniais, não foram excluídas as operações intraorçamentárias.

8.2. O demonstrativo abrange todos os órgãos do Poder Executivo e o Legislativo municipal, exceto a PBH Ativos, por se tratar de empresa estatal independente.

8.3. Os restos a pagar não processados que passam pela fase da despesa “em liquidação” ou “liquidação, caso o título que suportou a despesa possuir data no exercício corrente, foram registrados como variação patrimonial diminutiva, gerando impacto direto neste demonstrativo. E no caso do título que suportou a despesa possuir

data inferior à data do exercício corrente, foram registrados na conta de ajuste de exercícios anteriores.

8.4. A estrutura do PCASP 2025 utiliza para detalhar as variações patrimoniais diminutivas o método da classificação baseada no critério da natureza da despesa, não se confundindo com o termo “natureza de despesa” utilizado na execução orçamentária. De acordo com o método da natureza, as variações patrimoniais diminutivas são agregadas na demonstração do resultado de acordo com a sua natureza, como, por exemplo: depreciações, consumo de materiais, despesas com transporte, benefícios a empregados e despesas de publicidade.

8.5. OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2024	AV(%)	2025	AV(%)	AH(%)
Resultado Positivo de Participações	101.057.977	3,37%	51.306.646	4,10%	-49,23%
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	488.618.310	16,28%	898.204.153	71,70%	83,83%
Reversão de Provisões	23.696.181	0,79%	649.705.429	51,86%	2641,81%
Reversão de Ajustes de Perdas de Créditos	464.922.129	15,49%	248.498.723	19,84%	-46,55%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	2.411.105.300	80,35%	303.294.367	24,21%	-87,42%
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS	18.094.426	0,60%	44.482.931	3,55%	145,84%
Compensação Financeira entre Regimes Próprios	9.487.756		7.572.761	0,60%	-20,18%
Multas Administrativas	157.046.545	5,23%	153.517.649	12,25%	-2,25%
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	80.930.940	2,70%	69.838.698	5,57%	-13,71%
VPA Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	2.145.545.634	71,50%	27.882.328	2,23%	-98,70%
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	3.000.781.587		1.252.805.165		-58,25%

8.5.1. Na rubrica “Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas” no exercício de 2025, 51,86% se refere a VPD de reversão de provisões.

8.5.2. Numa análise horizontal, o total das outras variações patrimoniais aumentativas teve uma variação negativa de 58,25%.

8.6. OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2024	AV(%)	2025	AV(%)	AH(%)
Premiações	3.718.752	0,28%	10.017.000	0,32%	169,36%
Resultado Negativo de Participações	65.496.854	5,01%	24.458.924	0,79%	-62,66%
Incentivos	1.633.701	0,13%	212.520	0,01%	-86,99%
Constituição de Provisões	399.868.670	30,60%	2.443.926.021	78,96%	511,18%
Provisões para Riscos Trabalhistas	-		10.100.842	0,33%	Não se aplica
VPD de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo P	382.479.109	29,27%	2.316.316.411	74,84%	505,61%
Provisões para riscos Fiscais	12.405.551		80.726.093	2,61%	550,73%
Provisões para riscos Cíveis	-		26.163.410	0,85%	Não se aplica
VPD de Outras Provisões	4.984.010	0,38%	10.619.263	0,34%	113,07%
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	836.148.644	63,98%	616.482.798	19,92%	-26,27%
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS	3.840.189	0,29%	6.220.599	0,20%	61,99%
Compensação Financeira entre Regimes Próprios	1.781.304	0,00%	2.970.168	0,10%	66,74%
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	97.398.050	7,45%	70.851.096	2,29%	-27,26%
VPD Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	733.129.101	56,10%	536.440.934	17,33%	-26,83%
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.306.866.621		3.095.097.262		136,83%

8.6.1. Na rubrica “Outras Variações Patrimoniais Diminutivas, no exercício de 2025, 17,33% se refere a VPD de fatos gerados diversos.

8.6.2. Numa análise horizontal, o total das outras variações patrimoniais diminutivas teve uma variação positiva de 136,83%.

8.7. O detalhamento de cada rubrica que compõem DVP é apresentado nos anexos do próprio demonstrativo.

8.8. As variações patrimoniais aumentativas das receitas orçamentárias do IPTU, ISS, Taxas Pelo Exercício do Poder de Polícia e Outras Taxas

(Fiscalização e Funcionamento, Engenhos de Publicidade, Fiscalização Sanitária, Fiscalização de Obras Particulares, Fiscalização de Aparelhos de Transportes, Pela Prestação de Serviços, Coleta de Resíduos Sólidos e Manutenção de Cemitérios) são reconhecidas pelo regime de competência e das demais receitas orçamentárias pelo regime de caixa. As demais variações patrimoniais aumentativas não relacionadas às receitas orçamentárias são reconhecidas pelo regime de competência.

8.9. As variações patrimoniais diminutivas são reconhecidas pelo regime de competência.

9. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – (DFC)

9.1. Na elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, foi utilizado o método direto.

9.2. No processamento de consolidação das contas da Demonstração dos Fluxos de Caixa, não foram excluídas as operações intraorçamentárias.

9.3. O demonstrativo abrange todos os órgãos do Poder Executivo e o Legislativo municipal, exceto a PBH Ativos, por se tratar de empresa estatal independente.

9.4. Para efeito da apuração da geração líquida de caixa, o regime adotado é o de caixa – arrecadação/recolhimento para as receitas e o pagamento para as despesas – incluídas nesta o pagamento dos restos a pagar de exercícios anteriores os demais ingressos e pagamentos extraorçamentários (retenções).

9.5. O critério utilizado para registro das retenções adotou dois modelos distintos:

1 - Retenção no momento da liquidação para o caso do INSS retido do prestador de serviços, sendo o valor da despesa orçamentária do valor da retenção realizada neste momento;

2 – Retenção no momento do pagamento da obrigação principal para

o IRRF e demais consignações em folha de pagamento. No caso da retenção do INSS, a diferença é registrada nas rubricas “Outros Ingressos Operacionais” e “Outros Desembolsos Operacionais”.

9.6. As transferências financeiras concedidas e recebidas, os valores referentes aos sequestros judiciais (bloqueios e desbloqueios), os regates e transferências para investimentos e aplicações financeiras do RPPS, a apropriação e pagamento de valores restituíveis e os pagamentos de despesa de um órgão efetuados por meio de outro órgão são registradas nas rubricas “Outros Ingressos Operacionais” e “Outros Desembolsos Operacionais”.

9.7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL

9.7.1. Estão incluídos no conceito de Caixa e Equivalentes de Caixa, os valores em numerário (caixa em sentido stricto sensu), em conta corrente, em aplicações financeiras de liquidez imediata, em investimentos e aplicações temporárias a curto prazo e os valores disponibilizados, por outros órgãos diferentes do Tesouro Municipal, em conta única.

9.7.2. Os valores de Caixas e Equivalentes de Caixa Disponíveis para uso representaram R\$ 3,2 bilhões e teve um decréscimo nominal em relação ao exercício de 2024 de 12,97%.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA DISPONÍVEIS PARA USO	2024	AV(%)	2025	AV(%)	AH(%)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	4.175.460.336	115,03%	3.785.580.034	117,82%	-9,34%
(-) CONTA ÚNICA RPPS	2.466.649	0,07%	3.576.212	0,11%	44,98%
(-) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - VALORES RESTITUÍVEIS E VIN	275.120.086	7,58%	298.709.619	9,30%	8,57%
(-) VALORES DISPONIBILIZADOS EM CONTA ÚNICA	267.908.376	7,38%	270.172.046	8,41%	0,84%
TOTAL DISPONÍVEL PARA USO	3.629.965.225		3.213.122.157		-12,97%

9.7.3. Na análise do Caixa e Equivalente de Caixa disponível para uso, é importante ressaltar:

9.7.3.1. que os recursos registrados na Conta Única do RPPS possuem restrições legais que impedem o uso destes saldos em despesas diversas das utilizadas no pagamento de benefícios de aposentadorias e pensões bem como para custeio administrativo do próprio RPPS;

9.7.3.2. que não foram excluídas as transações intraorçamentárias da DFC, assim, o saldo final do Caixa e Equivalentes Caixa está acrescido

das disponibilidades registradas em Caixa e Equivalentes de Caixa intra OFSS (R\$ 270 milhões) que representa em cada órgão os valores disponibilizados na conta única e que não pertencem ao Tesouro Municipal;

9.8. Não há diferença da rubrica “Caixa e Equivalentes de Caixa” apresentada na Demonstração dos Fluxos de Caixa – (DFC) quando comparada com a mesma rubrica apresentada no Balanço Patrimonial – (BP).

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA DFC X BP		
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	FINAL	INICIAL
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.785.580.034	4.175.460.336
BALANÇO PATRIMONIAL	EXERC. ATUAL	EXERC. ANTERIOR
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.785.580.034	4.175.460.336
DIFERENÇA	-	-

10. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – (DMPL)

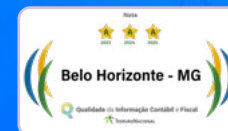
10.1. O aumento de capital, no valor de R\$ 1 milhão, se originou do Tesouro Municipal e foi aportadona Empresa de Informática e Informação do município de Belo Horizonte – Prodabel.

10.2. O valor de Ajuste de Avaliação Patrimonial no valor de R\$ 3,7 milhões no legislativo municipal se deu em virtude de que em 31 de dezembro de 2024, a CMBH realizou um processo de reavaliação de seus bens móveis e imóveis. Esse procedimento resultou em uma

reavaliação de R\$ 23,9 milhões. Contudo, durante a conciliação do mês de janeiro de 2025, foi identificado um erro metodológico na apuração dos valores de mercado. Diante disso, em 31 de janeiro de 2025, foram efetuados os estornos dos lançamentos realizados a maior, corrigindo a situação.

10.3. O total dos Resultados Acumulados é composto pelas seguintes rubricas:

RESULTADOS ACUMULADOS	2024	AV(%)	2025	AV(%)	AH (%)
RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO	942.933.601	-3,57%	584.595.660	2,19%	-162,00%
RESULTADO PATRIMONIAL DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	- 27.776.618.705	105,12%	26.683.295.662	100,02%	-3,94%
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	150.389.442	-0,57%	329.246.038	-1,23%	118,93%
RESULTADO PATRIMONIAL RESULTANTE DE FUSÃO	260.647.614	-0,99%	260.647.614	-0,98%	0,00%
TOTAL	- 26.422.648.047		- 26.677.997.670		0,97%



VOL. VI

APÊNDICES



**BELO
HORIZONTE**
PREFEITURA

I – Demonstrativo de Créditos Adicionais Abertos com Origem no Superávit do Exercício Anterior por Fonte/Destinação de Recursos

APÊNDICE I - Relatório de Créditos Adicionais Abertos com Origem no Superávit do Exercício Anterior por Fonte / Destinação de Recursos Exercício 2025

Fonte Destinação		Detalhamento da Fonte	Crédito Adicional Aberto	Valor Empenhado
500	Recursos não Vinculados de Impostos	NÃO SE APLICA	189.918.764	172.150.254
		NÃO SE APLICA	63.407.293	56.464.651
501	Outros Recursos não Vinculados	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	55.167.121	47.367.938
		OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	-	-
		RECEITA PRÓPRIA DE ENTIDADES E ÓRGÃOS	30.512.652	29.855.094
540	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	NÃO SE APLICA	28.026.457	28.026.457
550	Transferência do Salário-Educação	NÃO SE APLICA	144.567.240	136.509.436
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	NÃO SE APLICA	1.537.315	1.500.200
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	NÃO SE APLICA	2.781.205	2.781.159
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	NÃO SE APLICA	1.364.306	-
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	IDENTIFICAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS	10.164.016	10.164.016
		IDENTIFICAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES DE BANCADA	11.147.423	11.147.423
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	NÃO SE APLICA	99.235	99.235
602	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0	NÃO SE APLICA	-	-
604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias.	NÃO SE APLICA	12.145.007	12.145.007
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	NÃO SE APLICA	2.729.214	2.729.214
		NÃO SE APLICA	94.359.758	88.864.348
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	IDENTIFICAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS	4.339.112	3.906.851
		IDENTIFICAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES DE BANCADA	-	-
634	Operações de Crédito vinculadas à Saúde	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	3.253.786	2.527.370
	Operações de Crédito vinculadas à Saúde	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	10.257.553	8.103.469
659	Outros Recursos Vinculados à Saúde	NÃO SE APLICA	-	-
		NÃO SE APLICA	10.202.322	2.103.199
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	IDENTIFICAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS	5.807.436	4.900.000
		IDENTIFICAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES DE BANCADA	452.346	434.485
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	NÃO SE APLICA	6.263.286	5.675.118
665	Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	NÃO SE APLICA	1.950.000	1.635.000

Continua na próxima página

I – Demonstrativo de Créditos Adicionais Abertos com Origem no Superávit do Exercício Anterior por Fonte/Destinação de Recursos

APÊNDICE I - Relatório de Créditos Adicionais Abertos com Origem no Superávit do Exercício Anterior por Fonte / Destinação de Recursos Exercício 2025

Fonte Destinação		Detalhamento da Fonte	Crédito Adicional Aberto	Valor Empenhado
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	NÃO SE APLICA	13.741.944	6.698.298
		IDENTIFICAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS	691.488	691.488
		IDENTIFICAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES DE BANCADA	770.421	770.420
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	NÃO SE APLICA	11.355.702	6.038.801
		IDENTIFICAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS	92.871	92.871
702	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Municípios	NÃO SE APLICA	2.456.855	2.456.855
703	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres de outras Entidades	NÃO SE APLICA	545.582	521.214
704	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	NÃO SE APLICA	2.000.000	2.000.000
706	Transferência Especial da União	IDENTIFICAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS	2.445.711	2.291.860
708	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	NÃO SE APLICA	6.100.000	6.063.964
710	Transferência Especial dos Estados	TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DO ESTADO - ACORDO JUDICIAL DE REPARAÇÃO DOS IMPACTOS - BRUMADINHO	22.837.836	11.293.035
		IDENTIFICAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS	8.379.594	6.250.222
		IDENTIFICAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES DE BANCADA	1.629.403	1.521.710
715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual	NÃO SE APLICA	775.007	775.007
716	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º - Demais Setores da Cultura	NÃO SE APLICA	44.620	44.620
749	Outras vinculações de transferências	NÃO SE APLICA	499.230	2.008
		OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	1.770.453	1.470.370
		OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	11.952	-
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	NÃO SE APLICA	2.900.000	2.873.772
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	NÃO SE APLICA	13.516.911	9.731.223
752	Recursos Vinculados ao Trânsito	NÃO SE APLICA	82.878.659	80.115.683
753	Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	NÃO SE APLICA	1.119.173	607.652
754	Recursos de Operações de Crédito	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	14.720.654	12.916.415
		OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	27.300.828	20.072.292
755	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	NÃO SE APLICA	16.940.819	16.287.943
756	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Indireta	NÃO SE APLICA	159.043	130.837
759	Recursos Vinculados a Fundos	NÃO SE APLICA	12.360.044	12.262.759
		ODC DESTINAÇÃO 100%	20.081.943	13.501.892
802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	NÃO SE APLICA	1.783.069	1.783.069
543	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	NÃO SE APLICA	2.230.329	2.230.329
570	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	NÃO SE APLICA	4.496.443	4.496.443
719	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/202	NÃO SE APLICA	16.012.262	16.007.194
TOTAL			983.101.696	871.090.168

Fonte: SIAFIC BH / Diretoria Central de Contabilidade Geral

II – Demonstrativo das Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas por Órgão

Prodabel

Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Município de Belo Horizonte

Página 1 de 11

Relatório de Transferências Financeiras

Entidade: 200 - CONSOLIDAÇÃO GERAL

Visualização: Todas

Período: Janeiro a Dezembro de 2025

Tipo: Analítico

201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS

Entidade Origem / Destino	FR	Valor Concedido	Valor Recebido
205 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO POPULAR	1.500.000	58.234.496,65	1.472.475,11
205 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO POPULAR	1.501.000	0,00	6,07
205 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO POPULAR	1.700.000	1.116.579,15	0,00
205 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO POPULAR	1.754.790	1.145.059,81	49.600,00
205 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO POPULAR	1.759.000	163.751,19	0,00
205 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO POPULAR	1.759.709	3.640.936,05	27.123.774,60
205 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO POPULAR	2.754.790	418.476,91	0,00
205 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO POPULAR	2.759.709	0,00	5.114.458,46
207 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO	1.501.000	0,00	38.844.670,69
207 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO	1.759.000	630.910,18	12.675.571,77
207 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO	2.759.000	0,00	1.401,71
208 FUNDO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA	1.500.000	2.400.100,42	0,00
208 FUNDO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA	1.501.000	0,00	47.068.225,02
208 FUNDO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA	1.752.000	64.662,46	21.190.484,47
208 FUNDO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA	2.752.000	71.424,18	65.078.560,42
208 FUNDO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA	2.754.790	0,00	76.652,58
209 FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	1.500.000	63.125.761,82	6.005.888,70
209 FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	2.500.000	50.000,00	0,00
210 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.500.000	307.514.714,18	0,00
210 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.500.000	5.104.999,00	0,00
211 FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	1.500.000	179.535,54	0,00
213 FUNDO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	1.500.000	327.373,92	0,00
213 FUNDO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	2.500.000	68.544,44	0,00
214 FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	1.500.000	9.740.198,84	0,00
215 FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR	1.501.000	1.455.532,99	0,00

Continua na próxima página

II – Demonstrativo das Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas por Órgão

Prodabel

Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Município de Belo Horizonte

Página 2 de 11

Relatório de Transferências Financeiras

Entidade: 200 - CONSOLIDAÇÃO GERAL

Visualização: Todas

Período: Janeiro a Dezembro de 2025

Tipo: Analítico

201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS

Entidade Origem / Destino	FR	Valor Concedido	Valor Recebido
216 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1.500.000	2.406.236,00	0,00
216 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1.501.000	2.381.253,60	0,00
216 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1.604.000	0,00	4.977,95
216 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1.634.790	10.148.403,64	0,00
216 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1.754.791	6.171.688,02	4.372,72
216 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2.500.000	82.477.169,98	0,00
216 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2.634.790	626.362,71	0,00
216 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2.754.791	1.765.541,14	0,00
218 SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA CAPITAL	1.500.000	120.189.113,73	0,00
219 SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA URBANA	1.500.000	579.966.672,34	0,00
219 SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA URBANA	2.500.000	2.561,60	2.561,61
221 HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS	1.659.002	0,00	2.535.456,87
222 EMPRESA DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO DO MUNICIPIO DE BELO HORIZONTE	1.500.000	157.154.050,80	415.549,46
222 EMPRESA DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO DO MUNICIPIO DE BELO HORIZONTE	1.751.000	2.591.330,55	0,00
222 EMPRESA DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO DO MUNICIPIO DE BELO HORIZONTE	2.751.000	526.377,72	0,00
223 EMPRESA MUNICIPAL DE TURISMO DE BELO HORIZONTE S/A	1.500.000	36.337.083,90	0,00
224 COMPANHIA URBANIZADORA E DE HABITAÇÃO DE BELO HORIZONTE S/A	1.500.000	71.575.362,74	0,00
225 EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE	1.500.000	205.962.924,26	775.986,14
225 EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE	1.501.784	4.592,83	1.692.302,68
227 CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE	1.500.000	492.322.000,00	46.914.908,36
227 CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE	2.500.000	0,00	11.684.871,55
229 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	1.500.000	77.363.035,74	38.195,53
229 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	2.500.000	909.162,31	0,00

CASP

d_rel_transferencias_financeiras

II – Demonstrativo das Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas por Órgão

Prodabel

Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Município de Belo Horizonte

Relatório de Transferências Financeiras

Entidade: 200 - CONSOLIDAÇÃO GERAL

Página 3 de 11

Visualização: Todas

Período: Janeiro a Dezembro de 2025

Tipo: Analítico

201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS

Entidade Origem / Destino	FR	Valor Concedido	Valor Recebido
230 FUNDAÇÃO DE PARQUES MUNICIPAIS E ZOOBOTÂNICA	1.500.000	54.785.369,10	0,00
230 FUNDAÇÃO DE PARQUES MUNICIPAIS E ZOOBOTÂNICA	1.501.784	1.862.880,30	37.303,08
230 FUNDAÇÃO DE PARQUES MUNICIPAIS E ZOOBOTÂNICA	2.500.000	42.618,03	0,00
231 FUNDO DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO	1.501.770	0,00	11.640,92
235 FUNDO FINANCEIRO	1.500.000	354.075.142,60	0,00
235 FUNDO FINANCEIRO	1.501.000	900.209.142,94	0,00
235 FUNDO FINANCEIRO	2.500.000	34.000.000,00	0,00
239 FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E APRIMORAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	1.500.000	1.879.622,69	25.877,03
243 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DAS CENTRALIDADES	1.501.000	0,00	17.882.060,82
244 SUPERINTENDÊNCIA DE MOBILIDADE DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE	1.500.000	768.790.081,86	343,35
244 SUPERINTENDÊNCIA DE MOBILIDADE DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE	2.500.000	18.646.133,61	0,00
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL		6.844.455.670,57	326.728.196,79

204 FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA AMBIENTAL

Entidade Origem / Destino	FR	Valor Concedido	Valor Recebido
219 SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA URBANA	1.500.000	0,00	25.755,06
219 SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA URBANA	2.500.000	0,00	608.345,09
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL		0,00	634.100,15

205 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO POPULAR

Entidade Origem / Destino	FR	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	1.500.000	1.472.475,11	58.234.496,65
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	1.501.000	6,07	0,00
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	1.700.000	0,00	1.116.579,15
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	1.754.790	49.600,00	1.145.059,81

Continua na próxima página

II – Demonstrativo das Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas por Órgão

Prodabel

Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Município de Belo Horizonte

Página 4 de 11

Relatório de Transferências Financeiras

Entidade: 200 - CONSOLIDAÇÃO GERAL

Visualização: Todas

Período: Janeiro a Dezembro de 2025

Tipo: Analítico

205 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO POPULAR

Entidade Origem / Destino	FR	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	1.759.000	0,00	163.751,19
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	1.759.709	27.123.774,60	3.640.936,05
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	2.754.790	0,00	418.476,91
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	2.759.709	5.114.458,46	0,00
207 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO	1.759.000	122.223,43	15.627.617,18
207 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO	2.759.000	42.977,24	42.977,24
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL		33.925.514,91	80.389.894,18

207 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO

Entidade Origem / Destino	FR	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	1.501.000	38.844.670,69	0,00
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	1.759.000	12.675.571,77	630.910,18
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	2.759.000	1.401,71	0,00
205 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO POPULAR	1.759.000	15.627.617,18	122.223,43
205 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO POPULAR	2.759.000	42.977,24	42.977,24
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL		67.192.238,59	796.110,85

208 FUNDO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA

Entidade Origem / Destino	FR	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	1.500.000	0,00	2.400.100,42
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	1.501.000	47.068.225,02	0,00
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	1.752.000	21.190.484,47	64.662,46

CASP

d_rel_transferencias_financeiras

II – Demonstrativo das Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas por Órgão

Prodabel

Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Município de Belo Horizonte

Relatório de Transferências Financeiras

Entidade: 200 - CONSOLIDAÇÃO GERAL

Página 5 de 11

Visualização: Todas

Período: Janeiro a Dezembro de 2025

Tipo: Analítico

208 FUNDO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA

Entidade Origem / Destino	FR	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	2.752.000	65.078.560,42	71.424,18
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	2.754.790	76.652,58	0,00
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL		133.413.922,49	2.536.187,06

209 FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Entidade Origem / Destino	FR	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	1.500.000	6.005.888,70	63.125.761,82
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	2.500.000	0,00	50.000,00
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL		6.005.888,70	63.175.761,82

210 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Entidade Origem / Destino	FR	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	1.500.000	0,00	307.514.714,18
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	2.500.000	0,00	5.104.999,00
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL		0,00	312.619.713,18

211 FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Entidade Origem / Destino	FR	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	1.500.000	0,00	179.535,54
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL		0,00	179.535,54

Continua na próxima página

II – Demonstrativo das Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas por Órgão

Prodabel

Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Município de Belo Horizonte

Relatório de Transferências Financeiras

Entidade: 200 - CONSOLIDAÇÃO GERAL

Página 6 de 11

Visualização: Todas

Período: Janeiro a Dezembro de 2025

Tipo: Analítico

213 FUNDO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Entidade Origem / Destino	FR	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	1.500.000	0,00	327.373,92
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	2.500.000	0,00	68.544,44
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL		0,00	395.918,36

214 FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

Entidade Origem / Destino	FR	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	1.500.000	0,00	9.740.198,84
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL		0,00	9.740.198,84

215 FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

Entidade Origem / Destino	FR	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	1.501.000	0,00	1.455.532,99
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL		0,00	1.455.532,99

216 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Entidade Origem / Destino	FR	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	1.500.000	20.000.019,12	2.406.236.934,10
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	1.501.000	0,00	2.381.253,60
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	1.604.000	4.977,95	0,00
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	1.634.790	0,00	10.148.403,64
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	1.754.791	4.372,72	6.171.688,02
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	2.500.000	0,00	82.477.169,98
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	2.634.790	0,00	626.362,71

CASP

d_rel_transferencias_financeiras

II – Demonstrativo das Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas por Órgão

Prodabel

Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Município de Belo Horizonte

Relatório de Transferências Financeiras

Entidade: 200 - CONSOLIDAÇÃO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2025

Página 7 de 11

Visualização: Todas

Tipo: Analítico

216 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Entidade Origem / Destino	FR	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	2.754.791	0,00	1.765.541,14
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL		20.009.369,79	2.509.807.353,19

218 SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA CAPITAL

Entidade Origem / Destino	FR	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	1.500.000	0,00	120.189.113,73
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL		0,00	120.189.113,73

219 SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA URBANA

Entidade Origem / Destino	FR	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	1.500.000	0,00	579.966.672,34
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	2.500.000	2.561,61	2.561,60
204 FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA AMBIENTAL	1.500.000	25.755,06	0,00
204 FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA AMBIENTAL	2.500.000	608.345,09	0,00
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL		636.661,76	579.969.233,94

221 HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS

Entidade Origem / Destino	FR	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	1.659.002	2.535.456,87	0,00
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL		2.535.456,87	0,00

Continua na próxima página

II – Demonstrativo das Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas por Órgão

Prodabel

Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Município de Belo Horizonte

Relatório de Transferências Financeiras

Entidade: 200 - CONSOLIDAÇÃO GERAL

Página 8 de 11

Visualização: Todas

Período: Janeiro a Dezembro de 2025

Tipo: Analítico

222 EMPRESA DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Entidade Origem / Destino	FR	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	1.500.000	415.549,46	157.154.050,80
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	1.751.000	0,00	2.591.330,55
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	2.751.000	0,00	526.377,72
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL		415.549,46	160.271.759,07

223 EMPRESA MUNICIPAL DE TURISMO DE BELO HORIZONTE S/A

Entidade Origem / Destino	FR	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	1.500.000	0,00	36.337.083,90
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL		0,00	36.337.083,90

224 COMPANHIA URBANIZADORA E DE HABITAÇÃO DE BELO HORIZONTE S/A

Entidade Origem / Destino	FR	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	1.500.000	0,00	71.575.362,74
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL		0,00	71.575.362,74

225 EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE

Entidade Origem / Destino	FR	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	1.500.000	775.986,14	205.962.924,26
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	1.501.784	1.692.302,68	4.592,83
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL		2.468.288,82	205.967.517,09

CASP

d_rel_transferencias_financeiras

II – Demonstrativo das Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas por Órgão

Prodabel

Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Município de Belo Horizonte

Relatório de Transferências Financeiras

Entidade: 200 - CONSOLIDAÇÃO GERAL

Página 9 de 11

Visualização: Todas

Período: Janeiro a Dezembro de 2025

Tipo: Analítico

227 CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Entidade Origem / Destino	FR	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	1.500.000	46.914.908,36	492.322.000,00
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	2.500.000	11.684.871,55	0,00
235 FUNDO FINANCEIRO	1.500.000	67.168.704,26	0,00
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL		125.768.484,17	492.322.000,00

229 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Entidade Origem / Destino	FR	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	1.500.000	38.195,53	77.363.035,74
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	2.500.000	0,00	909.162,31
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL		38.195,53	78.272.198,05

230 FUNDAÇÃO DE PARQUES MUNICIPAIS E ZOOBOTÂNICA

Entidade Origem / Destino	FR	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	1.500.000	0,00	54.785.369,10
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	1.501.784	37.303,08	1.862.880,30
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	2.500.000	0,00	42.618,03
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL		37.303,08	56.690.867,43

231 FUNDO DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Entidade Origem / Destino	FR	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	1.501.770	11.640,92	0,00
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL		11.640,92	0,00

Continua na próxima página

II – Demonstrativo das Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas por Órgão

Prodabel

Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Município de Belo Horizonte

Página 10 de 11

Relatório de Transferências Financeiras

Entidade: 200 - CONSOLIDAÇÃO GERAL

Visualização: Todas

Período: Janeiro a Dezembro de 2025

Tipo: Analítico

235 FUNDO FINANCEIRO

Entidade Origem / Destino	FR	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	1.500.000	0,00	354.075.142,60
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	1.501.000	0,00	900.209.142,94
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	2.500.000	0,00	34.000.000,00
227 CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE	1.500.000	0,00	67.168.704,26
236 FUNDO PREVIDENCIÁRIO - BHPREV	1.802.000	8.083.909,99	0,00
236 FUNDO PREVIDENCIÁRIO - BHPREV	2.802.000	0,00	1.265.979,20
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL		8.083.909,99	1.356.718.969,00

236 FUNDO PREVIDENCIÁRIO - BHPREV

Entidade Origem / Destino	FR	Valor Concedido	Valor Recebido
235 FUNDO FINANCEIRO	1.802.000	0,00	8.083.909,99
235 FUNDO FINANCEIRO	2.802.000	1.265.979,20	0,00
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL		1.265.979,20	8.083.909,99

239 FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E APRIMORAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Entidade Origem / Destino	FR	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	1.500.000	25.877,03	1.879.622,69
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL		25.877,03	1.879.622,69

CASP

d_rel_transferencias_financeiras

II – Demonstrativo das Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas por Órgão

Prodabel

Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Município de Belo Horizonte

Relatório de Transferências Financeiras

Entidade: 200 - CONSOLIDAÇÃO GERAL

Página 11 de 11

Visualização: Todas

Período: Janeiro a Dezembro de 2025

Tipo: Analítico

243 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DAS CENTRALIDADES

Entidade Origem / Destino	FR	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	1.501.000	17.882.060,82	0,00
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL		17.882.060,82	0,00

244 SUPERINTENDÊNCIA DE MOBILIDADE DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Entidade Origem / Destino	FR	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	1.500.000	343,35	768.790.081,86
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	2.500.000	0,00	18.646.133,61
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL		343,35	787.436.215,47

TOTAL ENTIDADE GERENCIAL

7.264.172.356,05 7.264.172.356,05

III – Demonstrativo dos Ingressos e Pagamentos de Operações de Crédito da Dívida Fundada Contratual

APÊNDICE III - DEMONSTRATIVO DOS INGRESSOS (RECEITAS) E PAGAMENTOS (DESPESAS) DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DA DÍVIDA FUNDADA CONTRATUAL EXERCÍCIO 2025

Valores em Reais (R\$)

TIPO DA OPERAÇÃO	CREDOR	PROGRAMA	OBJETO / OBJETIVO	REFERÊNCIA CONTRATO	RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO INGRESSOS	DESPESAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO PAGAMENTOS DO PRINCIPAL
	BDMG	NOVO SOMMA INFRA	Execução de projeto de obras de infraestrutura urbana.	BDMG 151.086/11	-	359.513,64
		NOVO SOMMA ECO	Projeto de ampliação, modernização e melhoria do sistema de manejo, coleta, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos do município de Belo Horizonte.	BDMG 151.087-1	-	1.254.854,40
		FRP	Realização de obras de infraestrutura voltadas à adaptação dos territórios a mudanças climáticas, projetos voltados a melhoria da mobilidade urbana, obras de infraestrutura.	BDMG 185.497/14	-	30.008.182,34
	BNDES	BNDES 21203261		BNDES 21203261	-	4.418.460,24
		BNDES 21204071		BNDES 21204071	23.000.000,00	0,00
	BANCO DO BRASIL S/A	Recapamento de Vias (BB-180)	Recapamento de vias públicas, priorizadas conforme o Índice de Condição do Pavimento (ICP) e a importância das vias.	20/00030-8	-	27.980.462,64
	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	Programa Saneamento para Todos	Programa com ações voltadas ao saneamento básico, execução de empreendimentos destinados à melhoria dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	182.248-09/2006	-	12.147.365,98
		Programa Saneamento para Todos	Programa com ações voltadas ao saneamento básico, execução de empreendimentos destinados à melhoria dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e saneamento integrado.	182.253-86/2007	-	1.085.397,63
		Programa Saneamento para Todos	Programa com ações voltadas ao saneamento básico, execução de empreendimentos destinados à melhoria dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e saneamento integrado.	182.255-04/2006	-	5.140.745,49
		Programa Saneamento para Todos	Ampliação do sistema de tratamento e destinação dos resíduos sólidos no município de Belo Horizonte, no âmbito do Programa Saneamento Para Todos.	191.237-60	-	953.077,25
		Pro Moradia	Integração da população local à chamada cidade formal - Programa Pró-Moradia	229.136-60/2007	-	5.902.590,51
		Pro Moradia	Melhoria da qualidade habitacional e urbanística da área do Córrego Stª. Terezinha/Freitas, com reassentamento da população e área com risco de inundação.	234.754-55	-	2.308.123,91
		Pro Moradia	Melhoria da qualidade habitacional e urbanística da área do Córrego Stª. Terezinha/Freitas, com reassentamento da população e área com risco de inundação.	234.755-60/2007	-	1.060.041,02
		Pro Moradia	Tratamento de fundo de vale e controle de cheias do complexo da Avenida Várzea da Palma e Vila do Índio.	238.834-08	-	4.557.631,17
		Pro Moradia	Recuperação ambiental/urbaniz. favelas das bacias dos córregos afluentes da av. Várzea da Palma.	268.489-53	2.596.338,31	7.817.050,60
		Pro Moradia	Intervenções integradas de recuperação urbanística e habitacional, ações de regularização fundiária e trabalho social no Aglomerado São Tomás/Aeroporto.	268.490-81	788.253,34	5.617.803,67
		Pro Moradia	Intervenções integradas de recuperação urbanística e habitacional, ações de regularização fundiária e trabalho social na Vila CEMIG/Alto das Antenas.	268.492-08	-	2.508.119,15
		Programa Saneamento para Todos	Tratamento de fundo de vale e implantação de bacias de detenção dos Córregos Jatobá e Olaria, bairro Urucuaia e Rua Luiz Souza Lima.	293.498-89	-	3.654.071,45
		Programa Saneamento para Todos	Ampliação da seção do canal do córrego rêsaca.	293.499-93	-	2.068.000,07
		Programa Saneamento para Todos	Ampliação da seção do canal do córrego da Serra, em Belo Horizonte/MG.	293.504-60	-	263.990,04

Continua na próxima página

III – Demonstrativo dos Ingressos e Pagamentos de Operações de Crédito da Dívida Fundada Contratual

APÊNDICE III - DEMONSTRATIVO DOS INGRESSOS (RECEITAS) E PAGAMENTOS (DESPESAS) DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DA DÍVIDA FUNDADA CONTRATUAL EXERCÍCIO 2025

Valores em Reais (R\$)

TIPO DA OPERAÇÃO	CREDOR	PROGRAMA	OBJETO / OBJETIVO	REFERÊNCIA CONTRATO	RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO INGRESSOS	DESPESAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO PAGAMENTOS DO PRINCIPAL
INTERNA	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	Pro Moradia	Melhorar a qualidade de vida da população das vilas que compõem o Aglomerado Santa Lúcia (Vila Barragem Santa Lúcia, Vila Santa Rita de Cássia e Vila Estrela).	294.943-97	188.834,94	6.991.261,82
		Pro Moradia	Ampliar a urbanização do Aglomerado da Serra, como um todo, dotando as vilas Nossa Senhora Conceição, Nossa Senhora Aparecida e Novo São Lucas de infraestrutura e serviços básicos de saneamento.	294.946-29	-	1.577.860,41
		Pro Transporte	Interseção Av. Antônio Carlos e Av. Abrão Caram, alargamento da Av. Pedro I, interseção Av. Pedro I e Vilarinho e BRT Antônio Carlos e Av. Pedro I.	318.926-13	-	20.644.976,80
		Pro Transporte	Tratamento viário para priorização do transporte coletivo, melhoria de acessos a bairros e ao Estádio Governador Magalhães Pinto - BRT Pedro II.	318.928-31	-	7.854.181,43
		Pro Transporte	Execução de obras e serviços de mobilidade urbana na área central de Belo Horizonte - BRT Área Central.	318.929-45	-	3.474.627,93
		Pro Transporte	Ampliação da central de controle de tráfego de Belo Horizonte	318.931-88	-	1.899.749,58
		Pro Transporte	Implantação da Via 210 que fará a ligação entre a Via do Minério e a Av. Teresa Cristina, propiciando um caminho transversal à malha radiocêntrica da cidade.	318.932-92	-	3.733.017,85
		Pro Transporte	Implantação da via 710 que fará a ligação da Av. dos Andradas e a Av. Cristiano Machado.	318.934-19	-	5.468.417,53
		Pro Transporte	Execução de obras e serviços de mobilidade urbana na Avenida Cristiano Machado - BRT Cristiano Machado.	318.935-24	-	3.172.682,51
		Pro Transporte	Melhoria da interligação Rua Carijós e Av. Barbacena e Rua Extrema	318.936-38	-	12.858.228,97
		Programa Saneamento para Todos	Manejo de águas pluviais, esgotamento sanitário, abastecimento de água, reassentamento de famílias e urbanização para população estimada de 31.265 habitantes de Belo Horizonte	350.123-73	415.339,31	2.706.341,04
		Programa Saneamento para Todos	Construir reservatórios de amortecimento de cheias, reassentamento de famílias, ações de preservação ambiental, obras de proteção e urbanização do córrego Túnel Camarões.	350.146-45	-	5.022.824,86
		Pro Moradia	Implantação de vias veiculares, modalidade urbanização e regularização de assentamentos precários.	350.222-73	-	198.736,45
		Pro Moradia	Implantação de vias veiculares, modalidade operacional urbanização e regularização de assentamentos precários.	350.475-30	-	79.285,21
		Pro Moradia	Implantação da rua Vitória e tratamento de áreas remanescentes, modalidade operacional urbanização e regularização de assentamentos precários.	350.477-59	-	79.717,15
		Avançar Cidades 2/ Saneamento Manejo de Águas Pluviais	Elaboração de estudos e projetos de Manejo de Águas Pluviais pra redução de risco de inundação na cidade de Belo Horizonte (Córregos Cercadinho, Ressaca, Piteira, Limões e Joaquim Pereira)	521.186-72	939.775,80	1.113.907,22
		Avançar Cidades 2/ Saneamento Manejo de Águas Pluviais	Córrego Cachoeirinha - Implantação de Canal paralelo a partir da entrada do Córrego da AV. Sanitária até encontro com o Ribeirão Pampulha.	521.187-86	-	77.979,14

III – Demonstrativo dos Ingressos e Pagamentos de Operações de Crédito da Dívida Fundada Contratual

APÊNDICE III - DEMONSTRATIVO DOS INGRESSOS (RECEITAS) E PAGAMENTOS (DESPESAS) DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DA DÍVIDA FUNDADA CONTRATUAL EXERCÍCIO 2025

Valores em Reais (R\$)

TIPO DA OPERAÇÃO	CREDOR	PROGRAMA	OBJETO / OBJETIVO	REFERÊNCIA CONTRATO	RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO INGRESSOS	DESPESAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO PAGAMENTOS DO PRINCIPAL
INTERNA	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	Avançar Cidades 2/ Saneamento Manejo de Resíduos Sólidos	Ampliação do Programa Municipal de Coleta Seletiva em parceria com cooperativas e associações de catadores em Belo Horizonte.	521.320-02	-	518.669,76
		Avançar Cidades 2/ Saneamento Manejo de Resíduos Sólidos	Reestruturação da infraestrutura para a gestão de resíduos de construção civil e volumosos em Belo Horizonte.	521.322-20	-	217.956,11
		FINISA	Financiar despesas de capital nas seguintes áreas: segurança, saúde, sustentabilidade ambiental, desenvolvimento econômico e turístico, habitação, urbanização, educação, cultura, proteção alimentar, mobilidade urbana, atendimento ao cidadão e melhoria da gestão pública.	599.086-08	-	12.357.570,60
		Programa Saneamento para Todos	Elaboração de estudos e projetos de saneamento ambiental integrado para a redução de riscos de inundação do Município.	505.141-02	450.830,74	1.182.894,80
		FINISA	Macrodrenagem dos córregos Vilarinho, Isidoro e Nado.	535.139-93	-	22.831.754,74
		Pro Moradia	Alargamento de vias visando a melhoria das condições de acesso para os serviços urbanos, modalidade operacional urbanização e regularização de assentamentos precários.	350.480-04	-	73.693,87
		Contrapartida PAC	Aporte de contrapartida para realização de obras e serviços decorrentes de operações de crédito firmadas no âmbito da matriz de responsabilidade da Copa do Mundo 2014.	363.998-22	-	0,00
		Pro Transporte	Implantação de intervenções viárias voltadas à melhoria do transporte coletivo e a mobilidade urbana ao longo da Avenida dos Andradas e Tereza Cristina.	396.653-69	245.317,17	3.951.328,04
		Programa Saneamento para Todos	Otimização do sistema de macrodrenagem das bacias dos córregos Cachoeirinha, Pampulha e Onça.	397.761-95	32.437.716,36	9.590.543,21
		Programa Saneamento para Todos	Recuperação e ampliação da calha do Canal do Córrego Ressaca em Belo Horizonte.	397.762-08	-	1.249.172,46
		Programa Saneamento para Todos	Implantação de canal paralelo ao existente na Bacia do Córrego dos Pintos, em Belo Horizonte/MG	397.763-12	-	1.955.847,55
		Contrapartida PAC	Aporte de contrapartida para realização de obras e serviços decorrentes de operações de crédito.	408.750-18	-	0,00
		Contrapartida PAC	Aporte de contrapartida para a realização de obras e serviços decorrentes do Programa Minha Casa, Minha Vida.	428.098-20	-	43.485.015,28
		FINISA	Financiar as Despesas de Capital previstas na legislação orçamentária do exercício de 2017 e subsequentes, bem como suas siplemtações.	497.048-68	-	15.542.925,00
		PNAFM	2ª etapa do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros.	PNAFM 520061-52	-	2.244.947,26
		FINISA	Financiar despesas de capital nas seguintes áreas: segurança, saúde, sustentabilidade ambiental, desenvolvimento econômico e turístico, habitação, urbanização, educação, cultura, proteção alimentar, mobilidade urbana, atendimento ao cidadão e melhoria da gestão pública.	613.140-76	-	20.961.989,71
		FINISA	Financiar as Despesas de Capital previstas na legislação orçamentária do exercício de 2017 e subsequentes, bem como suas suplementações.	603.627-41	-	12.497.241,24
		FINISA	Financiar despesas de capital nas seguintes áreas: segurança, saúde, sustentabilidade ambiental, desenvolvimento econômico e turístico, habitação, urbanização, educação, cultura, proteção alimentar, mobilidade urbana, atendimento ao cidadão e melhoria da gestão pública.	621.738-63	-	6.536.672,79
TOTAL DOS INGRESSOS DA DÍVIDA INTERNA					61.062.405,97	
TOTAL DOS PAGAMENTOS DA DÍVIDA INTERNA						351.257.499,52

Continua na próxima página

III – Demonstrativo dos Ingressos e Pagamentos de Operações de Crédito da Dívida Fundada Contratual

APÊNDICE III - DEMONSTRATIVO DOS INGRESSOS (RECEITAS) E PAGAMENTOS (DESPESAS) DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DA DÍVIDA FUNDADA CONTRATUAL EXERCÍCIO 2025

Valores em Reais (R\$)

TIPO DA OPERAÇÃO	CREDOR	PROGRAMA	OBJETO / OBJETIVO	REFERÊNCIA CONTRATO	RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO INGRESSOS	DESPESAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO PAGAMENTOS DO PRINCIPAL
EXTERNA	Banco do Brasil Ag. Viena	Programa de recuperação da Bacia Hidrográfica da Pampulha.	Empreendimentos relacionados à recuperação da Bacia Hidrográfica da Pampulha.	0001/2013	-	35.789.971,26
	BID	DRENURBS	Fase Suplementar do Programa Drenurbs -tratamento e recuperação da Bacia Hidrográfica do Córrego Bonsucesso.	2962/OC-BR	-	15.723.244,09
		DRENURBS	Programa de recuperação das condições ambientais de Belo Horizonte - Programa DRENURBS.	BID-DRENURBS	-	13.224.628,95
	BIRD	Expresso Amazonas		BIRD 90690	8.700.000,00	798.293,11
	BIRD	Projeto de Desenvolvimento Urbano e Integração com a Região Metropolitana.	Apoio ao Projeto de Desenvolvimento Urbano E Integração com a Região Metropolitana.	BIRD 8169	-	54.812.500,00
	BID	Melhor Saúde	Ampliação do acesso às redes públicas de atenção à saúde, melhoria de sua qualidade assistencial, modernização da infraestrutura tecnológica, eficiência e transparência na gestão pública dos processos.	4696/OC-BR	-	7.903.096,04
	CAF	Programa de Governo e Orçamento Participativo	Investimentos previstos em Obras diversas do Programa de Governo e do Orçamento Participativo	CAF-PROG GOV OP	42.925.000,00	24.829.059,71
TOTAL DOS INGRESSOS DA DÍVIDA EXTERNA					51.625.000,00	
TOTAL DOS PAGAMENTOS DA DÍVIDA EXTERNA						153.080.793,16
TOTAL GERAL DOS INGRESSOS DA DÍVIDA FUNDADA CONTRATUAL					112.687.405,97	
TOTAL GERAL DOS PAGAMENTOS DA DÍVIDA FUNDADA CONTRATUAL						504.338.292,68

Fonte: SIAFIC BH / Diretoria Central de Governança de Ativos e da Dívida Pública

IV – Demonstrativo do Superávit de Exercícios Anteriores e Apuração do Superávit no Exercício em Análise por Fonte de Recursos

APÊNDICE IV - Demonstrativo do Superávit de Exercícios Anteriores e Apuração do Superávit no Exercício em Análise por Fonte de Recursos
Exercício 2025

Fonte Destinação	Superávit/Déficit Apurado em 2024	Receita Arrecadada em 2025	Despesa Empenhada em 2025	Restos a Pagar Cancelados em 2025	Superávit/Déficit Apurado em 2025	Superávit/Déficit Ajustado em 2025	Diferença
500 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	435.607.130	10.719.108.098	11.098.791.433	104.722.845	160.646.640	160.646.640	-
501 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS	379.823.457	1.242.631.977	1.392.208.360	6.275.181	236.522.255	236.522.255	-
502 RECURSOS NÃO VINCULADOS DA COMPENSAÇÃO DE IMPOSTOS	-	-	-	-	-	-	-
540 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	28.026.457	1.708.547.511	1.681.991.784	-	54.582.183	54.582.183	-
543 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAR	2.230.329	8.371.031	10.601.360	-	0	0	-
546 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - ETI	-	1.566.303	-	-	1.566.303	1.566.303	-
550 TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	238.977.093	130.641.558	233.554.058	3.066.776	139.131.369	139.131.369	-
552 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)	1.537.315	39.741.479	41.199.856	575.054	653.992	653.992	-
553 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR (PNATE)	-	1.065	-	-	1.065	1.065	-
569 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE	2.781.205	244.985	2.981.063	-	45.127	45.127	-
570 TRANSFERÊNCIAS GOVERNO FEDERAL - CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À EDUCAÇÃO	4.922.711	638.419	5.077.912	-	483.219	483.219	-
571 TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À EDUCAÇÃO	1.364.306	180.463	-	-	1.544.769	1.544.769	-
600 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO SUS - GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO AÇÕES E SERVIÇOS SAÚDE	170.633.327	2.637.227.464	2.846.008.824	29.400.217	350.014.469	350.014.469	-
601 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO SUS - GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE ESTRUTURAÇÃO DA REDE SAÚDE	1.965.129	7.796.217	99.235	-	9.662.111	9.662.111	-
602 RECURSOS SUS - MANUTENÇÃO ASPS - COVID	188.126	26.799	-	-	214.925	214.925	-
604 TRANSFERÊNCIAS GOVERNO FEDERAL - VENCIMENTO AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DE COMBATE ÀS ENFERMIDADES	12.145.007	139.800.871	127.430.235	-	24.515.643	24.515.643	-
605 ASSISTÊNCIA FINANCEIRA UNIÃO - COMPLEMENTAÇÃO PAGAMENTO PISOS SALARIAIS PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM	2.729.214	122.999.656	120.093.782	4.467.349	10.102.436	10.102.436	-
621 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ESTADUAL	181.382.691	877.120.020	869.296.694	2.992.340	192.198.357	192.198.357	-
631 TRANSFERÊNCIAS DO GOVERNO FEDERAL REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES - SAÚDE	177.952	244.904	234.000	-	188.856	188.856	-
634 OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	33.339.690	28.496.623	35.615.230	3.034.593	29.255.677	29.255.677	-
659 OUTROS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE	1.224.459	483.649.438	530.032.800	9.481.695	35.677.208	35.677.208	-
660 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	33.741.923	32.060.767	29.253.013	999.691	37.549.368	37.549.368	-
661 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	6.926.997	11.293.254	9.889.877	59.805	8.390.180	8.390.180	-
665 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS E OUTROS REPASSES VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL	13.705.166	1.705.897	1.903.500	-	13.507.563	13.507.563	-
700 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO	49.925.416	11.411.553	13.369.906	1.120.173	49.087.237	49.087.237	-
701 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS ESTADOS	13.889.965	7.619.050	9.455.562	333.645	12.387.097	12.387.097	-
702 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS MUNICÍPIOS	2.460.447	733.940	3.187.730	9.387	16.045	16.045	-
703 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DE OUTRAS ENTIDADES	3.695.820	480.762	521.214	-	3.655.368	3.655.368	-
704 TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REFERENTES A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	2.030.506	-	2.000.000	-	30.506	30.506	-
706 TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO	8.386.534	4.516.662	2.291.860	401.950	11.013.287	11.013.287	-
708 TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE À COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS MINERAIS	6.116.598	10.520.974	8.844.026	-	7.793.546	7.793.546	-
710 TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DOS ESTADOS	72.772.786	11.919.037	21.549.522	6.478.298	69.620.599	69.620.599	-
715 TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS AO SETOR CULTURAL - LC 195/2022 - ART. 5º - AUDIOVISUAL	775.007	2.063	777.070	-	-	-	-
716 TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS AO SETOR CULTURAL - LC Nº 195/2022 - ART. 8º - DEMAIS SETORES DA CULTURA	44.620	119	44.739	-	-	-	-
719 TRANSFERÊNCIAS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - LEI Nº 14.399/2022	16.114.027	15.817.306	16.718.224	113.465	15.326.574	15.326.574	-
720 TRANSFERÊNCIA UNIÃO - PARTICIPAÇÃO NA EXPLORAÇÃO PETRÓLEO E GÁS NATURAL AO FEP - LEI 9478/97	-	15.341.816	18.814.307	490.666	2.981.826	2.981.826	-
747 OUTRAS VINCULAÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	-	1.206.601	-	-	1.206.601	1.206.601	-
749 OUTRAS VINCULAÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS	75.463.546	97.608.079	17.240.270	1.373.054	157.204.409	157.204.409	-
750 RECURSOS DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE	2.979.827	2.978.849	5.521.196	-	437.480	437.480	-
751 RECURSOS DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP	310.675.815	169.229.419	144.080.773	3.281.160	339.105.621	339.105.621	-
752 RECURSOS VINCULADOS AO TRÂNSITO	82.926.661	125.038.630	205.586.946	22.028.794	24.407.139	24.407.139	-
753 RECURSOS PROVENIENTES DE TAXAS, CONTRIBUIÇÕES E PREÇOS PÚBLICOS	12.492.859	39.371.456	31.651.590	1.131	20.213.856	20.213.856	-
754 RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	46.239.690	98.790.436	123.733.656	25.600.732	46.897.202	46.897.202	-
755 RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE BENS/ATIVOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	44.797.364	9.352.240	19.918.306	-	34.231.298	34.231.298	-
756 RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE BENS/ATIVOS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	394.302	60.897	130.837	-	324.363	324.363	-
759 RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS	46.051.553	159.149.160	135.872.557	2.138.266	71.466.422	71.466.422	-
800 RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	3.341.160.284	744.778.071	18.027.048	-	4.067.911.307	4.067.911.307	-
801 RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)	3.736.025	789.980.160	783.154.915	47.755	10.609.025	10.609.025	-
802 RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	1.783.069	12.740.806	13.237.500	338.218	1.624.594	1.624.594	-
899 OUTROS RECURSOS VINCULADOS	538.026	1.209.491	-	-	1.747.516	1.747.516	-
Total	5.357.613.779	20.523.952.375	20.631.992.768	228.832.242	5.478.405.627	5.478.405.627	-

Fonte : SIAFIC BH / Diretoria Central de Contabilidade Geral

V – Demonstrativo dos Créditos Adicionais com Origem no Excesso de Arrecadação por Fonte de Recursos

APÊNDICE V - Demonstrativo dos Créditos Adicionais com Origem no Excesso de Arrecadação por Fonte de Recursos
Exercício 2025

	Fonte Destinação	Previsão Inicial da Receita	Receita Realizada	Frustração de Arrecadação	Excesso de Arrecadação	Decreto com origem no excesso em 2025
500	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	11.232.524.183	10.719.108.098	- 513.416.085	-	-
	OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS	1.363.781.067	1.120.671.161	- 243.109.906	-	-
501	OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS / RECEITA DE ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA - HONORÁRIOS DE ADVOGADOS	21.672.040	27.805.807	-	6.133.767	-
	OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS / RECEITA PRÓPRIA DE ENTIDADES E ÓRGÃOS	104.950.126	94.155.009	- 10.795.117	-	-
540	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	1.579.466.050	1.708.547.511	-	129.081.461	74.515.683
543	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAR	25.624.379	8.371.031	- 17.253.348	-	-
550	TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	108.549.441	130.641.558	-	22.092.117	-
552	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)	41.954.904	39.741.479	- 2.213.425	-	-
553	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR (PNATE)	20.000	1.065	- 18.935	-	-
569	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE	32.265.167	244.985	- 32.020.182	-	-
570	TRANSFERÊNCIAS GOVERNO FEDERAL - CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À EDUCAÇÃO	1.300.000	638.419	- 661.581	-	-
571	TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À EDUCAÇÃO	350.000	180.463	- 169.537	-	-
	TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO SUS - GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO AÇÕES E SERVIÇOS SAÚDE	2.814.243.469	2.563.008.154	- 251.235.315	-	-
	TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO SUS - GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO AÇÕES E SERVIÇOS SAÚDE / IDENTIFICAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS	30.000.000	43.330.027	-	13.330.027	-
600	TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO SUS - GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO AÇÕES E SERVIÇOS SAÚDE / IDENTIFICAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES DE BANCADA	30.000.000	15.071.833	- 14.928.167	-	-
	TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO SUS - GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO AÇÕES E SERVIÇOS SAÚDE / IDENTIFICAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES DE COMISSÃO	-	15.817.450	-	15.817.450	-
	TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO SUS - GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE ESTRUTURAÇÃO DA REDE SAÚDE	100.001	7.384.805	-	7.284.804	-
601	TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO SUS - GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE ESTRUTURAÇÃO DA REDE SAÚDE / IDENTIFICAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS	-	411.412	-	411.412	-
602	RECURSOS SUS - MANUTENÇÃO ASPS - COVID	50.001	26.799	- 23.202	-	-
604	TRANSFERÊNCIAS GOVERNO FEDERAL - VENCIMENTO AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	237.673.626	139.800.871	- 97.872.755	-	-
605	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA UNIÃO - COMPLEMENTAÇÃO PAGAMENTO PISOS SALARIAIS PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM	121.705.719	122.999.656	-	1.293.937	-
	TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ESTADUAL	772.792.808	821.264.954	-	48.472.146	12.446.450
	TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ESTADUAL / IDENTIFICAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS	4.800.000	51.098.022	-	46.298.022	-
	TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ESTADUAL / IDENTIFICAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES DE BANCADA	4.800.000	4.757.043	- 42.957	-	-
	TRANSFERÊNCIAS DO GOVERNO FEDERAL REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES - SAÚDE	610.000	5.528	- 604.472	-	-
631	TRANSFERÊNCIAS DO GOVERNO FEDERAL REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES - SAÚDE / IDENTIFICAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS	-	239.376	-	239.376	-
	OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE / OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	23.685.000	24.360.134	-	675.134	-
634	OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE / OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	46.701.473	4.136.490	- 42.564.983	-	-
659	OUTROS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE	-	7.295.507	-	7.295.507	6.876.315
	OUTROS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE / SERVIÇOS DE SAÚDE	523.893.520	476.353.931	- 47.539.589	-	-
	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	37.155.016	28.036.842	- 9.118.174	-	-
	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS / IDENTIFICAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS	4.655.000	3.985.617	- 669.383	-	-
660	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS / IDENTIFICAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES DE BANCADA	-	18.998	-	18.998	-
	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS / IDENTIFICAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES DE RELATOR	-	19.309	-	19.309	-
661	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.163.626	11.293.254	-	1.129.628	-
665	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS E OUTROS REPASSES VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL	384.000	1.705.897	-	1.321.897	-

Continua na próxima página

V – Demonstrativo dos Créditos Adicionais com Origem no Excesso de Arrecadação por Fonte de Recursos

APÊNDICE V - Demonstrativo dos Créditos Adicionais com Origem no Excesso de Arrecadação por Fonte de Recursos
Exercício 2025

Fonte Destinação	Previsão Inicial da Receita	Receita Realizada	Frustração de Arrecadação	Excesso de Arrecadação	Decreto com origem no excesso em 2025
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO	67.838.454	10.510.850	- 57.327.604	-	-
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO / IDENTIFICAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS	-	455.737	-	455.737	-
700 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO / IDENTIFICAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES DE BANCADA	-	24.565	-	24.565	-
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO / IDENTIFICAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES DE RELATOR	-	420.401	-	420.401	-
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS ESTADOS	10.762.983	7.595.775	- 3.167.208	-	-
701 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS ESTADOS / IDENTIFICAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS	-	23.274	-	23.274	-
702 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS MUNICÍPIOS	3.000.000	733.940	- 2.266.060	-	-
703 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DE OUTRAS ENTIDADES	5.050.939	480.762	- 4.570.177	-	-
706 TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO / IDENTIFICAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS	-	4.516.662	-	4.516.662	-
708 TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE À COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS MINERAIS	2.780.062	10.520.974	-	7.740.912	-
TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DOS ESTADOS / TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DO ESTADO - ACORDO JUDICIAL DE REPARAÇÃO DOS IMPACTOS - BRUMADINHO	485.000	5.417.161	-	4.932.161	-
710 TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DOS ESTADOS / IDENTIFICAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS	-	5.125.814	-	5.125.814	1.694.183
TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DOS ESTADOS / IDENTIFICAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES DE BANCADA	-	1.376.062	-	1.376.062	768.050
715 TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS AO SETOR CULTURAL - LC 195/2022 - ART. 5º - AUDIOVISUAL	100.000	2.063	- 97.937	-	-
716 TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS AO SETOR CULTURAL - LC Nº 195/2022 - ART. 8º - DEMAIS SETORES DA CULTURA	100.000	119	- 99.881	-	-
719 TRANSFERÊNCIAS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - LEI Nº 14.399/2022	15.273.000	15.817.306	-	544.306	-
720 TRANSFERÊNCIA UNIÃO - PARTICIPAÇÃO NA EXPLORAÇÃO PETRÓLEO E GÁS NATURAL AO FEP - LEI 9478/97	23.175.590	15.341.816	- 7.833.774	-	-
OUTRAS VINCULAÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS	388.113	101.105	- 287.008	-	-
749 OUTRAS VINCULAÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS / TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS - APOIO AO SETOR CULTURAL (LEI ALDIR BLANC)	120.000	12.736	- 107.264	-	-
OUTRAS VINCULAÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS / OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	64.716.987	87.804.449	-	23.087.462	-
OUTRAS VINCULAÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS / OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	4.691.179	9.638.961	-	4.947.782	-
OUTRAS VINCULAÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS / OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	113.000	50.828	- 62.172	-	-
750 RECURSOS DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE	2.647.424	2.978.849	-	331.425	-
751 RECURSOS DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP	207.374.795	169.229.419	- 38.145.376	-	-
752 RECURSOS VINCULADOS AO TRÂNSITO	207.250.744	125.038.630	- 82.212.114	-	-
753 RECURSOS PROVENIENTES DE TAXAS, CONTRIBUIÇÕES E PREÇOS PÚBLICOS	38.441.960	39.371.456	-	929.496	-
754 RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO / OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	533.357.495	42.022.035	- 491.335.460	-	-
RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO / OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	178.803.198	56.768.401	- 122.034.797	-	-
755 RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE BENS/ATIVOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	584.634.000	9.352.240	- 575.281.760	-	-
756 RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE BENS/ATIVOS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	-	60.897	-	60.897	-
RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS	117.093.596	93.763.050	- 23.330.546	-	-
759 RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS / ODC DESTINAÇÃO 100%	17.174.896	57.690.247	-	40.515.351	-
RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS / ODC DESTINAÇÃO 25%	1.509.000	2.126.750	-	617.750	-
RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS / ODC DESTINAÇÃO 75%	-	5.569.112	-	5.569.112	-
800 RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	582.871.818	744.778.071	-	161.906.253	-
801 RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)	795.781.917	789.980.160	- 5.801.757	-	-
802 RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	12.401.207	12.740.806	-	339.599	-
899 OUTROS RECURSOS VINCULADOS	-	1.209.491	-	1.209.491	-
546 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - ETI	-	1.566.303	-	1.566.303	-
747 OUTRAS VINCULAÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	-	1.206.601	-	1.206.601	-
Total	22.653.807.973	20.523.952.375	- 2.698.218.007	568.362.408	96.300.682

Fonte: SIAFIC BH / Diretoria Central de Contabilidade Geral

VI – Demonstrativo da Apuração por Conta Contábil do Superávit/Déficit Financeiro

Prodabel

Contabilidade Aplicada ao Setor Público
Município de Belo Horizonte
Relatório de Apuração de Superávit/Déficit Financeiro - Analítico
Conta contábil até o nível 7
Posição em: Dez/ 2025
Entidade: 200 - CONSOLIDAÇÃO GERAL

Página 1 de 12

<u>Conta Contábil</u>	<u>Descrição Conta Contábil</u>	<u>Saldo</u>
1	ATIVO	7.741.907.186,36
1.1	ATIVO CIRCULANTE	3.974.253.428,38
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.785.580.034,23
1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	3.492.870.414,92
1.1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	3.222.698.369,15
1.1.1.1.1.01.00.000.00000	CAIXA	54.725,75
1.1.1.1.1.02.00.000.00000	CONTA ÚNICA	19.796.530,14
1.1.1.1.1.06	CONTA ÚNICA RPPS	3.576.211,96
1.1.1.1.1.06.02	BANCOS CONTA MOVIMENTO - FUNDO EM REPARTIÇÃO	3.439.836,01
1.1.1.1.1.06.03	BANCOS CONTA MOVIMENTO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	136.375,95
1.1.1.1.1.19	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	5.269.769,99
1.1.1.1.1.19.01	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS DO MUNICÍPIO, EXCETO RPPS	5.269.769,99
1.1.1.1.1.50	APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA - USO GERAL	2.932.708.340,87
1.1.1.1.1.50.02.000.00000	POUPANÇA	165.327.787,75
1.1.1.1.1.50.03.000.00000	FUNDOS DE INVESTIMENTO	2.748.440.181,69
1.1.1.1.1.50.04.000.00000	CDB	18.940.371,43
1.1.1.1.1.51.00.000.00000	APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA - RPPS - FUNDO EM REPARTIÇÃO	82.170.657,99
1.1.1.1.1.52.00.000.00000	APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA - RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	9.598.880,59

Continua na próxima página

VI – Demonstrativo da Apuração por Conta Contábil do Superávit/Déficit Financeiro

Prodabel

Contabilidade Aplicada ao Setor Público
Município de Belo Horizonte
Relatório de Apuração de Superávit/Déficit Financeiro - Analítico
Conta contábil até o nível 7
Posição em: Dez/ 2025
Entidade: 200 - CONSOLIDAÇÃO GERAL

Página 2 de 12

<u>Conta Contábil</u>	<u>Descrição Conta Contábil</u>	<u>Saldo</u>
1.1.1.1.1.53.00.000.00000	APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA- RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	169.523.251,86
1.1.1.1.2	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - INTRA OFSS	270.172.045,77
1.1.1.1.2.02.00.000.00000	VALORES REALIZÁVEIS DISPONIBILIZADOS EM CONTA ÚNICA DO TESOURO MUNICIPAL	270.172.045,77
1.1.1.3	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - VALORES RESTITUÍVEIS E VINCULADOS	292.709.619,31
1.1.1.3.1	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - CONSOLIDAÇÃO	292.709.619,31
1.1.1.3.1.02	GARANTIAS	292.709.619,31
1.1.1.3.1.02.02.000.00000	GARANTIAS - APLICAÇÃO	292.709.619,31
1.1.3	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	52.449.561,43
1.1.3.1	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	366.466,91
1.1.3.1.1	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO	366.466,91
1.1.3.1.1.01	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	307.847,55
1.1.3.1.1.01.01.000.00000	SALÁRIOS E ORDENADOS - ADIANTAMENTOS	72.096,77
1.1.3.1.1.01.03.000.00000	FÉRIAS - ADIANTAMENTO	217.126,51
1.1.3.1.1.01.99.000.00000	OUTROS ADIANTAMENTOS A PESSOAL	18.624,27
1.1.3.1.1.99	ADIANTAMENTOS DIVERSOS CONCEDIDOS	58.619,36
CASP	d_rel_apura_superavit_financeiro	

Continua na próxima página

VI – Demonstrativo da Apuração por Conta Contábil do Superávit/Déficit Financeiro

Prodabel

Contabilidade Aplicada ao Setor Público
Município de Belo Horizonte
Relatório de Apuração de Superávit/Déficit Financeiro - Analítico
Conta contábil até o nível 7

Página 3 de 12

Posição em: Dez/2025

Entidade: 200 - CONSOLIDAÇÃO GERAL

<u>Conta Contábil</u>	<u>Descrição Conta Contábil</u>	<u>Saldo</u>
1.1.3.1.1.99.04.000.00000	ADIANTAMENTO DE VALE-TRANSPORTE - VT - CMBH	58.619,36
1.1.3.2	TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR	155.759,86
1.1.3.2.1	TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR - CONSOLIDAÇÃO	20.370,78
1.1.3.2.1.99.00.000.00000	OUTROS TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	20.370,78
1.1.3.2.2	TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR - INTRA OFSS	239,12
1.1.3.2.2.99.00.000.00000	OUTROS TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	239,12
1.1.3.2.3	TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR - INTER OFSS - UNIÃO	135.149,96
1.1.3.2.3.06.00.000.00000	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS A COMPENSAR	135.149,96
1.1.3.5	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - A RECEBER	40.731.640,09
1.1.3.5.1	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - CONSOLIDAÇÃO	40.731.640,09
1.1.3.5.1.02.00.000.00000	DEPÓSITOS JUDICIAIS	332.371,02
1.1.3.5.1.05.00.000.00000	VALORES APREENDIDOS POR DECISÃO JUDICIAL	40.399.269,07
1.1.3.8	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	11.195.694,57
1.1.3.8.1	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	11.195.694,57
1.1.3.8.1.99	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES DE CURTO PRAZO	11.195.694,57
1.1.3.8.1.99.01	OUTRAS ENTIDADES DEVEDORAS	11.195.694,57
1.1.4	INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	136.223.832,72
1.1.4.4	INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS DE	136.223.832,72

Continua na próxima página

VI – Demonstrativo da Apuração por Conta Contábil do Superávit/Déficit Financeiro

Prodabel

Contabilidade Aplicada ao Setor Público
Município de Belo Horizonte
Relatório de Apuração de Superávit/Déficit Financeiro - Analítico
Conta contábil até o nível 7
Posição em: Dez/ 2025
Entidade: 200 - CONSOLIDAÇÃO GERAL

Página 4 de 12

<u>Conta Contábil</u>	<u>Descrição Conta Contábil</u>	<u>Saldo</u>
1.1.4.4.1	INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS DE CURTO PRAZO DO RPPS - CONSOLIDAÇÃO	136.223.832,72
1.1.4.4.1.03	APLICAÇÕES DO RPPS EM FUNDOS DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	71.825.510,98
1.1.4.4.1.03.03.000.00000	FUNDOS DE INVESTIMENTO DA CLASSE "AÇÕES - BDR NÍVEL I"	71.825.510,98
1.1.4.4.1.04	APLICAÇÕES EM FUNDOS DE INVESTIMENTO ESTRUTURADOS - RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	64.398.321,74
1.1.4.4.1.04.01.000.00000	FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	64.398.321,74
1.2	ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.767.653.757,98
1.2.1	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.767.653.757,98
1.2.1.2	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	3.791.221,07
1.2.1.2.1	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	3.791.221,07
1.2.1.2.1.06	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	3.791.221,07
1.2.1.2.1.06.02.000.00000	DEPÓSITOS JUDICIAIS	3.791.221,07
1.2.1.3	INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO	3.763.862.536,91

CASP

d_rel_apura_superavit_financeiro

Continua na próxima página

VI – Demonstrativo da Apuração por Conta Contábil do Superávit/Déficit Financeiro

Prodabel

Contabilidade Aplicada ao Setor Público
Município de Belo Horizonte
Relatório de Apuração de Superávit/Déficit Financeiro - Analítico
Conta contábil até o nível 7

Página 5 de 12

Posição em: Dez/2025

Entidade: 200 - CONSOLIDAÇÃO GERAL

<u>Conta Contábil</u>	<u>Descrição Conta Contábil</u>	<u>Saldo</u>
1.2.1.3.1	INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	3.763.862.536,91
1.2.1.3.1.09	APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS - LONGO PRAZO- FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	3.702.679.982,50
1.2.1.3.1.09.01.000.00000	TÍTULOS PÚBLICOS DE EMISSÃO DO TESOIRO NACIONAL	3.668.569.262,66
1.2.1.3.1.09.02.000.00000	FUNDOS DE INVESTIMENTO QUE APLICAM EXCLUSIVAMENTE EM TÍTULOS DE EMISSÃO DO TESOIRO NACIONAL OU COMPROMISSADAS LASTREADAS NESSES TÍTULOS	34.110.719,84
1.2.1.3.1.12	APLICAÇÕES EM FUNDOS DE INVESTIMENTO ESTRUTURADOS - RPPS - LONGO PRAZO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	61.182.554,41
1.2.1.3.1.12.02.000.00000	FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES	61.182.554,41
2	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-1.281.618.136,35
2.1	PASSIVO CIRCULANTE	-1.281.618.136,35
2.1.1	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	-694.433.596,28
2.1.1.1	PESSOAL A PAGAR	-452.752.083,95
2.1.1.1.1	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	-452.752.083,95
2.1.1.1.1.01	PESSOAL A PAGAR	-452.743.109,61
2.1.1.1.1.01.01	SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS	-388.125.438,07
2.1.1.1.1.01.02.000.00000	DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	-271.871,50
2.1.1.1.1.01.03.000.00000	FÉRIAS	-55.123.964,36
2.1.1.1.1.01.04.000.00000	LICENÇA- PRÊMIO	-9.221.835,68
2.1.1.1.1.06.00.000.00000	PESSOAL A PAGAR - SENTENÇAS JUDICIAIS - EXCETO PRECATÓRIOS	-8.974,34

Continua na próxima página

VI – Demonstrativo da Apuração por Conta Contábil do Superávit/Déficit Financeiro

Prodabel

Contabilidade Aplicada ao Setor Público
Município de Belo Horizonte
Relatório de Apuração de Superávit/Déficit Financeiro - Analítico
Conta contábil até o nível 7
Posição em: Dez/ 2025
Entidade: 200 - CONSOLIDAÇÃO GERAL

Página 6 de 12

<u>Conta Contábil</u>	<u>Descrição Conta Contábil</u>	<u>Saldo</u>
2.1.1.2	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	-170.360.592,35
2.1.1.2.1	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR- CONSOLIDAÇÃO	-170.339.718,68
2.1.1.2.1.01	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	-170.256.369,18
2.1.1.2.1.01.01	INATIVOS	-154.700.567,33
2.1.1.2.1.01.02	PENSIONISTAS	-15.555.801,85
2.1.1.2.1.06.00.000.00000	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR - DECISÕES JUDICIAIS - EXCETO PRECATÓRIOS	-83.349,50
2.1.1.2.3	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR - INTER OFSS - UNIÃO	-15.880,43
2.1.1.2.3.05	COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE REGIMES PREVIDENCIÁRIOS	-15.880,43
2.1.1.2.3.05.02.000.00000	OBRIGAÇÕES DO RPPS JUNTO AO RPPS DA UNIÃO	-15.880,43
2.1.1.2.4	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR- INTER OFSS - ESTADO	-1.399,09
2.1.1.2.4.05	COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE REGIMES PREVIDENCIÁRIOS	-1.399,09
2.1.1.2.4.05.01.000.00000	OBRIGAÇÕES DO RPPS JUNTO AO RPPS DE ESTADO	-1.399,09
2.1.1.2.5	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR- INTER OFSS - MUNICÍPIO	-3.594,15

CASP

d_rel_apura_superavit_financeiro

Continua na próxima página

VI – Demonstrativo da Apuração por Conta Contábil do Superávit/Déficit Financeiro

Prodabel

Contabilidade Aplicada ao Setor Público
Município de Belo Horizonte
Relatório de Apuração de Superávit/Déficit Financeiro - Analítico
Conta contábil até o nível 7

Página 7 de 12

Posição em: Dez/2025

Entidade: 200 - CONSOLIDAÇÃO GERAL

<u>Conta Contábil</u>	<u>Descrição Conta Contábil</u>	<u>Saldo</u>
2.1.3.1.1.09.00.000.00000	FORNECEDORES NACIONAIS - DECISÕES JUDICIAIS - EXCETO PRECATÓRIOS	-464.777,67
2.1.3.1.1.10.00.000.00000	CONTAS A PAGAR NACIONAIS - DECISÕES JUDICIAIS - EXCETO PRECATÓRIOS	-280.899,42
2.1.3.1.2	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - INTRA OFSS	-2.289.008,08
2.1.3.1.2.01	FORNECEDORES NACIONAIS	-2.274.229,88
2.1.3.1.2.01.01.000.00000	FORNECEDORES NÃO PARCELADOS A PAGAR	-2.274.229,88
2.1.3.1.2.03	CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	-14.778,20
2.1.3.1.2.03.99.000.00000	DEMAIS CONTAS A PAGAR	-14.778,20
2.1.4	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	-30.613,72
2.1.4.1	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO	-30.613,72
2.1.4.1.3	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO - INTER OFSS - UNIÃO	-30.613,72
2.1.4.1.3.02.00.000.00000	IRPJ A RECOLHER	-0,56
2.1.4.1.3.11.00.000.00000	PIS/PASEP A RECOLHER	-30.613,16
2.1.8	ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	-345.524.016,09
2.1.8.8	VALORES RESTITUÍVEIS	-345.357.964,37
2.1.8.8.1	VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	-49.897.162,51
2.1.8.8.1.01	CONSIGNAÇÕES	-35.850.927,89
2.1.8.8.1.01.03	ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES	-42.305,29
2.1.8.8.1.01.10.000.00000	PENSÃO ALIMENTÍCIA	-235.906,06
2.1.8.8.1.01.11	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA	-20.285.189,21

Continua na próxima página

VI – Demonstrativo da Apuração por Conta Contábil do Superávit/Déficit Financeiro

Prodabel

Contabilidade Aplicada ao Setor Público
Município de Belo Horizonte
Relatório de Apuração de Superávit/Déficit Financeiro - Analítico
Conta contábil até o nível 7
Posição em: Dez/2025
Entidade: 200 - CONSOLIDAÇÃO GERAL

Página 8 de 12

<u>Conta Contábil</u>	<u>Descrição Conta Contábil</u>	<u>Saldo</u>
2.1.8.8.1.01.13	RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	-103.315,82
2.1.8.8.1.01.15	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	-243.633,94
2.1.8.8.1.01.16.000.00000	RETENÇÃO RELATIVA A VALE TRANSPORTE	-11.203,30
2.1.8.8.1.01.21	CONSIGNAÇÕES TESOIRO	-71.153,84
2.1.8.8.1.01.99	OUTROS CONSIGNATÁRIOS	-14.858.220,43
2.1.8.8.1.03	DEPÓSITOS JUDICIAIS	-14.842,34
2.1.8.8.1.03.01.000.00000	DEPÓSITOS RECEBIDOS POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL	-14.842,34
2.1.8.8.1.04	DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	-13.736.972,69
2.1.8.8.1.04.01.000.00000	DEPÓSITOS E CAUÇÕES	-8.111.812,80
2.1.8.8.1.04.04.000.00000	DEPÓSITOS DE VEÍCULOS ALIENÁVEIS	-876.093,47
2.1.8.8.1.04.05.000.00000	DEPÓSITOS A TRANSFERIR	-164.201,04
2.1.8.8.1.04.99	OUTROS DEPÓSITOS	-4.584.865,38
2.1.8.8.1.99.00.000.00000	OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	-294.419,59
2.1.8.8.2	VALORES RESTITUÍVEIS – INTRA OFSS	-280.191.076,52
2.1.8.8.2.01	CONSIGNAÇÕES	-7.684.802,15
2.1.8.8.2.01.01	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	-910.078,82

CASP

d_rel_apura_superavit_financeiro

Continua na próxima página

VI – Demonstrativo da Apuração por Conta Contábil do Superávit/Déficit Financeiro

Prodabel

Contabilidade Aplicada ao Setor Público
Município de Belo Horizonte
Relatório de Apuração de Superávit/Déficit Financeiro - Analítico
Conta contábil até o nível 7

Página 9 de 12

Posição em: Dez/2025

Entidade: 200 - CONSOLIDAÇÃO GERAL

<u>Conta Contábil</u>	<u>Descrição Conta Contábil</u>	<u>Saldo</u>
2.1.8.8.2.01.08.000.00000	ISS	-557.244,81
2.1.8.8.2.01.99	OUTRAS CONSIGNAÇÕES	-6.217.478,52
2.1.8.8.2.98.00.000.00000	VALORES DISPONIBILIZADOS EM CONTA ÚNICA DO TESOURO MUNICIPAL	-270.172.045,77
2.1.8.8.2.99	OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	-2.334.228,60
2.1.8.8.2.99.01	OUTROS VALORES RESTITUIVEIS - PBH	-2.334.228,60
2.1.8.8.3	VALORES RESTITUIVEIS - INTER OFSS - UNIÃO	-15.236.579,13
2.1.8.8.3.01	CONSIGNAÇÕES	-15.236.579,13
2.1.8.8.3.01.02	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	-5.051.012,45
2.1.8.8.3.01.04	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	-9.611.949,32
2.1.8.8.3.01.06	OUTROS TRIBUTOS FEDERAIS	-573.617,36
2.1.8.8.4	VALORES RESTITUIVEIS - INTER OFSS - ESTADO	-3.962,21
2.1.8.8.4.01	CONSIGNAÇÕES	-3.962,21
2.1.8.8.4.01.13.000.00000	FUNDO APOSENTADORIA - TESOURO MG	-3.369,73
2.1.8.8.4.01.14.000.00000	IPSM - PROTEÇÃO SOCIAL	-592,48
2.1.8.8.5	VALORES RESTITUIVEIS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	-29.184,00
2.1.8.8.5.01	CONSIGNAÇÕES	-29.184,00
2.1.8.8.5.01.08.000.00000	ISS	-29.184,00
2.1.8.9	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	-166.051,72
2.1.8.9.1	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	-166.051,72
2.1.8.9.1.01	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	-166.051,72
2.1.8.9.1.01.02.000.00000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DIVERSAS	-166.051,72

Continua na próxima página

VI – Demonstrativo da Apuração por Conta Contábil do Superávit/Déficit Financeiro

Prodabel

Contabilidade Aplicada ao Setor Público
Município de Belo Horizonte
Relatório de Apuração de Superávit/Déficit Financeiro - Analítico
Conta contábil até o nível 7
Posição em: Dez/2025
Entidade: 200 - CONSOLIDAÇÃO GERAL

Página 10 de 12

<u>Conta Contábil</u>	<u>Descrição Conta Contábil</u>	<u>Saldo</u>
2.1.8.9.1.01.02.000.00000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DIVERSAS	-166.051,72
6	CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	-981.883.422,67
6.2	EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	-950.860.376,84
6.2.2	EXECUÇÃO DA DESPESA	-950.860.376,84
6.2.2.1	DISPONIBILIDADES DE CREDITO	-950.860.376,84
6.2.2.1.3	CREDITO UTILIZADO	-950.860.376,84
6.2.2.1.3.01.00.000.00000	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	-950.860.376,84
6.3	EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	-31.023.045,83
6.3.1	EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS	-31.023.045,83
6.3.1.1	RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	-31.023.045,83
		5.478.405.627,34

CASP

d_rel_apura_superavit_financeiro

Continua na próxima página

VI – Demonstrativo da Apuração por Conta Contábil do Superávit/Déficit Financeiro

Prodabel

Contabilidade Aplicada ao Setor Público
Município de Belo Horizonte
Relatório de Apuração de Superávit/Déficit Financeiro - Analítico
Conta contábil até o nível 7
Posição em: Dez/2025
Entidade: 200 - CONSOLIDAÇÃO GERAL

Página 11 de 12

Apuração resumida Superávit/Déficit Financeiro

Total Ativo Financeiro:	7.741.907.186,36
Total Passivo Financeiro:	-2.263.501.559,02
Superávit / Déficit Financeiro:	5.478.405.627,34

Comparativo DDR - Superávit/Déficit Financeiro Apurado

8.2.1.1.1.00.00.000.00000 Disponibilidade por Destinação de Recursos

Superávit	5.478.405.627,34
Superávit / Déficit Financeiro:	
Superávit	5.478.405.627,34
Diferença:	0,00

Evolução do Superávit / Déficit Financeiro Apurado

Saldo Inicial/2025	5.357.613.779,02
Jan/2025	5.321.099.031,18
Fev/2025	5.800.680.104,42
Mar/2025	5.553.404.332,21
Abr/2025	5.447.156.152,90
Mai/2025	5.847.755.007,99
Jun/2025	5.183.114.346,34
Jul/2025	4.738.414.831,60
Ago/2025	5.046.242.684,11
Set/2025	4.576.057.115,85
Out/2025	4.878.292.503,47
Nov/2025	5.107.827.709,63
Dez/2025	5.478.405.627,34

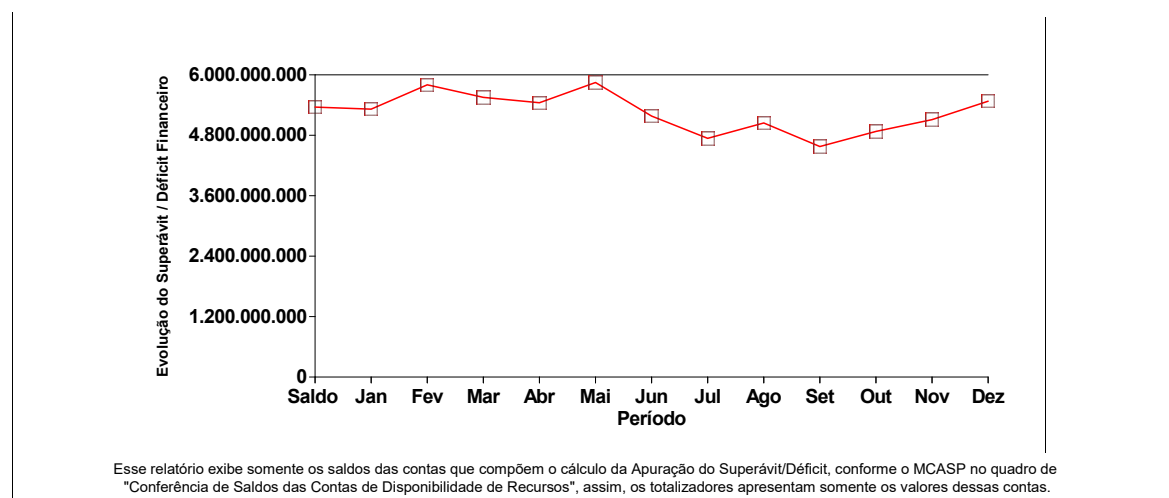
Continua na próxima página

VI – Demonstrativo da Apuração por Conta Contábil do Superávit/Déficit Financeiro

Prodabel

Contabilidade Aplicada ao Setor Público
Município de Belo Horizonte
Relatório de Apuração de Superávit/Déficit Financeiro - Analítico
Conta contábil até o nível 7
Posição em: Dez/2025
Entidade: 200 - CONSOLIDAÇÃO GERAL

Página 12 de 12



CASP

d_rel_apura_superavit_financeiro

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2025

SUBSECRETÁRIO DE CONTADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Nourival de Souza Resende Filho
CRC/MG 020498/O-6

**DIRETORA CENTRAL DE
CONTABILIDADE GERAL**

Marília Celestino Xavier
CRC/MG 096270/O-7

**DIRETOR CENTRAL DE
CONTABILIDADE DE CUSTOS**

Marcel Enrique Caldas Gomes
CRC/MG 106858/O-5

**DIRETOR DE PRESTAÇÕES DE
CONTAS E INFORMAÇÕES
CONTÁBEIS**

Milton Vieira Caires Junior
CRC/MG 064664/O

GERENTE DE CONTROLE CONTÁBIL

Rafael Rocha Avelar
CRC/MG 077268/O-6

**GERENTE DE SUPORTE TÉCNICO
CONTÁBIL**

Cláudio Luiz de Aguiar
CRC/MG 080571/O-0

**GERENTE DE CONCILIAÇÃO
BANCÁRIA E ACOMPANHAMENTO
DA ARRECADAÇÃO**

Idecléia Adamovcz Saldanha
CRC/PR 048441/O

**GERENTE DE INFORMAÇÕES
CONTÁBEIS**

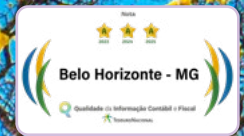
Keila Cristina Reis
CRC/MG 100000/O

**GERENTE DE CONTABILIDADE DOS
FUNDOS MUNICIPAIS**

Louiz Francisco Wolanik
CRC/MG 101.569/O-0

**GERENTE DE PROCESSAMENTO DA
PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Cristiano Moreira da Silva
CRC/MG 090.564/O-0



REFERÊNCIAS



**BELO
HORIZONTE**
PREFEITURA

REFERÊNCIAS

Belo Horizonte. (2011). Lei nº 10.362, de 30 de dezembro de 2011. Diário Oficial do Município de Belo Horizonte. <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/2011/1037/10362/lei-ordinaria-n-10362-2011-reestrutura-o-regime-proprio-de-previdencia-social-dos-servidores-publicos-do-municipio-de-belo-horizonte-rpps-e-da-outras-providencias>

Belo Horizonte. (2014). Decreto nº 15.573, de 23 de maio de 2014. Diário oficial do Município de Belo Horizonte. <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/decreto/2014/1558/15573/decreto-n-15573-2014-estabelece-normas-para-consignacoes-em-folha-de-pagamento-dos-servidores-publicos-ativos-aposentados-pensionistas-e-empregados-publicos-da-administracao-direta-autarquica-e-fundacional-do-poder-executivo-do-municipio-de-belo-horizonte>

Belo Horizonte. (2017). Decreto nº 16.682, de 31 de agosto de 2017. Diário Oficial do Município de Belo Horizonte. <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/decreto/16682/2017>

Belo Horizonte. (2017). Lei nº 11.065, de 1º de agosto de 2017. Diário Oficial do Município de Belo Horizonte. <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/2017/1107/11065/lei-ordinaria-n-11065-2017-estabelece-a-estrutura-organica-da-administracao-publica-do-poder-executivo-e-da-outras-providencias>

Belo Horizonte. (2018). Lei nº 11.143, de 21 de dezembro de 2018. Diário Oficial do Município de Belo Horizonte. [https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/2018/1115/11143/lei-ordinaria-](https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/2018/1115/11143/lei-ordinaria-n-11143-2018-institui-o-regime-de-previdencia-complementar-para-os-servidores-titulares-de-cargo-efetivo-no-mbito-da-administracao-direta-dos-poderes-executivo-e-legislativo-do-municipio-e-de-suas-autarquias-e-fundacoes-e-fixa-o-limite-maximo-para-a-concessao-de-aposentadorias-e-pensoes-de-que-trata-o-art-40-da-constituicao-federal-de-1988)

[n-11143-2018-institui-o-regime-de-previdencia-complementar-para-os-servidores-titulares-de-cargo-efetivo-no-mbito-da-administracao-direta-dos-poderes-executivo-e-legislativo-do-municipio-e-de-suas-autarquias-e-fundacoes-e-fixa-o-limite-maximo-para-a-concessao-de-aposentadorias-e-pensoes-de-que-trata-o-art-40-da-constituicao-federal-de-1988](https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/2018/1115/11143/lei-ordinaria-n-11143-2018-institui-o-regime-de-previdencia-complementar-para-os-servidores-titulares-de-cargo-efetivo-no-mbito-da-administracao-direta-dos-poderes-executivo-e-legislativo-do-municipio-e-de-suas-autarquias-e-fundacoes-e-fixa-o-limite-maximo-para-a-concessao-de-aposentadorias-e-pensoes-de-que-trata-o-art-40-da-constituicao-federal-de-1988)

Belo Horizonte. (2023). Decreto nº 18.235, de 09 de janeiro de 2023. Diário Oficial do Município de Belo Horizonte. <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/decreto/2023/1824/18235/decreto-n-18235-2023-regulamenta-o-regime-de-previdencia-complementar-instituido-pela-lei-n-11143-de-21-de-dezembro-de-2018>

Belo Horizonte. (2025). Decreto nº 18.973, de 31 de janeiro de 2025. Diário Oficial do Município de Belo Horizonte. <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/455653>

Brasil. (1964). Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial da União. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm

Brasil. (1966). Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Diário Oficial da União. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm

Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Brasil. (2000). Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Diário Oficial da União. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm

Brasil. (2001). Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, sobre o regime de previdência complementar. Diário Oficial da União. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp108.htm

Brasil. (2001). Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001. Dispõe sobre o regime de previdência complementar. Diário Oficial da União. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp109.htm

Brasil. Senado Federal. (2001). Resolução nº 40, de 20 de dezembro de 2001. Estabelece limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Diário Oficial da União. <https://legis.senado.leg.br/norma/562458/publicacao/16433576>

Brasil. (2019). Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Diário Oficial da União. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm

Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional. (2018). Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF (9ª ed.). Ministério da Fazenda. <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-demonstrativos-fiscais-mdf/2018/26-2>

Brasil. (2022). Portaria Previc nº 972, de 19 de outubro de 2022. <https://magfundodepensao.com.br/2022/11/30/portaria-do-novo-plano-bh-prevcom/>

Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional. (2024). Instruções de Procedimentos Contábeis - IPCs. Ministério da Fazenda. <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/federacao/instrucoes-de-pronunciamentos-contabeis-ipcs>

Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional. (2024). Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (11ª ed.). Ministério da Fazenda. <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2025/26>

Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional. (2024). Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF (14ª ed.). Ministério da Fazenda. <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/manuais/manual-de-demonstrativos-fiscais-mdf>

Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional. (2024). Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP. Ministério da Fazenda. <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/federacao/plano-de-contas-aplicado-ao-setor-publico-pcasp-1>

Conselho Federal de Contabilidade. (2024). Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP. <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>

Ministério da Fazenda. (2023). Portaria Normativa MF nº 1.583, de 13 de dezembro de 2023. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. <https://bibliotecadigital.gestao.gov.br/handle/123456789/530900>